

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

RODRIGO PEREIRA DA SILVA

**OS INFORMANTES DA POLÍCIA POLÍTICA E O ANTICOMUNISMO  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (PARANÁ, 1964-1985)**

Maringá  
2017

RODRIGO PEREIRA DA SILVA

**OS INFORMANTES DA POLÍCIA POLÍTICA E O ANTICOMUNISMO  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (PARANÁ, 1964-1985)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Política, Movimentos Populacionais e Sociais.

**Linha de Pesquisa:** Política e Movimentos Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori.

Maringá  
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S624i Silva, Rodrigo Pereira da  
Os informantes da polícia política e o  
anticomunismo durante a ditadura civil-militar  
(Paraná, 1964-1985). / Rodrigo Pereira da Silva. --  
Maringá, 2017.  
124 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Programa de Pós-graduação em História, 2017.

1. Informantes. 2. Agentes Secretas. 3. Polícia  
Política. 4. Anticomunismo. 5. Ditadura Civil-  
Militar. 6. Paraná. I. Priori, Ângelo Aparecido,  
orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro  
de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de  
Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 22. ED.981.063

JLM-001925

RODRIGO PEREIRA DA SILVA

**OS INFORMANTES DA POLÍCIA POLÍTICA E O ANTICOMUNISMO  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (PARANÁ, 1964-1985)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Política, Movimentos Populacionais e Sociais.

**Linha de Pesquisa:** Política e Movimentos Sociais.

Aprovado em: 27/03/2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori (Orientador)  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Profa. Dra. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

---

Profa. Dra. Verônica Karina Ipólito  
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Dedico este trabalho primeiramente a **DEUS**...  
...companheiro e amigo de todas as horas!  
Aos meus pais: Darcília, Antônio (*in memoriam*) e ao meu Padrasto Henrique!  
Aos meus irmãos, irmãs, cunhados e sobrinhos!

## AGRADECIMENTOS

Nos dois últimos anos, período no qual ocorreu o desenvolvimento dessa pesquisa, inúmeras pessoas passaram por minha vida e cada uma, ao seu modo, contribuiu direta ou indiretamente para o êxito desse trabalho. É a estas pessoas que deixo aqui meu singelo agradecimento.

Agradeço a **DEUS** por me guiar, iluminar e me dar tranquilidade e saúde para seguir em frente com meus objetivos e não desanimar com as dificuldades.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori, pelos ensinamentos, paciência e principalmente pela oportunidade e confiança depositada em mim ao longo desses anos de trabalho.

Às Professoras Doutoras Marionilde Dias Brepohl Magalhães e Verônica Karina Ipólito por aceitarem o convite para participar da Banca Examinadora desta Dissertação e pelas profícuas correções e indicações que fizeram por ocasião do Exame de Qualificação.

À Angélica Ramos, amiga-irmã que vivenciou e compartilhou comigo as alegrias e tristezas cotidianas experimentadas nesses últimos anos, dando apoio e atenção nos momentos em que tudo parecia incerto.

Ao Senhor José e Dona Rose, pais de Angélica Ramos, que desde o início desta jornada foram sempre solidários e prestativos nas idas e vindas de Maringá durante todo este processo, tornando as viagens sempre mais divertidas.

Aos amigos do Mestrado em especial ao André Rodrigues, Stéfani Onesko (a *Instruída*), Camila Bolonhezi e Alessandra Melo com os quais tive o prazer de vivenciar grandes alegrias.

Aos Professores do Curso de História de Ivaiporã: Leandro, Leonir, Luiz Fernando, Itamar, Moacir, Karla, Natally, Neilane, Suelem, Vanda e Verônica, pelos ensinamentos transmitidos e pelos constantes incentivos para o prosseguimento dos estudos. Agradeço de modo especial ao Professor Leandro por conceder-me a oportunidade de realizar o Estágio Docência em sua turma e também a Professora Natally pelos ensinamentos compartilhados e pela amizade sincera além dos muros da Instituição.

Aos Professores do Curso de Serviço Social de Ivaiporã, em especial a Professora Elizete pela amizade, apoio e pelos conselhos dados em nossas conversas.

Aos Servidores da Universidade Estadual de Maringá, Campus de Ivaiporã com os quais tive o privilégio de trabalhar por um breve período e compartilhar as alegrias de adentrar a esta jornada. Em especial a Waldirene (a Wal), a Sheila, a Martinha e ao Diretor do Campus, Professor Ricardo Carminato, pessoas as quais sou imensamente grato.

À Paula, Vanessa e Glauciene, pela amizade e pelo apoio nas atividades litúrgicas que estavam sob minha responsabilidade.

À Giselle Moraes, Secretária do PPH, pela amizade, respeito e profissionalismo com que sempre me atendeu.

À CAPES pela Bolsa de Estudo concedida ao longo dos dois últimos anos, permitindo que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa.

E por último, mas não menos importante, minha eterna gratidão a toda minha família, em outras palavras “meu horizonte de sentidos”. De maneira especial agradeço a minha mãe Darcília e ao meu irmão Reginaldo, pelo apoio incondicional e por saberem respeitar os meus “momentos” difíceis.

A todos acima citados e aos que por um lapso de memória não recordei:  
**MUITO OBRIGADO!**

Todo ser humano, ainda que esteja integrado ao grande mundo, sempre possui um contexto particular feito de significados e significantes. O horizonte de sentidos é o território onde não nos sentimos estrangeiros. É o estreito do universo onde descobrimos o *sentido* mais profundo do que somos. Sentido é tudo aquilo que favorece coerência, liga, orienta e estrutura. É partir desse horizonte de sentido que pensamos, agimos, amamos, desejamos, vivemos. Somos e estamos estruturados a partir de realidades que significam, isto é, realidades que nos revelam e que nos motivam a desbravar outros horizontes.

(Fábio de Melo, 2013, p. 33).

[...] Em sua vontade de conhecer e de compreender o desenrolar da aventura humana através do tempo, não é afinal inútil que ele [o historiador] se lembre de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor.

(Raoul Girardet, 1987, p. 23-24).



SILVA, Rodrigo Pereira da. **Os Informantes da Polícia Política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985)**. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá (PR). 2017.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação e a colaboração dos “informantes” vinculados ou não a Polícia Política do Estado do Paraná entre os anos de 1964 a 1985. Este marco temporal abarca o período de vigência da ditadura civil-militar no Brasil, iniciada em 31 de março de 1964 com um Golpe de Estado articulado entre setores da sociedade civil e militar. Buscamos analisar - através de informes, informações, relatórios, bilhetes, cartas, ofícios etc, produzidos e/ou recebidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR) - a influência exercida pelo imaginário anticomunista propagado e disseminado à época, tanto por setores civis quanto militares, sobre as delações praticadas pelos informantes que, aparentemente movidos muito mais por suas paixões políticas do que em troca de interesses puramente materiais (dinheiro, facilidade, para o exercício de certas atividades etc.) se apropriavam de tal discurso e o difundia através de suas denúncias como forma de manutenção da estabilidade da ordem pública e prevenção da disseminação no seio social paranaense do ideário comunista.

**Palavras-chaves:** Informantes; Agentes Secretos; Polícia Política; Anticomunismo; Ditadura Civil-Militar; Paraná.

SILVA, Rodrigo Pereira da. **The Informers from the Political Police and anti-communism during the civil-military dictatorship (Paraná, 1964-1985)**. 2017. 125ff. Dissertation (Master in History). Post-graduation Program in History. State University of Maringá (UEM). Maringá (PR). 2017.

### **ABSTRACT**

This work aims to analyze the performance and the collaboration of the "informers" linked or not to the Paraná State Political Police between the years 1964 to 1985. This timeframe covers the period of the civil-military dictatorship in Brazil, started on March 31, 1964 with a coup d'état articulated between sectors of civil society and military. We seek to analyze - through reports, information, narratives, tickets, letters, crafts, etc., produced and/or received by the Precinct of Political and Social Order of Paraná (PPSO/PR) - the influence exercised by the anticommunist imaginary propagated and disseminated at the time, both by civil and military sectors, over the denunciations practiced by informers who, apparently moved much more by their political passions than in exchange for purely material interests (money, ease, for the pursuit of certain activities, etc.) used to appropriated of such discourse and disseminated it through its denunciations as a form of maintenance of the stability of the public order and prevention of the dissemination in the social Paraná branch of the communist ideology.

**Keywords:** Informers; Secret Agents; Political Police; Anti-communism; Civil-military Dictatorship; Paraná.

## LISTA DE SIGLAS

**ABIN:** Agência Brasileira de Inteligência  
**ACOPA:** Associação Comercial do Paraná  
**ADESG:** Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra  
**AI:** Ato Institucional  
**ARENA:** Aliança Renovadora Nacional  
**ASI:** Assessoria de Segurança e Informações  
**CAMDE:** Campanha da Mulher pela Democracia  
**CEFARH:** Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos  
**CEIS:** Comissão Especial de Investigação Sumária  
**CGI:** Comissão Geral de Investigação  
**CIA:** *Central Intelligence Agency*  
**CIE:** Centro de Informações do Exército  
**CENIMAR:** Centro de Informações da Marinha  
**CISA:** Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica  
**CITLA:** Clevelândia Industrial e Territorial Ltda  
**CODI:** Centro de Operações de Defesa Interna  
**CSN:** Conselho de Segurança Nacional  
**CSR:** Comando Supremo da Revolução  
**DEAP/PR:** Departamento Estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná  
**DEOPS:** Departamento de Ordem Política e Social  
**DESPS:** Delegacia Especial de Segurança Política e Social  
**DGSE:** Direção Geral de Segurança Externa  
**DOI:** Destacamento de Operações de Informações  
**DOPS/PR:** Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná  
**DSI:** Divisão de Segurança e Informações  
**DSN(D):** Doutrina de Segurança Nacional (e Desenvolvimento)  
**EMFA:** Estado-Maior das Forças Armadas  
**EOEIG:** Escola de Oficiais Especialista e de Infantaria de Guarda  
**ESG:** Escola Superior de Guerra  
**EsNI:** Escola Nacional de Informações  
**Esint:** Escola de Inteligência

**FBI:** *Federal Bureau of Investigation*

**FIESP:** Federação das Indústrias de São Paulo

**FLN:** Frente de Libertação Nacional

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**IBAD:** Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IAPC:** Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes

**IBC:** Instituto Brasileiro do Café

**IPES:** Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

**IPM:** Inquérito Policial Militar

**KGB:** *Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti*

**LDB:** Levantamento de Dados Biográficos

**LSN:** Lei de Segurança Nacional

**MAC:** Movimento Anticomunista

**MDB:** Movimento Democrático Brasileiro

**MR-8:** Movimento Revolucionário 8 de Outubro

**OAB:** Ordem dos Advogados do Brasil

**OBAN:** Operação Bandeirante

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro

**PCBR:** Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

**PDC:** Partido Democrático Cristão

**PR:** Partido Republicano

**PRP:** Partido Republicano Progressista

**PSP:** Partido Social Progressista

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro

**SFICI:** Serviço Federal de Informações e Contra - Informações

**SISNI:** Sistema Nacional de Informações

**SNI:** Serviço Nacional de Informações

**SSI:** Subdivisão de Segurança e Informação

**SUPRA:** Superintendência da Reforma Agrária

**UDN:** União Democrática Nacional

**VPR:** Vanguarda Popular Revolucionária

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Nota publicada no <i>Jornal do Brasil</i> a propósito das eleições para o Governo da Guanabara, parte da Campanha Anticomunista promovida pela CAMDE.....	36
<b>Figura 02:</b> Quadro de assessoramento relacionado à Segurança Nacional (Informação e Contrainformação, 1976-1979).....	59
<b>Figura 03:</b> Ficha sintética de apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos efetuados.....	61
<b>Figura 04:</b> Capa do Manual “Glossário de Informações” (1960).....	72
<b>Figura 05:</b> Capa do Manual “Noções sobre Operações Clandestinas” (1960).....	73
<b>Figura 06:</b> Método de vigilância “ABC” .....	77
<b>Figura 07:</b> Método de vigilância “ABC” .....	77
<b>Figura 08:</b> Ficha de códigos empregados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para avaliar a confiança na fonte e a veracidade dos informes.....	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>Fontes e Metodologia</b> .....	26
<b>Os Capítulos</b> .....	28
<b>CAPÍTULO 01: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	31
1.1 O CENÁRIO BRASILEIRO E PARANAENSE NO PERÍODO PRÉ-GOLPE (1960-1964).....	31
1.2 O GOVERNO DOS MILITARES (1964-1985).....	40
1.3 ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE UM INIMIGO.....	49
<b>CAPÍTULO 02: A ESTRUTURA BUROCRÁTICA DOS APARATOS INFORMATIVOS E REPRESSIVOS NO BRASIL PÓS-1964</b> .....	56
2.1. A FORMATAÇÃO DA “COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO”.....	57
2.2. OS MANUAIS DE AGENTES SECRETOS NO PERÍODO PRÉ-DITADURA.....	70
2.3. A FORMAÇÃO DE AGENTES DE INFORMAÇÕES NO PÓS-1964.....	80
2.4. O CASO DO INFORMANTE “ZEZINHO DE OURO”.....	87
<b>CAPÍTULO 03: ESTUDO DE CASOS SOBRE A ATUAÇÃO DE INFORMANTES NO ESTADO DO PARANÁ À ÉPOCA DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) A PARTIR DO IMÁGINÁRIO ANTICOMUNISTA</b> .....	93
3.1. O CARATÉR ANTICOMUNISTA DOS INFORMANTES.....	96
3.2. OS CIRCULOS RELIGIOSOS .....	107
3.3. OS COMUNISTAS ESTRANGEIROS NAS DENÚNCIAS DOS INFORMANTES.....	108
3.4. OS INFORMANTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	110
3.5. OS INFORMANTES E A QUESTÃO DA CRIMINALIDADE.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>FONTES</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120

## INTRODUÇÃO

*[...] Antes que eu me esqueça, quero avisar que, na última reunião da direção com os professores, foi decidido que daqui por diante haverá remuneração para delegação. Vai ficar muito prático: você entrega o colega e depois passa no caixa. É uma quantia modesta para não haver inflação. A gente começa a remunerar muito, na crise que está daqui a pouco não sobra ninguém para ser entregue. O sistema de remuneração por esses serviços era feito até agora de uma forma muito pouco eficiente. Com um salário fixo por mês, ninguém tinha obrigação de prestar muito serviço<sup>1</sup> (Deonísio da Silva).*

Pretendemos, neste trabalho, analisar a relação entre o imaginário<sup>2</sup> anticomunista e a colaboração de alguns “informantes” voluntários vinculados ou não a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR) entre os anos de 1964 e 1985. Este marco temporal abarca o período de vigência da ditadura civil-militar<sup>3</sup> no Brasil, iniciada em abril de 1964 a partir de um golpe de Estado articulado entre setores da sociedade civil e militar.

Exercendo a função de polícia política, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) atuaram intensivamente no Brasil no decorrer do século XX. No

---

<sup>1</sup> SILVA, Deonísio da. Todos serão condenados. In: SILVA, Deonísio da. **Contos reunidos**. São Paulo: Leya, 2010, p. 54.

<sup>2</sup> Entendemos por Imaginário o “conjunto das imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes - e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo - e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determináveis”. COELHO, Teixeira (org.). **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminatus, 1997, p. 212.

<sup>3</sup> Atualmente o uso da terminologia “civil-militar” como referência ao regime ditatorial instaurado no Brasil em 1964 tem suscitado inúmeros debates no campo acadêmico. Na historiografia atual destacamos os trabalhos dos historiadores Daniel Aarão Reis (2012) e Carlos Fico (2014). Enquanto o primeiro alega que o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da “ditadura militar” no Brasil, sendo, portanto justificável a utilização do termo “civil-militar”, o segundo pontua que, embora seja correta atribuir ao golpe o caráter de “civil-militar”, o mesmo não deve ocorrer com o regime que se seguiu, pois tal regime predominantemente estava nas mãos dos militares. Para maiores detalhes sobre esta discussão ver: REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acessado em 06/Jan/2017; FICO, Carlos. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. Ao propormos analisar a colaboração dos informantes partindo de seu caráter espontâneo e levando em consideração o fato destes, em sua grande maioria, estarem inseridos na condição de civis e não estritamente militares, utilizaremos no decorrer do texto o termo “civil-militar” como forma de pontuar a relação de apoio e cooperação que se estabeleceu entre o regime político à época em vigor e parte da sociedade nele inserido.

Estado do Paraná não foi diferente. Criada oficialmente em 1937<sup>4</sup> e extinta em 1989, a DOPS paranaense exerceu continuamente a vigilância de pessoas, organizações, entidades, partidos políticos e movimentos sociais que, de alguma forma, pudessem colocar em risco a ordem política e social do estado (PRIORI; POMARI, 2012, p. 784).

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro (*apud* PRIORI, 1998, p. 22) o objetivo inicial da Delegacia<sup>5</sup> era formar um “arquivo de indesejáveis – arquivo em que [haveria] o nome do delinquente, a sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia” – que pudesse facilitar o trabalho da polícia política. Ao longo dos anos, conforme pontua Ângelo Piori (1998), esta concepção de “indesejáveis” sofreu variações que direcionaram prioritariamente, mas não exclusivamente, as investigações do órgão para um determinado assunto, instituição ou grupo social.

Assim sendo, o período que vai de 1920 até 1930 há uma grande preocupação do órgão com o movimento operário, sobretudo em relação aos militantes anarco-sindicalistas. No período de 1930-1945 a preocupação se volta, primeiramente para os movimentos tenentistas, e depois com a adesão do Brasil ao lado dos países aliados, em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, contra os imigrantes estrangeiros dos países do eixo, mais detidamente alemães e japoneses. No período de 1945-1964 a preocupação se

---

<sup>4</sup> Vide: Lei Estadual nº. 177 de 15 de março de 1937.

<sup>5</sup> Desde 1907, o Distrito Federal contou com órgãos que exerceram a função de polícia política. O Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda que sob essa designação estivesse qualquer tipo de desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, a qual cabia manter a existência política e a segurança interna da República. Essa inspetoria foi extinta a 20 de novembro de 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção de Ordem Política e Social, que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário. Essa seção configurava-se como uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de grande agitação que dominava o campo do trabalho, e de intensa participação política da população das grandes cidades ao final dos anos 10 e início dos 20. [...] No início do governo Vargas, o controle do Estado sobre seus adversários políticos ampliou-se. De uma simples seção da 4ª Delegacia Auxiliar, o órgão transformou-se na Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 10 de janeiro de 1933. Em 1938, houve um redimensionamento da DESPS, que passou a adquirir uma estrutura administrativa muito mais complexa, criando-se inclusive a Seção de Arquivo Geral. O movimento comunista de 1935 e a repressão desencadeada contra os simpatizantes desse movimento nos anos seguintes, e também a tentativa de golpe integralista de maio de 1938 contribuíram para que o governo redefinisse a atuação da polícia política, que passou a ser um órgão preventivo e não apenas repressivo. MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.12, n.22, 1998, p. 380-381.



centra nos movimentos sociais e nas atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB). [...] Já no período de 1964-1979, as diligências vão ser direcionadas aos militantes dos partidos de esquerda, sobretudo o PCB e daquelas organizações que se envolveram na luta armada, bem como do movimento estudantil. E por fim, o período que compreende 1979-1989 é dedicado aos movimentos populares e de direitos humanos na luta pelo fim da ditadura militar (PRIORI, 1998, p. 22-23).

Em 1991, todo acervo documental produzido por este órgão ao longo de sua existência no Paraná (que embora menor do que nos grandes centros não deixou de ser pluralista) foi transferido para o Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná<sup>6</sup> e, a partir de então, um amplo leque de possibilidades de estudos se abriu e juntamente com ele um universo de “tramas, medos e mentiras” sobre os cidadãos considerados “inimigos indesejáveis” puderam vir à tona.

É em meio a este universo que procuramos delinear o presente estudo. Para isso, procuramos tomar como referência alguns documentos produzidos e enviados a DOPS paranaense, por informantes, acerca dos fatos que estes consideravam subversivos. Estes informantes, conforme pontua Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (2012), podiam ser voluntários ou profissionais. Os primeiros correspondiam geralmente a “homens comuns, sem nenhum comprometimento formal com o sistema, mas que enviavam cartas-denúncias ao DOPS sobre quaisquer pessoas ou movimentos, entendidos por eles como subversivos” (MAGALHÃES, 2012, p. 145). No segundo caso, tratava-se de militares, ex-militares, agentes policiais ou funcionários públicos, especialmente incumbidos de tal tarefa, que de acordo com seu desempenho ascenderiam a cargos mais elevados no governo (MAGALHÃES, 2012, p. 144).

Para melhor compressão desse processo, adotamos como marco temporal o período compreendido entre os anos 1964 e 1985, enfatizando as denúncias as quais o discurso anticomunista parece ter prevalecido como justificativa para as

---

<sup>6</sup> O processo de redemocratização do Brasil e a instituição do direito ao *habeas-data* previsto na Constituição Federal de 1988 levou a administração pública, instada pelos grupos empenhados na defesa dos direitos humanos, a transferir, nos anos 90, os acervos das polícias políticas para os arquivos públicos, de modo a garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais. No Paraná, o cumprimento desses preceitos foi legalmente definido pelo Decreto Estadual n.º577 de 11 de julho de 1991, que extinguiu a Subdivisão de Segurança e Informação da Polícia Civil – SSI, anteriormente denominada Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e transferiu o seu acervo documental ao Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP. RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os Arquivos do DOPS do Paraná. In: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Os Arquivos da repressão**: do recolhimento ao acesso. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, v.1, n.1, março/agosto 1998, p. 41.

delações mesmo que, por vezes, o alvo não possuísse nenhuma relação com esta ideologia.

Há que se ressaltar que ao longo do século XX, principalmente nos períodos de autoritarismo (1937-1945 e 1964-1985), a imagem do comunismo/comunista sempre foi vista de forma pejorativa. Segundo Rosângela Pereira de Abreu Assunção (2006), os subversivos comunistas foram sempre caracterizados como “elementos ‘sagaz[es]’, ‘dissimulado[s]’, ‘inteligente[s]’, ‘frio[s]’, ‘premeditado[s]’, ‘calculista[s]’, ‘perigoso[s]’, ‘convicto[s]’, violento[s], decidido[s], ‘agitado[s]’ e ‘inconstante[s]’” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 107). Tal visão, construída e difundida pela polícia política foi reproduzida constantemente nas denúncias efetuadas por alguns informantes. Este fator talvez nos leve a compreender a força do imaginário anticomunista no seio social durante aquele período, bem como a influência que o mesmo exerceu no processo de legitimação das ditaduras brasileiras.

De acordo Rodrigo Patto Sá Motta (2010), em que pese a plêiade de inimigos que estiveram sob suspeita, a polícia política, em suas atividades repressivas, conferiu lugar de destaque para os comunistas. Segundo Motta, “embora os DOPS não tenham sido criados apenas para combater o comunismo e, no decurso de sua longa história, tampouco cuidaram apenas disso, eles encontraram no anticomunismo sua principal razão de ser” e, dessa forma transformaram-no em uma “referência importante para a construção de valores e para nortear suas ações” (MOTTA, 2010, p. 21). Os estudos sobre o anticomunismo, sobretudo do imaginário social e político que se construiu em torno dele, tem alcançado significativo espaço no campo acadêmico<sup>7</sup> brasileiro a partir da abertura para consulta dos arquivos dos órgãos de repressão e informação.

---

<sup>7</sup> No cenário nacional diversos pesquisadores se debruçaram sobre o tema do anticomunista ao longo do século XX, como por exemplo: MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998; MOTTA, R.P.S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, 368f; ASSUNÇÃO, Rosangela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2006, 175f; DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930**. 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. No caso do Paraná destacamos: IPÓLITO, Verônica Karina. **O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná**. 2016. 253 f.. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis (SP).

No Brasil, a preocupação com a “conspiração comunista” será sentida em particular a partir de 1935 com o evento pejorativamente denominado de “Intentona Comunista”, cujos resultados mobilizaram forças para o golpe de 1937, que aglutinou em torno de Getúlio Vargas diversos setores, em particular militares, industriais, parcela da *intelligenza* e oligarquias tradicionais (REZNIK, 2004). Este evento será responsável por marcar a origem de uma grande onda anticomunista constantemente reatualizada no decorrer do século XX, que não se resumiria apenas à repressão e a censura, mas implicaria também na criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda visando erradicar o risco de expansão das ideias revolucionárias no Brasil (MOTTA, 2000, 2007).

No que tange a atuação e colaboração dos informantes durante os períodos autoritários do Brasil, pouco se discutiu acerca do assunto na historiografia brasileira. Não obstante, as poucas referências que abordam esta temática provêm em sua maioria inicialmente de áreas análogas ao campo da História.

Dentre as obras que abordam o assunto destacamos inicialmente o livro “*Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*”, organizado pelos sociólogos e cientistas políticos Maria Celina D’ Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro e publicado em 1994<sup>8</sup>. Nessa obra, os autores apresentam uma “visão militar” da repressão política no Brasil durante a ditadura militar reunindo uma série de entrevistas com militares que ocuparam cargos significativos na estrutura do amplo aparato informativo/repressivo formado no pós-1964. Como resultado desse trabalho, originou-se um arsenal de informações que serviriam de base para estudos acadêmicos posteriores sobre os serviços de informações e de repressão, pois ao compartilharem suas trajetórias, vivências e experiências profissionais, aqueles militares trouxeram à tona uma realidade interna que ainda se faz necessária discutir e na qual a figura dos “informantes” está intimamente interligada.

Para os propósitos dessa pesquisa atentaremos, por ora, para o depoimento do General Adyr Fiúza de Castro<sup>9</sup>. Em 1964, o então General ocupava a posição de Tenente Coronel e servia no Estado-Maior do Exército, na subseção de História da

---

<sup>8</sup> D’Araújo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>9</sup> Adyr Fiúza de Castro. In: D’Araújo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 35-80.

5ª Seção. Promovido a Coronel em 1965, Adyr Fiúza da Castro chefiou a Divisão de Informações (D2) do Gabinete do Ministro da Guerra até 1969 e nessa função fomentou a criação do Centro de Informação do Exército (CIE).

Ao compartilhar suas vivências nos serviços de informações aos quais atuou, o General Castro expôs, de forma detalhada, a forma como agiam. De acordo com ele, nos casos onde imperava a necessidade de infiltração em grupos, organizações ou mesmo instituições, esta atividade preferencialmente era entregue aos sargentos, ao passo que a função de informante em sua maioria era ocupada por civis. A lógica desta distinção entre cargos, segundo ele, estava no fato de que: “O sargento era o melhor infiltrado, porque era um profissional. E não era preciso pagar extra: ele estava ali executando uma missão”<sup>10</sup>.

Nesse sentido, o resultado de sua tarefa se apresentava de forma mais contundente e com poucos índices de informações inverossímeis. A facilidade com que estes agentes se infiltravam era resultado em grande medida da amadorística organização que agiam os grupos (considerados subversivos) antes, durante e após suas atividades. Este “despreparo” ou mesmo “desconhecimento” por parte destes grupos resultava na maioria das vezes no seu desmantelamento. Cite-se, por exemplo, o caso do Movimento Estudantil, mencionado pelo General:

Era muito fácil infiltrar no movimento estudantil, porque eles eram amadores. Então a gente matriculava o camarada na Universidade, o sujeito fazia uns discursos, tal coisa, eles logo achavam: “Esse é dos nossos.” Pronto. Quando era bom mesmo, dali a pouquinho já chegava ao comando deles. Era muito fácil. Eu deixei no meu gabinete, a fotografia de *O Cruzeiro*: mais da metade dos seguranças do Vladimir [Palmeira] era composta por sargentos meus. De maneira que eu conhecia todos os passos que ele dava, o que fazia, o que não fazia<sup>11</sup>.

Outro recurso que os serviços de informações se valeram durante o regime militar foi a utilização de “agentes virados”. Ao contrário dos agentes infiltrados, estes não precisavam se infiltrar para conhecer os meandros dos grupos e instituições sobre a qual iria fornecer informes, pois geralmente já estavam inseridos neles. De acordo com o General Castro o “*chou à la creme*”, ou seja, máximo do

---

<sup>10</sup> Adyr Fiúza de Castro, 1994, p. 39.

<sup>11</sup> Ibid., p. 40.

máximo [era] “virar”, [era] pegar um camarada importante do outro lado, “ganhá-lo” e fazer com que ele trabalh[asse] para você<sup>12</sup>. Neste processo, por um lado poderia se obter informações valiosíssimas acerca dos inimigos, mas, por outro lado, corria-se o risco do indivíduo tornar-se um agente duplo, “por que as vezes ele fing[ia] que ‘vira[va] e não vira[va]’”<sup>13</sup>.

Já os informantes considerados “eventuais”, segundo o General Castro, formavam um corpo a parte daquele em que os agentes “infiltrados” e “virados” estavam inseridos, pois embora pudessem estabelecer relações entre eles, estes informantes, em sua maioria, não pertenciam ao quadro burocrático dos serviços de informações. A quantidade destes informantes, bem como dos informes que transmitiam, eram gigantescas o que não necessariamente significava serem eles todos verdadeiros. Estes informantes “eventuais” embora produzissem informes e acusações que, de um modo geral, poderiam ser úteis para o combate ou desmantelamento de grupos subversivos apresentavam motivações diversas que em certa medida comprometiam a fidedignidade de seu informe.

Para o General Castro, a natureza humana apresentava falhas, e, portanto, não se podia de modo algum se louvar no informante. De modo que se fazia necessário confrontar os informes fornecidos por eles com vários outros, a fim de que se eliminasse qualquer dúvida que porventura pudesse surgir quanto a verdade dos fatos, caso contrário, os profissionais dos serviços de informações estariam agindo de forma leviana, ocasionando, muitas vezes, investigações desnecessárias.

A relevante contribuição destas revelações, que embora se enquadre dentro de uma perspectiva que destoa daquela que estamos procurando pelo fato se tratar de uma visão militar, nos auxilia na compreensão de outro tipo de informante, a saber, aquele que sob a intensa pressão dos interrogatórios, seja pelo medo em função de nunca terem sido presos, seja pelas práticas efetuadas pelos interrogadores, acabavam por revelar e/ou confirmar, se assim solicitado, toda e qualquer tipo de informação acerca do grupo à qual pertencia. O medo da tortura por parte dos capturados tornava-se uma chave nas mãos dos interrogadores.

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 40.

<sup>13</sup> Ibid., p. 40.

Qualquer homem que já leu algum relato de combate sabe que, quando o sujeito é submetido a um bombardeio, suja as calças. Porque os esfíncteres não seguram os excrementos quando se está submetido a um medo muito grande. Então o medo é realmente um fator favorável ao interrogatório quando esta é feito logo que o camarada “caiu”<sup>14</sup>.

Na ótica do General Castro era justificável, na obtenção de informações imediatas, certa dose pelo menos de tortura psicológica como, por exemplo, botar o sujeito numa cela com uma cobra. Neste caso, não se configuraria como uma tortura física, pois não deixava marca nenhuma. [Era] uma tortura psicológica – mesmo que a cobra seja uma jiboia, o sujeito fica só apavorado<sup>15</sup>. Não raro, os indivíduos que são capturados e postos em uma situação degradante e moralmente humilhante como esta tendem a cooperar mais facilmente com a polícia.

Há casos ainda de muitos indivíduos que pelo fato de pertencerem a uma classe social elevada contava com o auxílio financeiro dos pais para retirá-los dali. Seja pelo medo da tortura, ou apenas para não “sujar” moralmente o nome da família. Acerca destes, o General Castro, afirma que:

Normalmente são pequeno-burgueses, filhos de papai rico que, quando saem da prisão, os pais procuram tirá-los da organização, e eles deixam. Muitos primeiro, inventam uma história auto justificante perante os companheiros, porque não querem passar por delatores, não querem passar por frouxos. Depois grande parte deles abandona as atividades. Os outros, depois de absolvidos [...] retomam a sua boa vida de pequeno burguês. [...] Os frios, evidentemente que não. Esses eram muito estruturados, muito rancorosos, e só pensavam na volta, no troco. Quando liberados, retornavam ao seu grupo terrorista<sup>16</sup>.

Mesmo sendo favorável a utilização da tortura em certos casos, o General Castro aponta que inúmeras vezes ela [a tortura] serviu como um recurso de mão dupla. Por um lado, possibilitava uma rápida aquisição de informações, o que agilizava o trabalho da polícia no controle e combate das ameaças, mas, por outro lado, servia também como um recurso utilizado pelos próprios delatores para

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 56.

<sup>15</sup> Ibid., p. 69.

<sup>16</sup> Ibid., p. 65-66.

invalidar suas declarações tanto na hora do julgamento quanto para seus colegas de organizações citados na denúncia.

[...] Quando um preso saía, evidentemente, dizia aos seus camaradas que tinha sido torturado, tinha sido submetido a toda espécie de pressão, e por isso tinha “aberto” isso, aquilo, aquilo outro. Dessa maneira, ele se justificava perante sua organização (...). Quando chegava a hora do julgamento perante o auditor, instruídos pelos advogados, eles negavam tudo o que haviam depostos ao encarregado do inquérito. E todos aqueles autos tornavam-se nulos. Só valia o que era declarado ali, com o advogado do lado, perante o auditor. Na maioria dos casos, foram absolvidos<sup>17</sup>.

Outro autor que se debruçou em cima da temática correlata a este estudo foi o sociólogo e historiador Marcos Tarcísio Florindo (2006)<sup>18</sup>. Tomando como referência diversos documentos elaborados pela polícia política paulista, Florindo analisou a atuação de agentes duplos ligados à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP) nas estratégias de contenção sobre o movimento operário durante a Era Vargas. De acordo com o autor, a infiltração de agentes duplos ligados à agência nas organizações vigiadas foi uma tática de investigação e intimidação amplamente utilizada pelo DEOPS/SP desde a década de 1930, momento no qual, se projetou, de forma estratégica, um readequamento do aparato estatal de controle e vigilância da sociedade às transformações no mundo do trabalho. Foi nesse período que “a modernização da sociedade requeria do Estado um maior zelo em relação à administração de suas instituições e ao preparo de seu pessoal” (FLORINDO, 2006, p. 106).

Ainda segundo Florindo, as ações de agentes duplos<sup>19</sup> nos meios vigiados pelo DEOPS/SP, (sindicatos, partidos políticos, associações e órgãos da imprensa) não eram desconhecidas nos meios vigiados, as pessoas tinham consciência que poderiam estar sendo observadas por um delator (FLORINDO, 2006, p. 18). Os infiltrados, geralmente indivíduos recrutados nos círculos de sociabilidade vigiada,

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 65.

<sup>18</sup> FLORINDO, Marcos Tarcísio Florindo. **O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Este livro é resultado de uma Dissertação de Mestrado em História concluída no ano 2000 na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca.

<sup>19</sup> No início dos anos de 1930, esses agentes, que estavam diretamente ligados ao delegado de Ordem Social, foram agrupados num setor específico da delegacia, o Serviço Reservado (SR). Este foi renomeado Serviço Secreto (SS) em 1938 (FLORINDO, 2006, p. 14).

acompanhavam o movimento das organizações e as ações de seus principais militantes, relatando essas atividades aos policiais (FLORINDO, 2006, p. 14). Depois de presos, os suspeitos eram submetidos a diversos tipos de intimidações e de torturas, levadas a cabo nas dependências da delegacia, com o propósito de formalizar as confissões sobre as suas atividades já delatadas e conseguir novas informações sobre os arquivos que militavam. (FLORINDO, 2006, p. 17).

Como forma de expor a realidade que permeava o submundo desses agentes infiltrados, Florindo trouxe à tona os percursos profissionais e pessoais de dois agentes duplos ligados à delegacia: os agentes Guarany e Mário de Souza, operantes entre 1932 e 1935. Já o processo de arregimentação de agentes duplos por parte do DEOPS/SP é enfatizado pelo autor, destacando a experiência de Davino Francisco dos Santos, liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se tornou colaborador da polícia na prisão.

Outro estudo voltado para a questão dos “informantes” é o da historiadora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1997)<sup>20</sup>. Alicerçada na documentação arquivada atualmente no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná, Magalhães buscou apresentar a figura do informante durante o regime militar, enfatizando aquele que colaborou espontaneamente com a polícia política.

Com base no material analisado, a historiadora constatou que as repressões preventivas materializada nas ações desses informantes, por vezes, se tornaram tão ou mais significativas que os próprios métodos de repressão física elaborados pelo regime militar para adquirir informações. Na medida em que os militares inculcavam a constante presença de uma ameaça subversiva, conseguiam angariar adeptos e defensores de suas ações e decisões. Estes adeptos se mostraram dispostos a colaborar direta ou indiretamente com os poderes instituídos, seja com suas denúncias anônimas ou explícitas ou simplesmente com a opção pela omissão frente as ações repressivas desencadeadas contra todos os indivíduos e grupos considerados inimigos internos da nação (MAGALHÃES, 1997).

A trajetória desses atores políticos, quase sempre postos nas margens das grandes pesquisas acadêmicas, também se constitui em alvo de estudo por parte de jornalistas. A recente obra intitulada “*Piracicaba, 1964: o golpe no interior*”

---

<sup>20</sup> MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. [Online]. São Paulo. v.17, n. 34, 1997, p. 203-220.



organizada pela escritora e jornalista Beatriz Helena Vicentini (2014), aborda em um dos capítulos a temática numa perspectiva local, que toma como referência a cidade de Piracicaba, interior do Estado de São Paulo <sup>21</sup>.

Numa linguagem, própria do campo de origem da autora, se constata que eram nas pequenas e médias cidades que o ambiente de vigilância se mostrava mais sufocante que nos grandes centros. Ao levantar esta questão, a jornalista procurou ir além do dito pelos jornais contemporâneos a época, buscando demonstrar que o golpe militar não afetou apenas as relações concernentes ao cenário político, mas também as relações sociais que precisaram ser reorganizadas diante das ameaças comunistas que se faziam presentes.

De acordo com Vicentini, os órgãos de repressão do período da ditadura militar, interessados em qualquer tipo de informação que pudessem lhes dar algum subsídio na luta contra a subversão, acabavam por recrutar para esta missão todos aqueles que quisessem se tornar informantes voluntários ou mesmo remunerados. Dessa forma:

Passaram a ser figuras especialmente valiosas porteiros, bedéis (como se chamavam os então inspetores de alunos), garçons, que tinham suas informações processadas ao lado daqueles que provinham de professores, religiosos, diretores de instituições de ensino, advogados, empresários, enfim, membros da elite que apoiavam os militares mas que não queriam se expor publicamente (VICENTINI, 2014, p. 321-324).

Para além destas constatações, o estudo de Vicentini apresenta uma questão merecedora de ser destacada. Ao debruçar-se sobre a temática, Vicentini pontua que a atividade de informante não se circunscreveu apenas as profissões acima mencionadas. Pelo contrário, o universo artístico onde habitavam pessoas nacionalmente conhecidas (cantores, atores, atrizes, etc.) também davam, mesmo que anonimamente, sua contribuição com o regime. O mais controverso foi o caso do Cantor Wilson Simonal<sup>22</sup> que em 1971, vangloriava-se de sua amizade e proximidade com os militares.

---

<sup>21</sup> VICENTINI, Beatriz Helena. Informantes duvidosos, cidadãos desprotegidos: cuidado com os comunistas! In: VICENTINI, Beatriz Helena (Org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior.** – Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014, p. 323-341.

<sup>22</sup> Sobre este caso, ver também: ALONSO, Gustavo. Simonal, ditadura e memória: do *cara que todo mundo queria ser* a bode expiatório. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A**

Endividado, envolveu-se no sequestro de seu contador, que acabou sendo levado ao DEOPS onde foi torturado até assinar uma confissão de desfalque. O caso tornou-se público, Simonal foi acusado pelo jornal “O Pasquim” de delator e acabou sendo processado e condenado a três meses de prisão por constrangimento ilegal. A partir daí, sua Carrera nunca mais se recuperou, já que em meio ao processo Simonal faria a declaração que “era informante do DOPS, com atuação no meio artístico” (VICENTINI, 2014, p. 329).

Ainda segundo Vicentini, em 1999, o cantor conseguiu um documento do Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que garantia que uma extensa pesquisa junto ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Centro de Informações do Exército (CIE) indicava que Simonal nunca havia sido colaborador ou mesmo prestado de serviços àqueles órgãos.

Todos estes trabalhos mencionados abordaram, direta ou indiretamente, a contribuição de indivíduos aos regimes ditatoriais brasileiros, demonstrando que, mesmo com um caráter autoritário, tais regimes contaram com apoio, consciente ou inconsciente de uma parcela da sociedade civil. Nesse sentido, na tentativa de contribuir com os estudos que envolvem essa temática pretendemos, nesse trabalho, analisar a influência exercida pelo imaginário anticomunista, propagado e disseminado à época da ditadura civil-militar, tanto por setores civis quanto militares, sobre as delações praticadas pelos informantes que, aparentemente movidos muito mais por suas paixões políticas do que em troca de interesses puramente materiais (dinheiro, facilidade para exercício de certas atividades, etc.) se apropriavam de tal discurso e procuravam difundi-lo através de suas denúncias, como forma de manutenção da estabilidade da ordem pública e a preservação de uma sociedade idealizada que não comportava a presença do ideário comunista.

## **Fontes e Metodologia**

Para a realização de nossos objetivos privilegiamos alguns documentos oriundos dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-

PR). Os primeiros contatos com esta documentação ocorreu nos últimos anos da graduação por meio da participação em um Projeto de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Ângelo A. Priori<sup>23</sup>. Tal projeto, intitulado “*Dops e Ditadura Militar: Repressão e Violência no Estado do Paraná*” se voltou basicamente para a compreensão da estrutura e funcionamento daquela instituição, bem como para o estudo do papel desempenhado pela mesma no que tange aos procedimentos de violência e repressão adotados contra determinados grupos sociais, como por exemplo, o movimento estudantil<sup>24</sup>.

Foi durante aquele período que tivemos a oportunidade de perceber o quanto significativo era a participação dos agentes infiltrados e dos informantes para o processo de neutralização e por vezes desarticulação daqueles grupos que, aos olhos da polícia política, eram considerados subversivos. Foi a partir de então que emergiu o interesse inicial pela temática que aqui pretendemos analisar – os informantes.

Nos arquivos da DOPS/PR a temática referente a este assunto propriamente dito, encontra-se em duas Pastas: Informantes<sup>25</sup> e Informantes EOEIG<sup>26</sup>. A primeira composta em sua maioria por relatórios de agentes, recortes de jornais, cartas e bilhetes sobre diversas pessoas e localidades do Paraná. Ao passo que a segunda, ao que tudo indica, é composta por relatórios diários elaborados por um único informante vinculado a Escola de Oficiais Especialista e de Infantaria de Guarda (EOEIG) de Curitiba-PR. Foi principalmente através desses documentos que pudemos verificar a atuação e colaboração desses “protagonistas anônimos da história” que, voluntária ou involuntariamente, desempenharam um significativo

---

<sup>23</sup> Vide: SILVA, R. P. **Dops e Ditadura Militar**: Repressão e Violência no Estado do Paraná. Maringá, 2013/2014. 28p. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC-FA-CNPq). Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

<sup>24</sup> Utilizamos à época como referência principal o seguinte documento: DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: **Relatórios: 1967-1968**. BR PRAPPR.PB004.PT850.104. (266p.).

<sup>25</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: **Informantes**. BR PRAPPR.PB004.PT797.94.(250p.). A Pasta “Informantes” possui 254 páginas. É composta por bilhetes, recortes de jornais, rascunhos de anotações, cartas, telegramas, ordens de serviços, ofícios, fotos etc. Devido a ilegitimidade de vários desses documentos, analisamos dessa pasta 57 informes.

<sup>26</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: **Informantes EOEIG**. BR PRAPPR.PB004.PT798.94.(38p.).

papel no processo de vigilância e repressão durante a ditadura<sup>27</sup>. No caso desta pesquisa, contra os comunistas.

Trabalhar com este tipo de documentação, proveniente de períodos repressivos, nos impõe certos cuidados metodológicos, tendo em vista o fato de que “essa documentação está permeada por práticas difundidas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que muitas vezes, gera informações imprecisas” (BAUER; GERTZ, 2012, p. 177). Nesse sentido, concordamos com Carlo Ginzburg (1991) quando este nos alerta para a necessidade de aprendermos “a captar, por baixo da superfície uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos [...] a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual desses diálogos” (GINZBURG, 1991, p. 15). Diálogos estes, que nos convidam a olhar para tais documentos enquanto um “produto da sociedade que o fabricou, segunda as relações que [ali] detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 536).

Para Jacques Le Goff (2003) nenhum documento é inócuo. E, E, antes de tudo, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p. 538). Nesse sentido, é que buscamos ao longo desta pesquisa compreender a “montagem”, construída a partir do imaginário anticomunista, desses documentos que floresceram da relação entre informantes e os órgãos de segurança e informações durante a ditadura civil-militar.

## Os Capítulos

No primeiro capítulo procuramos apresentar alguns aspectos do cenário político e social do Brasil e do Paraná no início da década de 1960 partindo da inesperada renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e o conturbado contexto que se seguiu com entrada de João Goulart para a presidência indo até a sua saída

---

<sup>27</sup> Consultamos também os seguintes documentos: DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: **Informes**. BR PRAPPR.PB004.PT799.94.(250p.); DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: **Informes recebidos**. BR PRAPPR.PB004.PT1143a.137.(7p.); DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: **SNI-1971**. BR PRAPPR.PB004.PT1782.213. (286p.).

em 31 de março de 1964. Procuramos demonstrar que nessa conjuntura, na medida em que se buscava desestabilizar o governo Goulart, intensificou-se também a partir de determinados setores civis (IPES, IBAD, CAMDE, OAB), a difusão de um imaginário anticomunista que diretamente contribuiu para a instauração do golpe civil-militar. A partir de então, ao longo dos 21 anos subsequentes, este imaginário permanecerá presente na vida política do país interferindo diretamente nas ações dos presidentes militares. Ainda neste capítulo, buscamos apresentar os aspectos gerais de cada governante militar e as relações destes estabelecidas com o governo do Paraná. Por fim, destacamos a influência exercida pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento sobre o cenário nacional e a forma como aquela dialoga com a temática aqui estudada.

No segundo capítulo, procuramos observar a formação de uma estrutura burocrática de serviços de segurança e informação (Comunidade de Informações) que serviu como uma ferramenta fundamental para a ditadura dar prosseguimento nas suas ações de vigilância e repressão. Ainda nesse capítulo apontamos algumas características da formação dos agentes secretos que serviam para orientar estes nas infiltrações dos círculos de sociabilidade considerados subversivos e que em geral contribuía para seu desmantelamento. Apresentamos ainda o caso de um informante, José Moreira Gonzaga, cuja memória sobre o período nos permite observar que os interesses materiais também faziam parte da atuação de um informante, e para, além disso, sua memória também nos convida a pensar sobre o fato de que a colaboração de um informante ao regime não necessariamente significava que este estaria isento de sofrer alguma penalização caso sua conduta também fosse considerada desapropriada.

No terceiro capítulo, procuramos analisar a atuação de alguns informantes “espontâneos” que, aludidos pela propaganda anticomunista fortemente difundida à época, se colocavam a disposição do regime militar como forma de cooperarem para o combate ao avanço e propagação do ideário comunista no seio da sociedade paranaense. Através de denúncias, geralmente anônimas, estes informantes delatavam à polícia política, as ações e a localidade de diversas pessoas consideradas potencialmente comunistas. Algumas das denúncias eram encaminhadas inicialmente não diretamente a polícia política, mas sim a personalidades políticas ou militares que à época se mostraram favoráveis a

intervenção militar. Posteriormente essas denúncias ou relatos de possíveis focos comunistas eram direcionados investigação e poderiam ou não, em função da confiabilidade das “fontes” (informantes), serem levadas adiante.

## CAPÍTULO 01: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A conjuntura política e social do cenário brasileiro nos primeiros anos da década de 1960 teve influência significativa para a tomada do poder por parte dos militares em 1964 e, certamente contribuiu de igual maneira para a formatação do regime político que se constituiu a partir de então. Nesse sentido, retomar tal contexto dialogando-o com as relações estabelecidas à época entre a esfera estadual e federal, se faz imprescindível para os propósitos desse estudo, uma vez que naquele período já era possível perceber, como se verá adiante, indícios do entrosamento entre setores da sociedade civil e militar tendo como um dos eixos unificadores o discurso anticomunista. Discurso este, que se fará presente na relação que se pretende analisar posteriormente entre os informantes paranaenses e os órgãos de segurança e informação atuantes durante a ditadura civil-militar.

### 1.1. O CENÁRIO BRASILEIRO E PARANAENSE NO PERÍODO PRÉ-GOLPE (1960-1964)

Em termos políticos e econômicos o Brasil dos anos iniciais da década de 1960 se apresentava de forma complexa para o poder executivo que carregava a pesada carga da crise financeira latejante desde fins da década de 1950. A complexidade se intensificou ainda mais com a renúncia inesperada de Jânio Quadros à presidência em agosto de 1961<sup>28</sup>. Nesse cenário, os partidos de oposição como, por exemplo, a União Democrática Nacional (UDN) juntamente com os militares tentaram impedir a posse do vice João Goulart – que à época encontrava-se em visita oficial à China – argumentando, dentre outros fatores, que Goulart possuía laços estreitos com a ideologia comunista. Como forma de resolver

---

<sup>28</sup> Jânio Quadros venceu as eleições de 3 de outubro de 1960 com 5.636.623 votos (correspondentes a 48% do total), contra 3.846.825 dados a Lott (32%) e 2.195.709 a Ademar de Barros (20%). Setenta e oito por cento dos votos de Jânio foram obtidos no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. No mesmo pleito, João Goulart foi eleito vice-presidente com 4.547.010 votos, seguido de Milton Campos com 4.237.419 e Fernando Ferrari com 2.137.382. Sobre a trajetória política de Jânio consultar, por exemplo: JÂNIO DA SILVA QUADROS. In: **DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>. Acesso em: 05. Jan. 2017.

o impasse, Goulart assumiu a presidência via parlamentarismo<sup>29</sup> e somente apropriaria de fato do poder, em janeiro de 1963, após o plebiscito que autorizou seu retorno ao presidencialismo<sup>30</sup>.

Essa crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros também teve reflexos no cenário político e militar do Paraná. Nessa época, o Paraná era governado por Ney Braga pertencente ao Partido Democrata Cristão (PDC)<sup>31</sup>. De acordo com Alessandro Batistella (2015) o então governador do Estado adotou inicialmente uma postura dúbia, não deixando claro se apoiava os ministros militares, que vetavam a posse de Jango, ou se estava do lado da legalidade. Para Batistella (2015, p.277) embora não se manifestasse oficialmente, “Ney Braga era contrário à posse de Jango e também defendia que a melhor solução para o problema seria o retorno de Jânio Quadros”<sup>32</sup>. Com relação aos setores militares paranaenses, José Carlos Dutra (2004) pontua que os mesmos encontravam-se divididos, particularmente no que se referia à oficialidade.

De um lado, os “janguistas”, que pregavam a posse de Jango e a devolução dos poderes presidenciais suprimidos pelo parlamentarismo. De outro lado, aqueles que não viam com bons olhos o desenrolar dos acontecimentos, principalmente a agitação política que terminou contaminando a caserna além de produzir graves problemas de indisciplina (DUTRA, 2004, p. 196).

---

<sup>29</sup> Em linhas gerais um regime parlamentarista configura-se enquanto um regime político ou governo caracterizado por possuir um gabinete de ministros, que forma o Parlamento. Este por sua vez detém concentrado todo o poder enquanto a função do Presidente é exercida de forma coadjuvante.

<sup>30</sup> De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral 76,98% da população votante se manifestou contrária à instituição do Parlamentarismo. Os resultados do Plebiscito encontram-se disponíveis para consulta em: < <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>>. Acesso em: 05. Jan. 2017.

<sup>31</sup> O Major Ney Aminthas de Barros Braga teve uma carreira política meteórica. Ex-cunhado do ex-governador Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), Ney Braga ocupava o posto de chefe de polícia do Paraná (equivalente a Secretário de Segurança Pública) desde 1952, quando, nas eleições para a prefeitura de Curitiba, em 1954, teve a sua candidatura lançada pelo governador Bento. Embora não fosse filiado a nenhum partido, Ney Braga, contando com o apoio do Partido Republicano (PR) e do Partido Social Progressista (PSP), venceu o pleito e tronou-se Prefeito de Curitiba (1955-1958). Posteriormente, em 1957, rompeu com o PR e com Bento Munhoz da Rocha Neto, ingressando no Partido Democrático Cristão (PDC). Esse rompimento foi visto como uma traição política e, a partir de então, ambos tornaram-se inimigos políticos (BATISTELLA, 2014, p.218).

<sup>32</sup> “Julgo que a melhor situação é a volta de Jânio, com a união dos homens de bem, livrar o Brasil das peias que o levaram a renuncia. [...] Se Jânio não pôde, ninguém governará o Brasil com as mesmas amarras que ele denunciou à Nação” (TRIBUNA, 29/08/1961, p. 7 *apud* BATISTELLA, 2015, p.277).



Instaurado o Parlamentarismo, alguns partidos políticos paranaenses juntamente com o próprio governador Ney Braga se mostraram propensos a apoiar a campanha pela restauração do regime presidencialista. Segundo José Pedro Kunhavalik “[...] não há como não contemplar a hipótese” de que o interesse de Ney Braga “pela continuidade da legalidade e posteriormente sua defesa em favor do retorno ao presidencialismo, no plebiscito realizado no início de 1963, é motivado também pelo seu desejo de chegar à presidência da República” (KUNHAVALIK, 2004, p. 301).

Em paralelo a essa submersão no cenário de crise política nacional, o Paraná apresentava ainda um quadro social interno convulsionado pelos conflitos agrários oriundos das décadas de 1940 e 1950, como por exemplo, a Revolta Camponesa de Porecatu (1948-1951)<sup>33</sup> e a Revolta Camponesa do Sudoeste (1957)<sup>34</sup>.

De forma semelhante, os movimentos urbanos reivindicatórios do início da década de 1960 também foram ganhando impulso e como consequência ocasionando greves por todo o País. Embora a maioria dessas greves fosse motivada pela inflação galopante e pela carestia de vida, que solapava o poder aquisitivo dos trabalhadores, muitas delas não se limitaram apenas às demandas materiais e envolveram também a exigência das reformas de base (BATISTELLA, 2015, p.278).

Ao propor ações que visavam tais reformas, Goulart procurou efetuar algumas mudanças de ordem tributária, educacional e principalmente agrária que atenuassem a desigualdade econômica e social pela qual o país enfrentava. Para tanto, tomou medidas que contrariaram profundamente os interesses de grupos da elite, como a concessão de subsídio a indústria nacional, restrições à movimentação do capital estrangeiro e a realização de uma reforma agrária que fosse capaz de eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso aos que ainda não a possuíam.

---

<sup>33</sup> A Revolta Camponesa de Porecatu (1948-1951) foi um movimento armado dos camponeses da região norte do Paraná contra o processo de expulsão de suas terras. Maiores detalhes: PRIORI, Ângelo. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

<sup>34</sup> A Revolta Camponesa do Sudoeste (1957) foi um movimento que teve entre suas motivações a resistência de colonos e pequenos proprietários contra a vigilância do Estado e dos jagunços da empresa de colonização CITLA. Maiores informações: AMÂNCIO, Sílvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico**: a revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em suas variadas versões. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

No Paraná, a anúncio de tais iniciativas não foi recebida de forma positiva pelo governador do Estado que abertamente defendia que “reformas estruturais, como a agrária, direito de voto aos analfabetos, controle de remessas de lucros ao exterior, dentre outras [...] deveriam ser feitas com o respeito à livre iniciativa e as nossas tradições cristãs, dentro dos ensinamentos da encíclica papal ‘*Mater et Magistra*’” (ESTADO DO PARANÁ, out./1961, p. 4 *apud* KUNHAVALIK, 2004, p. 302). Na concepção de Ney Braga as reformas de base deveriam ser referendadas dentro da ordem e dentro dos princípios cristãos (KUNHAVALIK, 2004) características estas que no seu ponto de vista não estavam presentes no planejamento apresentado de Goulart.

Em nível nacional, as propostas de reformas de base anunciadas por Goulart serviram, sobretudo, para endossar a imagem que os militares tinham a seu respeito, a saber, a que “simbolizava tudo aquilo que havia de “negativo” na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista” (TOLEDO, 1984, p. 12).

Tal visão ultrapassou os círculos militares, levando diversos setores da sociedade civil a se articularem em parceria com setores militares em uma campanha de desestabilização do governo federal e concomitantemente ao avanço dos movimentos sociais de esquerda.

Dentre os setores e organizações de maior atuação<sup>35</sup> no período, destacamos a Escola Superior de Guerra (ESG) responsável pela formulação da “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” a qual retomaremos posteriormente, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>36</sup>, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)<sup>37</sup>. O elo que os unia tinha como pano de fundo o discurso anticomunista<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> Outros setores também se articularam para desestabilização de João Goulart. Como por exemplo, a Ordem dos Advogados Brasileiros (MATTOS, 2012); organizações e extremistas como o Movimento Anti-comunista (MAC), setores da imprensa e entidades patronais a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) entre outros. Contudo para esta pesquisa consideraremos apenas a ESG, IPES, IBAD e a CAMDE.

<sup>36</sup> A atuação das instituições IBAD e IPES foi amplamente analisada pelo Cientista Político Uruguaí René Armand Dreifuss. Ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>37</sup> Sobre a CAMDE ver: CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: A campanha da mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

O IBAD foi uma instituição brasileira fundada em 1959 por Ivan Hasslocher e fechado em 1963. Seu funcionamento e organização visava primordialmente o combate à difusão do comunismo no Brasil. Era financiado por investimentos de empresários nacionais e estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos. Atuando em diálogo com organizações antigovernamentais (leia-se anti-Goulart), a realização de suas atividades, intensificadas a partir de 1962, estava voltada em grande medida para o patrocínio de campanhas eleitorais. De caráter nitidamente anticomunista, o IBAD fornecia doações em dinheiro e atuava em parceria com organizações religiosas, sindicatos e movimentos estudantis que se contrapunham as ações governamentais do governo Goulart (DREIFUSS, 1981).

Já o IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, foi fundado em fevereiro de 1962 no Rio de Janeiro e de forma semelhante ao IBAD era resultado da união de grupos empresariais. Da mesma forma defendia uma irrupção do processo que acreditavam estar levando o Brasil a marchar para o comunismo. Após 1964 suas atividades foram paulatinamente sendo reduzidas até desaparecer por completo em 1972 (DREIFUSS, 1981).

Ambas as instituições se estruturaram nos principais centros do País. No Paraná, conforme verificou René Armand Dreifuss (1981, p.183), o complexo IPES/IBAD “[...] era baseada no quadro dos membros da Associação Comercial do Paraná – ACOPA”. Indo além, o complexo IPES/IBAD também investiu no Paraná nas campanhas de diversos políticos da UDN, PR, PDC e PRP nas eleições de 1962, como por exemplo, o candidato a senador “Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), o candidato a deputado federal Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN) e o governador Ney Braga (PDC)” (DREIFUSS, 1981, p. 334).

Quanto a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), cujo surgimento, em 1962, já ocorreu engajado na luta contra o Governo Goulart, tratou-se de uma associação feminina católica também organizada e caracterizada pela formulação de um discurso anticomunista e que a princípio se auto definia como “apartidária” e comprometida com a “defesa da democracia”, sustentada principalmente pela “luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força” (CORDEIRO, 2009).

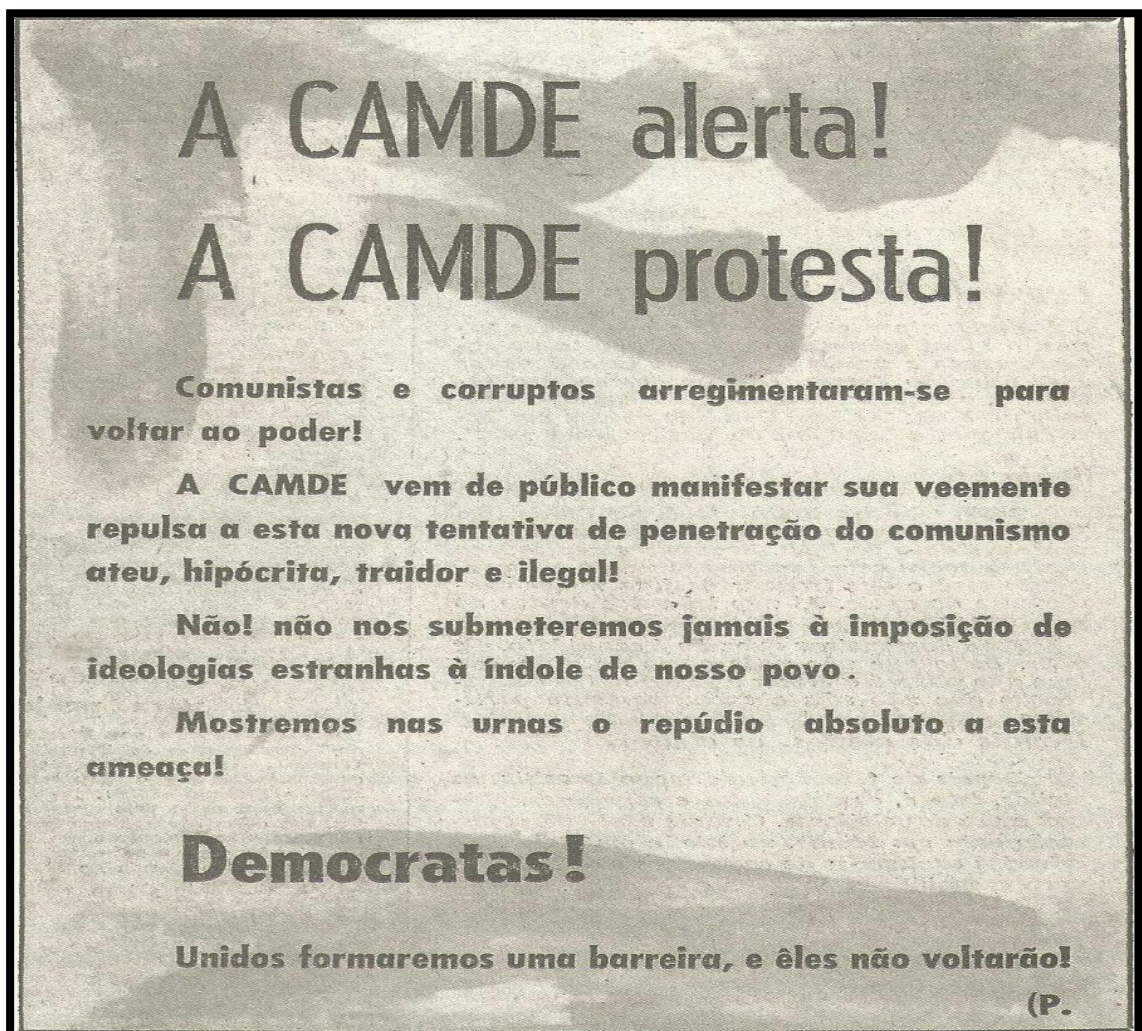
---

<sup>38</sup> As acusações que alegavam que Goulart era comunista levantam debates. De acordo com Carlos Fico, “Jango estava longe ser comunista. Era um fazendeiro, dono de boa quantidade de terra no Rio Grande Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do Trabalho [...] Ele padecia de certa indefinição [...]” (FICO, 2014, p. 18).

De acordo com Janaína Martins Cordeiro, na concepção da Camde o regime comunista teria efeitos devastadores sobre a unidade familiar,

a ponto de uma criança denunciar o próprio pai à repressão soviética. Dessa forma se os pais não quisessem ter suas famílias destruídas pelo “espectro do comunismo”, deveriam tomar as providências necessárias para evitar que tal problema não acometesse também as famílias brasileiras (CORDEIRO, 2009, p. 54).

Nesse sentido, a instituição buscava disseminar uma articulada propaganda com vistas a frear o avanço comunista na sociedade.



**Figura 01:** Nota publicada no Jornal do Brasil, a propósito das eleições para o Governo da Guanabara, parte da Campanha Anticomunista promovida pela CAMDE. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1965.

**Fonte:** ISHAQ; FRANCO e SOUSA, 2012, p. 80.

A movimentação da Camde em certa medida fomentou o surgimento de outros movimentos religiosos de cunho anticomunista, como por exemplo, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. A respeito dessas, Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira (2004), pontuam se tratar de atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana, e impulsionados por políticos conservadores, pela elite empresarial (reunidas em torno no IPES) e pelos movimentos femininos. Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos “valores tradicionais cristãos” (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das “liberdades individuais” [...] ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 274).

Diferentemente dos grandes centros, no Paraná, segundo Codato e Oliveira estas marchas foram rebatizadas com o nome de “Marcha a favor do Ensino Livre” e atuaram em primeiro plano na luta pelas liberdades individuais, deixando em segundo plano os valores tradicionais cristãos (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 271).

Compartilhando da afirmação de Janaina Martins Cordeiro, entendemos que a análise de tais movimentos articulados por setores civis, tanto da Camde e das Marchas, quanto de outros que surgiram em função destes, são fundamentais para compreender a ditadura civil-militar “como um processo de construção social, tornando mais complexa a lógica da manipulação e coerção, chamando a atenção também para o universo simbólico que fazia com que determinados grupos se identificassem com certos valores e militassem em sua defesa” (CORDEIRO, 2009, p. 45). Agindo como defensores de uma sociedade que não mais comportava um regime que entendiam estar atuando na contramão dos interesses dos brasileiros a maioria, senão todos estes setores civis em estreita relação com os setores militares enxergavam no pré-64 apenas,

baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças. Por vezes expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro (TOLEDO, 2004, p. 15).

Não obstante as críticas advindas desses setores acrescentam-se também ao governo de Goulart,

uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário, ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); a ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004, p. 13).

Em 1964 diversos meios de comunicação demonstraram que o governo janguista se tornara claramente insustentável. Para agravar ainda mais a situação o comício realizado no dia 13 de março de 1964 representou o ápice do descontentamento militar tendo em vista o teor das palavras proferidas por Goulart. Nele, o então presidente teceria críticas aos chamados “democratas”, cuja democracia que defendiam era a dos monopólios nacionais e internacionais. Ademais, pontuou também a necessidade de uma revisão da Constituição de 1946, para que de fato fossem atendidos os anseios dos trabalhadores.

Referindo-se ao decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que havia assinado no palácio das Laranjeiras, frisou que o texto ainda não era a reforma agrária, pois "reforma agrária feita com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária", mas sim "negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário"<sup>39</sup>. As repercussões foram imediatas e, sobretudo negativas. Os setores conservadores civis, eclesiásticos e militares passaram a difundir que o comício do dia 13 era um indício de que o governo havia começado sua escala contra a propriedade privada, representando o avanço do comunismo no País (BATISTELLA, 2015, p. 284).

No âmbito paranaense o governador Ney Braga não mediu esforços para tecer severas críticas a tal acontecimento.

Aí esta a inflação desenfreada, as agitações sociais, os poderes se desentendendo, principalmente tendo em vista o comício que recentemente se realizou no Rio quando na presença do Presidente da República o Congresso foi atacado. O que estamos vendo é a desorganização administrativa, a falta de autoridade, o acirramento da luta com os ataques os mais violentos. Homens que querem falar e não podem, homens que falam o que não devem. [...] Eu não vejo

---

<sup>39</sup> LAMARÃO, Sérgio. **Comício das Reformas**. In: CPDOC. Dossiê Jango. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas)>. Acessado em: 20. Jan. 2016.

ação do presidente atual. O presidente pregou o presidencialismo e eu estava com ele, acreditando que teria, então, maior autoridade para combater os males que o Brasil está sentido. O povo deu-lhe o presidencialismo. E o que foi feito após isso? Nada (GAZETA, 20/03/1964, p.3 *apud* BATISTELLA, 2015, p. 283).

Como consequência da conturbada situação que se delineou a partir de então, não demoraria muito para que a coalização civil-militar conseguisse retirar de cena aquele que acreditavam ser o responsável pela desordem nacional. Nessa conjuntura foi na madrugada dia 31 de março de 1964, sob a coordenação do General Olímpio Mourão Filho, de Minas Gerais, que tropas de militares marcharam rumo ao Rio de Janeiro e ao chegarem se depararam com a ausência de reação por parte do governo e também dos setores que outrora lhe apoiava. Iniciava assim um novo ciclo na histórica política do Brasil, que foi marcadamente autoritário.

Retomar este período pontuando nele aspectos da imagem de um inimigo construído socialmente nos ajuda a compreender como se delineou a mobilização das forças sociais no início da década de 1960 que, ao se sentirem ameaçadas por um (suposto) perigo encarnado na imagem dos comunistas, se unem para combatê-lo, mas para tanto buscam sempre legitimar suas ações deslegitimando as de outrem.

É o que se depreende, por exemplo, na carta anônima, escrita por um estudante e datada de novembro de 1962 - portanto anterior ao golpe de 1964 - a outros estudantes que considerava ter atitudes “anarquistas”. Nesta carta, atentemo-nos aos termos utilizados pelo então estudante de forma depreciativa ao analisar a relação estudantes/comunismo. Estes termos com frequência serão retomados no pós-1964, e foram reforçados na fala de outros informantes.

[...] Nenhum de nós ignora, e se meu pai consentisse, esta carta não seria anônima, iria eu mesmo pessoalmente desmascarar vocês, traidores do Brasil e inocentes úteis, servindo de palhaços aos comunistas infiltrados, pagos pela Rússia, a fim de anarquizar tudo o que é bom, lançar o descontentamento nas classes e ensopar as mãos com o sangue dos inocentes, como é o caso dos países comunistas. Verdadeiros demônios soltos, os comunistas colocam pele de veludo, proclamam-se “defensores dos direitos dos outros”, a fim de agarrá-los, arrancar a pele, sugar o sangue e encher os cemitérios (quando não atirar nas valas). Estudantes, que fazem todas as anarquias possíveis, menos o que deveriam fazer - isto é, ESTUDAR! Para serem homens de formação moral e intelectual para que saibam um dia corresponder aos anseios de sua PÁTRIA, e não

bananas frouxas nas mãos daqueles que um dia irão desfazer suas famílias, tornar vocês e nós, nossos pais, escravos de um regime de sangue, nossas mães e irmãs mulheres [atoas?]. [...] EU que amo o Brasil, tenho o coração bem brasileiro e detesto os traidores que querem vender o Brasil para a Rússia. Somente sinto não poder colocar aqui meu nome em letras garrafais e se não faço é para não comprometer meu pai e amigo[s]<sup>40</sup>. (Grifos nossos)

Nesse sentido, consideramos que “certas formas de legitimação e mesmo de controle social puderam [se] constituir já antes do regime imposto” neste caso antes ditadura civil-militar que se instauraria, “facilitando assim a transição para as novas instituições” (ANSART, 1978, p. 134-135) e endossando certos comportamentos sociais que a priori foram sendo construídos como modelos a serem seguidos.

## 1.2. O GOVERNO DOS MILITARES (1964-1985)

Deflagrado o golpe, um novo cenário se instauraria tanto a nível nacional quanto regional. Conforme se previa constitucionalmente, a vacância da presidência foi ocupada interinamente pelo Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Contudo, os protagonistas do poder nesse período foram inegavelmente os militares reunidos em torno do Comando Supremo da Revolução (CSR). Composto pelo General Arthur da Costa e Silva, Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Melo, o Comando Supremo da Revolução no curto espaço de tempo que esteve no controle lançou as bases legais para o regime por meio da edição do Ato Institucional nº1 (AI-1) em 9 de abril de 1964<sup>41</sup>.

Por meio dele, se enaltecia a “Revolução” de modo a auto legitimá-la perante a sociedade civil. Na concepção de seus editores:

[...] A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas

<sup>40</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.74.

<sup>41</sup> É válido ressaltar que AI-1 foi editado sem número, vindo apenas a ser classificado após edição do Ato Institucional nº2 em outubro de 1965.



sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser constituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe (Preâmbulo do AI-1) [Grifos nossos]

A partir de sua edição, estava nítido que os propósitos iniciais da tomada do poder pelos militares se modificariam. Além de possibilitar ao Executivo um poder soberano que não admitia questionamentos, o colocavam acima dos demais poderes. Se outrora a intenção era restaurar os graves problemas causados pelo ineficiente governo Goulart e assim devolver o país “higienizado” novamente para os civis, agora estes civis também seriam considerados incapazes de governar, o que justificaria a institucionalização da “revolução vitoriosa”. Para Maria Helena Moreira Alves (1984, p.54) o AI-1 rompeu o apoio tácito à coalização civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição<sup>42</sup>.

Juridicamente o AI-1 previa o cerceamento dos poderes do Congresso Nacional, a suspensão das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade, a suspensão da imunidade parlamentar, a transferência de poderes do Congresso para o Executivo, a instauração de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) para apuração de crimes contra o Estado e seu Patrimônio, além de medidas de controle do judiciário e a suspensão dos direitos individuais que possibilitaram a realização da “Operação Limpeza” desencadeada em todo o país nos primeiros meses do regime ocasionando, entre outros aspectos, a prisão de milhares de pessoas e o expurgo de diversos políticos<sup>43</sup> e grupos sociais contrários ao novo regime (estudantes, sindicalistas, servidores públicos etc.).

---

<sup>42</sup> A nosso ver, tal rompimento não necessariamente significou a quebra total das relações entre os civis e militares, haja vista que a simpatia pelo novo regime teve adeptos fervorosos.

<sup>43</sup> As primeiras listas de punidos saíram a 10,11 e 14 de abril de 1964. Nelas estava o ex-presidente João Goulart e Jânio Quadros; parlamentares Sérgio Magalhães, Leonel Brizola, Clóvis Ferro Costa,

Em nível regional, José Carlos Dutra (2004) salienta que a densidade militar do Estado do Paraná não possuía, naquele período, as mesmas condições de organização para a conspiração como ocorria nos grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo) o que torna justificável a pouca “menção do envolvimento dos militares paranaenses com a cúpula revolucionária”, mas não autoriza afirmar “que esses militares estiveram alheios ao processo” (DUTRA, 2004, p. 196). Para Dutra os oficiais sabiam que algo aconteceria, mas desconheciam o dia e a forma dos acontecimentos.

As primeiras notícias que chegaram ao Estado davam conta de uma rebelião das tropas federais aquarteladas em Minas Gerais, a serviço de um golpe liderado por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tal notícia não teve uma boa acolhida pela oficialidade paranaense, uma vez que esses políticos não eram bem vistos pelos militares. [...] Confirmada a informação de que se tratava de um movimento contra o “comunismo”, a adesão foi quase total (DUTRA, 2004, p. 198).

Da mesma forma o governador do Estado, Ney Braga, não demorou em manifestar sua posição com relação aos acontecimentos. Na madrugada do dia 1º de abril de 1964 divulgou um comunicado a população no qual deixou explícito de que lado seu governo estava.

Brasileiros!

Tomamos conhecimento do manifesto do Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

Aos brasileiros de todos os recantos, aos paranaenses que governamos, nesta hora de angústia e de grande responsabilidade, desejamos afirmar nossa solidariedade e de nosso Estado às forças que se dispõem a defender as instituições nacionais e a sabedoria do povo brasileiro, representado pelo Congresso Nacional. [...] Não obstante os esforços dos homens que viam com clareza os perigos que rondavam a pátria e que lutavam por debelá-los, a acelerou-se, nos últimos dias, o processo de desordem e perigo do domínio de uma minoria de extrema esquerda sobre o país. Contra esse estado de coisas, neste momento difícil da vida nacional, manifestou-se o governador Magalhães Pinto. Emprestamos nosso apoio a seu pronunciamento. É preciso que se restaure a segurança nacional; é preciso que se dê ao povo clima para o trabalho e à pátria a certeza

---

Fernando Santana, Max da Costa Santos, Adahil Barretos, Neiva Moreira, Rubens Paiva, Paulo de Tarso (todos os líderes da Frente Parlamentar Nacionalista); parlamentares e ex-ministros Amaury Silva, Almino Afonso e Abelardo Jurema; parlamentares esquerdistas como Francisco Julião, Henrique Cordeiros Oest [...] Darcy Ribeiro, o economista Celso Furtado, o governador Miguel Arraes [...]. SILVA, Hélio. **1964**: vinte anos do Golpe Militar. São Paulo: L&PM, 1985, p. 40.

de seu grande destino histórico [...] (O ESTADO DO PARANÁ, 1.º, abr./1964, p.4 *apud* KUNHAVALIK, 2004, p. 320).

Nota-se, portanto que a relação entre Ney Braga e o novo regime orientado sob a égide de militares desde o início se apresentou de forma amistosa o que não necessariamente significa que posteriormente não houve atritos entre o governo do Estado e o governo federal.

No dia 15 de abril de 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco tomou posse da Presidência da República, dando início ao rodízio de militares que se revezariam no poder até idos da década de 1980. Os primeiros momentos do governo de Castelo Branco deram a impressão à boa parte dos analistas de que a elite política ainda poderia barganhar posições, sobretudo que garantisse o funcionamento do Congresso e a realização de futuras eleições (FICO, 2001). Em outras palavras, ainda se tinha a esperança de que o controle político fosse devolvido aos civis. No discurso proferido em Brasília no dia 11 de abril de 1964, após ter sido eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, Castelo Branco dava claros indícios de que seu governo buscava sanar os problemas nacionais e retornar ao sistema de eleições diretas.

Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar minha indicação para candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado. [...] Agora espero em Deus, corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados motivos do movimento vitorioso de abril, da qual, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social. Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual<sup>44</sup>. [Grifos nossos]

---

<sup>44</sup> BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Discurso de posse através do rádio e da TV saudando o povo brasileiro, após ter sido eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional. Brasília, 11 de abril de 1964, p.11. In: **Biblioteca da Presidência da República**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse>>. Acessado em: 21/Jan/2016.

No entanto, longe da serenidade que buscava transmitir, o que se viu foi o acirramento da situação. Poucos dias após sua posse, em 27 de abril de 1964, Castelo Branco criaria a Comissão Geral de Investigação (CGI), com a função de coordenar o trabalho das Comissões Especiais de Inquéritos (CEIs). Cabia às CEIs “investigar a presença de ‘subversivos’ em todos os níveis do aparelho de Estado. [...] Dessa maneira, foram instaurados centenas de IPMs, indiciando professores, parlamentares burocratas, estudantes, militares e operários” (MATTOS; SWESSON JUNIOR, 2003, p. 14).

Sob a pressão da ala mais radical do regime, que temia o retorno dos civis ao poder e, conseqüentemente, o desmanche do regime militar, Castelo Branco instauraria, em 1965, o Ato Institucional nº 2, cujo texto previa, entre outros pontos, a extinção dos partidos políticos, a ampliação do poder Executivo e o fechamento do Congresso quando assim julgasse necessário<sup>45</sup>. A partir deste Ato, os militares implantaram o bipartidarismo, tendo, de um lado, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e, de outro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Esses partidos fariam o papel de situação e oposição consentida.

No âmbito da política paranaense, Alessandro Batistella (2015) afirma que o golpe civil militar fora amplamente favorável para Ney Braga, ao passo que enfraqueceu seu principal oponente, o PTB. Ademais, o apoio de Ney Braga dado a Castelo Branco nas eleições indiretas para presidência permitiu a Ney Braga certa influência na indicação de um ministério para o Paraná. Flávio Suplicy de Lacerda, então Reitor da Universidade do Paraná, e grande defensor da “revolução”, foi indicado para assumir o Ministério da Educação e Cultura e Leônidas Borio indicado para assumir a presidência do IBC.

Em fevereiro de 1965, Ney Braga mostrou-se confiante na impossibilidade de eleições diretas para o governo do Estado esperando que seu mandato fosse prorrogado por mais um ano. No entanto, Castelo Branco manteve as eleições (diretas) para o ano de 1965, restando-lhe então, a opção de apoiar a candidatura de Paulo Pimentel para as eleições daquele ano. Embora não sendo o candidato de preferência, Ney Braga via em Paulo Pimentel o nome de maior prestígio e visibilidade no Estado. Com a vitória de Pimentel, Ney Braga conseguiu impor uma

---

<sup>45</sup> Com o AI-2 o julgamento de crime político passou para a jurisdição militar e foram suspensas as garantias dos juizes de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, consideradas imprescindíveis para atuação independente da magistratura (MATTOS; SWESSON JUNIOR, 2003, p. 27).

derrota àquele que no momento era seu maior adversário na cena política, Bento Munhoz da Rocha Netto. Posteriormente as eleições, o Presidente Castelo Branco convidou Ney Braga para assumir um Ministério, sendo escolhido para ocupar a pasta da Agricultura (KUNHAVALIK, 2004, p. 323 e segs.).

Em 24 de janeiro de 1967, Castelo Branco promulgou uma nova Constituição, suplantando a de 1946 e decretou uma nova Lei de Segurança. A Constituição de 1967 matinha a supremacia do Executivo sobre o Judiciário e o Legislativo e facultava-lhe o direito de intervir em Estados e municípios e de planejar e executar ações para garantir a segurança nacional. Já a Lei de Segurança Nacional incorporou os conceitos doutrinários da ESG, que veremos a seguir, e ampliou o conceito de crime político. Ambas reafirmaram e legalizaram os propósitos do novo Estado e deram sustentação para os sucessores de Castelo comandar o país com autoritarismo<sup>46</sup>.

Dos anos de 1967 a 1969, a Presidência estaria sob o comando do General Arthur da Costa e Silva. Seu governo, já em bases estabelecidas por seu antecessor, atuou no sentido de obter estabilidade institucional pelo uso da força coercitiva. Motivos não lhe faltaram. Ao longo dos anos de 1967/1968 houve diversas manifestações de movimentos sociais e a luta pela volta da democracia, que com frequência exercia considerável pressão sobre o governo.

Nesse período, vários agrupamentos de esquerda lançaram ações de guerrilha urbana, como roubos a bancos, panfletagens, Comícios relâmpagos e atentados contra alvos governamentais. A intensificação das atividades oposicionistas ao regime reagiu com violência. Durante 1968, várias pessoas foram mortas pela polícia durante manifestações de rua, em outubro um congresso clandestino da UNE foi desbaratado pela polícia, resultando na prisão de 739 dirigentes estudantis de todo país [...] (MATTOS; SWESSON JUNIOR, 2003, p. 30).

Na medida em que se intensificavam estas oposições ao regime, se verificava também o endurecimento da situação política. Em 22 de maio de 1968, Costa e Silva, aprovou a lei 5.439, que estabelecia a responsabilidade criminal para menores de 18 anos envolvidos em ações contra a segurança nacional. Um dos

---

<sup>46</sup> De acordo com Carlos Fico (2004) o governo de Castelo Branco não deve ser enquadrado dentro de uma perspectiva moderada, em oposição a ala dos mais radicais que o sucederia. Pois, tal perspectiva que a assim enxerga não leva em consideração a conivência de Castelo Branco com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe.

fatos marcantes deste governo foi a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos, morto em 28 de março de 1968 no Restaurante Calabouço, localizado no Rio de Janeiro.

No dia 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva consolidou a institucionalização do autoritarismo, por meio da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que ao contrário dos Atos anteriores não tinha prazo de validade. Os poderes atribuídos ao Executivo por meio do AI-5 davam margem para que aquele pudesse: fechar o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais; cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativos e Executivos nos níveis federal, estadual e municipal; demitir ou remover juízes e suspender as garantias ao Judiciário de vitaliciedade; suspender as garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional, entre outras atribuições. Ademais, criou-se uma nova Lei de Segurança Nacional (Decreto – Lei 510/69).

Distante de parecer o ápice de um sistema repressivo, o cenário posterior viria a se tornar ainda mais conturbado. Assumindo interinamente a presidência, em função de problemas de saúde do então Presidente Costa e Silva, a junta militar composta pelo Marechal de Sousa e Melo, General Aurélio de Lyra Tavares e o Almirante Augusto H. Rademaker, apertou ainda mais o sistema repressivo, com a criação de penas de morte e de banimento, em resposta aos sequestros políticos que a guerrilha urbana vinha fazendo. Sob o Comando da Junta se editaria uma nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 898/69) ainda mais severa que a anterior e à Constituição de 1967 se acrescentaria a Emenda Constitucional nº1, estabelecendo restrições à liberdade e garantias individuais.

Dessa forma, em fins de 1969 quando Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente militar, foi empossado na presidência, em substituição a Costa e Silva, já se encontrava montada a estrutura legal que respaldaria a violenta repressão desencadeada contra a oposição, principalmente armada, na primeira metade da década de 1970 (MATTOS; SWENSSON JR, 2003, p.21). Um dos pontos fundamentais do governo Médici foi à criação do Destacamento de Defesa Interna (DOI) e o Centro de Defesa Interna (CODI), que passaram a chefiar e a condenar a ação de todo o aparato repressivo, lançando mão de métodos sofisticados de combate e interrogatórios.

Embora à frente da Presidência no auge da repressão, a marca autoritária do governo Médici iria, posteriormente, ser amenizada frente ao “pérfido milagre econômico”. O regime militar havia conseguido promover o crescimento econômico por um modelo de desenvolvimento que incentivava o ingresso de capitais internacionais. A partir de 1974, o teor repressivo estava indo longe demais, até mesmo para alguns setores militares mais “moderados”. Dessa forma, ao assumir a presidência naquele ano, Ernesto Geisel procurou direcionar seu governo para medidas de caráter “liberalizantes”, como forma de sustentar o regime. Tais medidas, no entanto, não significariam necessariamente o completo abandono da repressão.

Com Geisel a repressão tornou-se mais dissimulada e seletiva. Foram empregadas principalmente contra os oponentes considerados mais perigosos as pretensões de continuidade do regime militar (MATTOS; SWENSSON JÚNIOR, 2003, p.66). Dentre esses oponentes destacam-se agrupamentos comunistas, movimento operário e o movimento estudantil.

No Paraná, durante esse período foi executada a “Operação Marumbi”<sup>47</sup> e instaurado o Inquérito Policial Militar nº745 (BNM 551), que indiciou diversos militantes do Partido Comunista Brasileiro, acusados de tentarem rearticular o PCB no Estado. As diligências de tal Operação, considerada a maior desencadeada no Paraná, foram efetuadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) em parceria com o DOI-CODI (BRUNELO, 2009).

Temerosos de que a política de distensão pudesse por abaixo o regime militar iniciado em 1964, os militares mais radicais se mobilizaram tecendo severas críticas ao governo de Geisel. Para justificar a necessidade da continuidade das práticas repressivas alegavam que “a subversão” ainda estava vivamente presente no seio social e militar.

Esses grupos empreenderam uma intensa campanha contra as autoridades do governo federal com a política de distensão. A principal figura atacada foi o General Golbery do Couto e Silva, o grande estrategista da liberalização. Insinuou-se que Golbery fosse aliado de comunistas. No entanto o alvo central do terrorismo de

---

<sup>47</sup> Iniciadas em 12 de setembro de 1975, durando aproximadamente um mês, as ações da polícia política tinham o propósito de prender pessoas acusadas de rearticularem o PCB no Paraná. Maiores detalhes: BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.

direita foi à oposição ao regime. Procurou-se intimidá-los pela explosão de bombas, por sequestros e por espaçamento (MATTOS; SWENSSON JUNIOR, 2003, p. 75).

Com base nos descontentamentos advindos de diversos setores sociais, no final de seu governo, Geisel procurou fornecer uma base de sustentação legal à política de distensão, que visava a revogação dos dispositivos mais severos da coerção política, como por exemplo, o AI-5, e também a restauração do direito ao *habeas corpus* para presos políticos. Em 1978 se aprovaria uma nova Lei de Segurança Nacional (Lei 6.620/78). Estas medidas, posteriormente, dariam as condições necessárias para uma abertura do regime.

Com a entrada de João Batista Figueiredo na presidência em 1979, se estabeleceriam canais de diálogos entre a oposição e o regime que, no entanto, não abria mão de permanecer no poder. Durante o período de seu governo, Figueiredo promulgaria medidas que dava indícios do retorno à democracia. Com a aprovação da lei de reforma partidária, o pluripartidarismo foi restaurado. E com a aprovação da Lei da Anistia (Lei 6. 683/79) sancionada, diversos brasileiros puderam retornar ao Brasil.

No limiar dos anos de 1985 já era possível visualizar que a ditadura se mostrava insustentável frente aos acontecimentos que sinalizavam sua decadência que incluíam uma crise econômica, pressão popular, perda do apoio de setores políticos, empresários e militares, abreviando sua duração (MATTOS; SWENSSON JUNIOR, 2003). Entretanto, se por um lado ela finalizava suas atividades, por outro conseguirá manter fortes resquícios de sua estrutura legal e administrativa de controle das atividades, a citar, por exemplo, a existência do Serviço Nacional de Informações (SNI), mesmo após o retorno da democracia.

Frente a este cenário aqui exposto é válido ressaltar um aspecto que diferencia a ditadura militar brasileira das que ocorreram nos demais países vizinhos. A volta da democracia teve um preço a ser pago: os militares e os agentes que coadunaram com suas ações não sentaram no banco dos réus e não foram julgados pelas atrocidades cometidas contra centenas de pessoas.

Em termos práticos a Democracia retornaria, mas em troca o silêncio sobre os atos repressivos iria permanecer, de modo que se construiria, a partir de então, uma memória seletiva acerca do período: para os setores conservadores de direita,



que rondam o país até os dias atuais, tratou-se de um período onde a ordem pública e o progresso econômico estavam em plena estabilidade, “os atores sociais” que assim pensam “o fazem principalmente a partir de alegações sobre os avanços econômicos promovidos, sobretudo no período do ‘milagre econômico’” (CORDEIRO, 2009, p.31). Já para os setores que sofreram com as constantes repressões sobressaem a imagem de resistência de um período autoritário que constantemente deve ser recordado “para que nunca mais repita”.

### **1.3. ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL E A (RE) CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE UM INIMIGO**

Ao propormos analisar atuação de uma pequena parcela da sociedade - os informantes - ao regime autoritário brasileiro instaurado a partir de 1964 torna-se oportuno avançarmos em algumas questões que transcendem, mas ao mesmo tempo dialogam com aquele cenário e aos que nele viveram. Nesse sentido, ao lado da conjuntura histórica do Brasil apresentada anteriormente, consideramos que o cenário internacional também produziu e fomentou condições que exprimem de maneira sensível a postura adotada e praticada por aqueles atores sociais que, conscientemente ou não, legitimaram a ditadura através das suas denúncias sobre todos aqueles que eram contrários à ordem em vigência.

Assim sendo, retomaremos alguns aspectos do cenário internacional instaurado ao fim da II Guerra Mundial que nos fornecem elementos para pensarmos - dentro do contexto da ditadura que se iniciaria quase duas décadas depois - algumas motivações que levaram a tais denúncias por parte dos informantes e, sobretudo quem mereceria ser alvo delas. Ao recuperarmos tais elementos, o fazemos a partir do entendimento de que os mesmos serviram enquanto uma justificativa para a colaboração de tais indivíduos a ditadura.

No intervalo de tempo entre 1939 a 1945 o ambiente internacional esteve imerso na II Guerra Mundial. O imediato período que se sucedeu foi marcado pela emergência polarizada entre duas potências: Estados Unidos (bloco capitalista) e União Soviética (bloco oriental socialista). Inseridos a partir de então no que se

convencionou chamar de uma “Guerra Fria”<sup>48</sup>, estas forças antagônicas divergentes ideológica e politicamente, dificilmente conviveriam num mesmo espaço físico-social (REZNIK, 2004).

Na América Latina o pós-II Guerra Mundial foi marcado por um processo de transformações na configuração política da maioria de seus governos. De acordo com Sidney Munhoz (2010, p.167) sob a influência do fim da Guerra e do desmoronamento dos regimes autoritários na Europa ocorreu na América Latina um redirecionamento dos regimes autoritários rumo à democracia. Contudo, o Brasil que vivenciava à época o fim da Ditadura do Estado Novo (1937-1945) sob a égide de Getúlio Vargas encontrava-se diante de um paradoxo: “havia assistido à gradual conquista de espaços democráticos ao final da ditadura [mas] assistia ao rápido endurecimento daquilo que, em tese, deveria ser um regime democrático” (MUNHOZ, 2010, p. 182).

Ainda segundo Munhoz, naquele contexto histórico os Estados Unidos afirmavam a premente necessidade de combater o expansionismo soviético e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação do ideário comunista. Na concepção dos EUA a ameaça representada pelos soviéticos dava-se muito menos pelo perigo de uma invasão militar do que pela capacidade de atração ideológica que estes possuíam em relação aos países ocidentais. A construção de um inimigo de dimensões mundiais, cristalizado no espectro do comunismo, tornou-se um importante elemento da política estadunidense enquanto justificativa para sua intervenção em diversos países (MUNHOZ, 2010, p. 171).

Em meio a esse contexto, houve uma redefinição do conceito de “segurança nacional”<sup>49</sup> na maior parte dos países começando pelos Estados Unidos. Tal redefinição acarretou o ressurgimento<sup>50</sup> da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

---

<sup>48</sup> A guerra fria é de difícil conceituação, pois não é a paz, mas também não é a guerra na sua forma clássica. Sabe-se que existe um estado de beligerância, mas também de não beligerância. A guerra fria seria, então, o hiato entre esses dois estados. Em síntese, a guerra fria pode ser definida com um antagonismo à de ideologia e de interesses políticos e econômicos que não se aplica até o estado de guerra clássica (BORGES, 2009, p. 36).

<sup>49</sup> De acordo com Nilson Borges desde 1930 aparecia nos discursos militares a expressão segurança nacional e desde este período já havia uma preocupação dos militares brasileiros em formar uma mentalidade que sobrepujasse a tudo os interesses da nação. Mas o conceito moderno de Segurança Nacional somente vai aparecer após a segunda grande guerra (BORGES, 2009, p. 20).

<sup>50</sup> De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984), as origens da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, e mais especificamente no Brasil, remontam ao século XIX e são caracterizadas

cujo nome posteriormente seria acrescentado a palavra “Desenvolvimento”. A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de características anti-subversivas contra um inimigo comum (BORGES, 2009, p.29).

Em torno desta noção de guerra interna e inimigo interno “o Estado instaura sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel “moralizador”, desmoralizando, com isso, a população” (BORGES, 2009, p. 29).

No Brasil a Doutrina de Segurança Nacional foi operacionalizada e irradiada no cenário brasileiro através da Escola Superior de Guerra (ESG) criada em 1948, mas com o início de suas atividades letivas em 1949. Considerada a Sorbonne do *establishment* militar, a ESG contou com o auxílio e assistência de consultores franceses e norte-americanos para treinar “pessoas de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento estratégico da segurança nacional” (ALVES, 1984, p. 24).

Considerada o bastião do anticomunismo e a defensora do livre comércio, a ESG ofertou inicialmente cursos apenas para militares, atingindo posteriormente os segmentos civis (profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores entre outros). Para Alves (1984, p. 24) a necessária justificação ideológica para a tomada do poder pelos militares em 1964 e a modificação das estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, ministrada pela ESG. Para Joseph Comblin (1978) foi esta mesma doutrina que permitiu a permanência dos regimes militares na América Latina. A DSN trabalhou com quatro conceitos principais:

Os “objetivos nacionais”, que se dividem em permanentes e atuais (os primeiros são objetivos políticos que resultaram da interpretação dos interesses e aspirações nacionais, os segundos são derivados da análise da conjuntura dos aspectos refratários a realização dos objetivos nacionais permanentes); o “poder nacional”(é o instrumento de que a política se utiliza para alcançar os objetivos nacionais); a “estratégia nacional” (é a forma de preparar e aplicar o poder nacional para alcançar ou manter os objetivos fixados pela política nacional); a “segurança nacional” (é a capacidade que o Estado dá a nação para impor seus objetivos a todos os movimentos, segmentos ou grupos oponentes) (COMBLIN; 1978; BORGES, 2009).

Quanto ao primeiro - os objetivos nacionais - Joseph Comblin pontua que os ideólogos da Doutrina Nacional sempre colocam os valores morais ou espirituais: a regeneração moral da Nação, a herança das virtudes nacionais ou do caráter nacional, os valores do “Ocidente”, ou do cristianismo, ou da “civilização cristã e ocidental”, a liberdade, a democracia, a Justiça social, etc. (COMBLIN, 1978, p.235). Elementos estes que, foram constantemente utilizados ao longo da ditadura brasileira não somente para nortear as ações políticas e sociais implantadas pelos militares, mas também como uma justificativa “plausível” para a execução das práticas repressivas contra todos inimigos internos (os subversivos), principalmente se estes fossem simpáticos ao ideário comunista. Assim sendo, “a eliminação do inimigo interno passou a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da segurança nacional” (BORGES, 2009, p. 28).

Segundo Borges (2009) é a partir da utilização de uma “guerra psicológica” que a DSN visa impor seu projeto político.

Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e, de outra parte, de assegurar a não oposição ativa contra o projeto político da Doutrina. As técnicas psicossociais e os meios de comunicação adquirem uma grande importância na manifestação das massas. Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado (BORGES, 2009, p. 28).

Essa desmoralização do “inimigo interno” foi um recurso constante utilizado tanto pelo setor civil quanto militar. Acerca deste último cite-se, por exemplo, as palavras do General Breno Borges Fortes, comandante do Estado Maior do Exército, em discurso pronunciado na 10ª Conferência dos Exércitos Americanos realizada em Caracas, em 1973.

O inimigo (...) usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, (...); vai ao campo e às escolas, às fabricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura (...); enfim, desempenhará qualquer papel que considerar a boa fé dos povos ocidentais. Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de Segurança interna frente ao inimigo principal; este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão

provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional (Jornal da Tarde, 1973, p.10 *apud* COIMBRA, 2000, p. 10).

Em outras palavras, o inimigo interno, que primordialmente durante a ditadura centrou-se nos comunistas, está em todos os lugares e pode ser qualquer pessoa. Ele não faz distinção entre classe social, religião, sexo, profissão ou lugar para se infiltrar. Dessa forma, todos os indivíduos que compõe o corpo da Nação são passíveis de serem contaminados pelo comunismo, “cada um deles deve ser considerado suspeito enquanto não houver provas de sua lealdade; cada um deles é um inimigo potencial do Estado ou da Nação abstrata [...] pelo Estado” (COMBLIN, 1978, p. 221).

Para Comblin (1978) a Doutrina de Segurança Nacional constitui-se enquanto uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção:

a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso a Doutrina da Segurança Nacional escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, a Doutrina da Segurança Nacional ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea (COMBLIN, 1978, p.17).

Esta situação de escravidão humana pela Doutrina de Segurança Nacional é vista por Comblin (1978) como sendo pior do que a escravidão adotada em períodos anteriores da história. Tal afirmação justifica-se quando se observa que:

Na escravidão as energias humanas são transformadas em energias materiais e destinadas a produzir resultados econômicos. Tais resultados são inocentes em si. O escravo tem ao menos a satisfação de produzir bens úteis, mesmo que não receba nada para si, enquanto que o cidadão subordinado à Segurança Nacional é chamado a formar um poder que vai servir para dominar homens, quebrar suas vontades e destruir suas personalidades. Tudo isso tem, na América Latina, um sentido bem concreto: todos os cidadãos – como, por exemplo, os estudantes e as crianças das escolas – são incitados a praticar a delação: a delação é não só estimulada e sistematicamente organizada, mas é respeitada: em alguns casos é obrigatória (COMBLIN, 1978, p. 238-239).

Ainda segundo Comblin, “não se trata apenas de denunciar crimes e delitos. É preciso denunciar suspeitas: sou chamado a comunicar as autoridades que desconfio desta ou daquela pessoa ser suscetível a uma ‘infiltração comunista’, ou de ser manejada consciente ou inconscientemente, pelo comunismo internacional” (COMBLIN, 1978, p. 239). A existência de um inimigo interno, a qual cabia combater permanentemente serviu “para manter um estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia [foi] muito efetiva do ponto de vista policial e jurídica” (BORGES, 2009, p.30) para a ditadura e aos que atuaram a seu favor colaborando com o processo de vigilância e repressão.

De acordo com Borges (2009), orientados pela Doutrina de Segurança Nacional, os militares, após o golpe, assumiram o papel de condutores dos negócios do Estado “afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade” (BORGES, 2009, p.16).

Concomitantemente, estes mesmos militares conseguiram a partir da DSN adotar dois tipos de estruturas defensivas: “o aparato repressivo, responsável pela coerção e a rede de informações (formal e informal), cuja principal atribuição responde pela identificação do inimigo interno, esteja eles situado no próprio aparelho de Estado ou na sociedade civil” (BORGES, 2009, p. 31).

Ora, exposta todas estas considerações acerca do cenário interacional do pós-II Guerra Mundial, bem como as consequências que dele emanaram a partir da formulação da Doutrina de Segurança Nacional, podemos considerar que a produção de um inimigo interno nesse período contribuiu sobremaneira para justificação ou mesmo legitimação de inúmeras delações praticadas por informantes durante a ditadura. De modo que ao se sentirem ameaçados frente ao perigo comunista, encontrava na prática das denúncias uma forma de combatê-lo.

Este imaginário anticomunista pode ser pensado a partir dos referenciais exposto pelo filósofo polonês Bronislaw Baczko (1985), cuja análise acerca da imaginação social aponta caminhos para pensarmos como a esfera política transformou o imaginário em um instrumento estratégico para exercer o poder e se utilizar das representações coletivas buscando legitimar-se.

São estas atitudes (de ver no “outro” a ameaça) que nos leva a entender como “se [instalou] no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso” (BACZKO, 1985, p. 301). Ao apoiarem-se nessa ideia, os indivíduos tenderam em acreditar que o inimigo representava tudo que fugia a “moral e os bons costumes” e desestabilizava uma ordem progressiva que necessita ser protegida.

(...) sob um regime autoritário os poderes oficiais tendem a difundir certezas, inculcando em seus governados, que os valores transmitidos pelo discurso ideológico podem e devem ser representados pelos detentores do poder – apresentados não somente como governantes, mas também como protetores da nação (MAGALHÃES, 1997, p. 209).

Conforme vimos anteriormente, o preâmbulo do primeiro Ato Institucional (AI-1), instaurado ainda nos primeiros dias da ditadura, apontava a ideia de que “a revolução [de 1964] se traduzia, não pelo interesse e vontade de um grupo, mas o interesse a vontade da Nação”. Assim, é em sua defesa que se passa a justificar a prevenção e a repressão, contra aqueles que ousam ameaçá-la.

Esta “nova autoridade”, orientada pelos militares, se considerou “auto-dotada tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor seus objetivos” (BORGES, 2009, p. 27).

## CAPÍTULO 02: A ESTRUTURA BUROCRÁTICA DOS APARATOS INFORMATIVOS E REPRESSIVOS NO BRASIL PÓS-1964

[...] Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta” (ALVES, 1984, p. 41).

A ação colaboracionista através das denúncias efetuadas pelos informantes, espontâneos ou não, ao regime militar pós-1964 provavelmente não teria alcançado efeitos repressivos significativos se não fosse a reorganização da estrutura burocrática dos serviços de segurança e informações existentes anteriormente que, paulatinamente, foram sendo ampliados e modernizados sob a ótica dos militares. Pode-se afirmar que foi nesse contexto que se articulou “uma bem estruturada ‘Comunidade de Informações’<sup>51</sup> que, na busca de legitimidade, legislou intensamente ao longo de toda a sua duração” (QUADRAT, 2012, p. 20).

Em termos gerais esta “Comunidade” estava estruturada da seguinte forma:

O SNI (Serviço Nacional de Informações), as DSIs (Divisões de Segurança e Informações), as ASIs (Assessorias de Segurança e Informações), a FA-2 (Segunda Seção do EMFA), os E-2 (Serviços Secretos do Exército), os M-2 (Serviços Secretos da Marinha), as A-2 (Serviços Secretos da Aeronáutica), as S-2 (Segundas Seções dos três ministérios, distribuídas em cada Organização Militar), o CIE (Centro de Informações do Exército), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica, ex-CISA, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, alterado pelo Ministro Délio Jardim de Mattos em 1982), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os Serviços Secretos da Polícia Federal, os DÉOPS (Departamentos de Ordem Política e Social), as P-2 (Serviços Secretos da Polícia Militar), além dos declarados extintos CODIs-DOIs (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de Operações Internas) (LAGÔA, 1983, p. 35).

---

<sup>51</sup> A expressão “Comunidade de Informação” apareceu pela primeira vez na linguagem política brasileira no Livro *A produção de informações estratégicas*, do General americano Washington Platt (original de 1975), publicado pela Biblioteca do Exército em 1967, considerado obra fundamental para os alunos da Escola Nacional de Informações (EsNI). Designava a rede de informações federais estruturada para coletar e difundir entre si informações relevantes à Segurança Nacional. Cf. ISHAQ, Vivien; FRANCO, Endrico Pablo; SOUSA, Teresa Eleutério de. **A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 109.



Esse “Sistema Nacional de Informação” que estava hierarquicamente dividido, contava ainda com o trabalho de Analistas de Informações “responsáveis por subsidiar seus superiores com dados de informações já processados e recomendar novos planos de ação” e com a atuação dos agentes secretos e informantes “aos quais se podia, de acordo com sua competência, delegar também a função de analista, interrogador ou captor” (MAGALHÃES, 1997). Toda essa estrutura fazia parte de uma estratégia global nascida dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, pelo menos teoricamente, inspirou os rumos políticos do país a partir de março de 1964.

Após este período, o Brasil entrou em uma nova fase, não apenas com relação a sua estrutura política e econômica, mas principalmente no que concerne a segurança interna. A orientação positivista dos militares lhes fazia acreditar que o país estava doente, mas podia ser curado. Bastava identificar os corruptos e os subversivos e depois neutralizá-los por meio de cassação de direitos políticos e prisão (FIGUEIREDO, 2005a, p. 121). Nesse sentido, a crença na existência de um inimigo interno, apresentado enquanto uma ameaça para a segurança do país, dava o aval aos militares para o controle das entranhas da sociedade, descortinando-a, através do registro de cada passo de seus membros, do controle de seu modo de agir e pensar, de suas companhias e contatos. Desse escrutínio nenhum setor social ou pessoa física estaria livre (LONGHI, 2002, p. 65).

## **2.1: A FORMATAÇÃO DA “COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO”**

### **O Serviço Nacional de Informações - SNI**

No topo da estrutura dos aparatos informativos, utilizados ao longo da ditadura militar, estava o Serviço Nacional de Informações (SNI) criado em 13 de junho de 1964 através da Lei Nº 4.341<sup>52</sup>, assinada pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e referendada por 14 Ministros de Estado. Subordinado apenas ao Presidente da República, o Serviço (como era conhecido o SNI) surgiu com a finalidade de “superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de Informação e Contra-Informação em particular as que interessassem à Segurança Nacional”. A legislação ainda lhe atribuía a responsabilidade de

---

<sup>52</sup> BRASIL. Lei Nº 4. 341, de 13 de junho de 1964. *Cria o Serviço Nacional de Informações*. Brasília, 13 de junho de 1964.

“assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação afetas aos ministérios, serviços estatais, órgãos autônomos e entidades paraestatais”.

Anteriormente a 1964 já existia o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (Sfici), mas sua estrutura não era tão equipada quanto ao do SNI. Na reescrita da história do Brasil após o golpe civil-militar de 1964, o Sfici ficou de fora. Em vez de ter sua memória preservada, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações foi sendo deliberadamente esquecido a partir de então, sendo lembrado quando muito como um projeto piloto, uma experiência (FIGUEIREDO, 2005a, p. 131).

Em termos de organização, o SNI compreendia uma Chefia localizada no Distrito Federal, uma Agência Central também com sede no Distrito Federal e Agências Regionais com sedes implantadas primordialmente nas capitais dos Estados ou nas cidades de maior relevância<sup>53</sup>. A Agência Central contava com uma Chefia, uma Seção de Informações Estratégicas, uma Seção de Segurança Interna e uma Seção de Operações Especiais. De acordo com Carlos Fico (2001, p. 82) esta última cuidava da coleta de informes quando não era possível obtê-los através dos órgãos de colaboração ou cooperação.

Já as Agências Regionais tinham organização semelhante a Agência Central, porém com número de efetivo reduzido. De acordo com o General Newton Araújo de Oliveira (*apud* LAGÔA, 1983, p. 21), Chefe da Agência Central, em entrevista concedida a Revista *Veja* publicada na Edição de 25 de junho de 1980, havia à época treze agências incluindo a central, mas a intenção era de ampliar este número até que existisse uma agência em cada Estado. Ainda de acordo com o General, a Agência Central contava com um efetivo de 400 homens, enquanto a maior das Agências Regionais tinha 200 e a menor, menos de 60. Segundo avaliação do General Carlos Alberto Fontoura, Chefe do SNI de 1969 a 1974, o Serviço contava com cerca de 2.000 funcionários, além de colaboradores espontâneos ou remunerados. Durante a gestão do General Ivan de Souza Mendes

---

<sup>53</sup> Cabe ressaltar que conforme estabelecido pelo Artigo 4º, Parágrafo 1º da Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964 ficou “incorporada ao SNI, como Agência Regional com sede no Rio de Janeiro (Guanabara), o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) que integrava à época a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional”.

(1985-1990), o órgão chegou a ter aproximadamente 2.500 servidores (FICO, 2001, p. 82).

Os efetivos do SNI, inclusive os militares que recebiam uma complementação salarial dispunham, frequentemente, de acesso especial a automóveis, aviões e diárias pessoais. Tinham, portanto, um interesse material compreensível na sustentação da rotina burocrática do Estado autoritário que referendava esses privilégios (STEPAN, 1986).

Em termos físicos o SNI teve uma ampliação significativa. Dez anos após dar início as suas atividades em uma sala de trinta metros quadrados do 4º andar do Palácio do Planalto em Brasília, o Serviço dispunha de mais de 200 mil metros de gramados onde também funcionava desde 1971 a Escola Nacional de Informações (EsNI) equipada com um dos melhores laboratórios de línguas do Brasil, academia de tiro subterrâneo e uma completa emissora de televisão (GASPARI, 2014).

Assessoramento relacionado à segurança nacional (inform. e contra-inform.) - Cr\$ 1,00							
ÓRGÃOS	1976	1977	Variação %	1978	Variação %	1979	Variação %
Serviço Nacional de Informações	70.882.000	101.303.600	+ 42,9	173.600.000	+ 71,4	259.939.000	+ 49,73
Escola Nacional de Informações	24.404.200	33.562.000	+ 37,5	61.069.000	+ 82,0	91.553.000	+ 49,9
Secretaria de Planejamento da PR	2.600.100	3.551.300	+ 36,6	4.145.000	+ 16,7	5.587.000	+ 34,8
Agricultura	2.467.700	3.482.000	+ 41,1	5.110.000	+ 46,8	6.993.000	+ 36,8
Comunicações	4.259.000	8.725.500	+ 104,9	8.931.000	+ 2,4	13.535.000	+ 51,6
Educação e Cultura	3.594.200	3.958.700	+ 10,1	6.077.000	+ 53,5	8.879.000	+ 46,1
Fazenda	1.963.000	4.630.000	+ 135,9	3.706.000	20,0	5.187.000	+ 40,0
Indústria e Comércio Interior	1.246.500	2.153.500	+ 72,8	3.708.000	+ 72,2	4.830.000	+ 30,3
Justiça	3.239.100	4.402.000	+ 35,9	4.590.000	+ 4,3	8.400.000	+ 83,0
Minas e Energia	2.725.000	5.343.000	+ 96,1	6.482.000	+ 21,3	10.010.000	+ 54,4
Minas e Energia	4.450.000	4.595.000	+ 3,3	7.920.000	+ 72,4	12.780.000	+ 61,4
Prev. e Assistência Social	3.250.000	3.950.000	+ 21,5	6.100.000	+ 54,4	6.470.000	+ 6,1
Saúde	1.984.000	3.808.000	+ 91,9	5.524.000	+ 45,1	6.636.000	+ 20,1
Trabalho	2.958.000	4.238.000	+ 43,3	5.862.000	+ 83,3	6.400.000	+ 9,2
Transportes	2.880.000	2.809.000	2,5	3.092.000	+ 10,1	5.790.000	+ 87,3
Total	132.902.800	190.511.600	+ 43,3	305.916.000	+ 60,6	452.989.000	+ 48,1
Defesa Nac. e Seg. Pública	17.365.308.700	23.598.274.300	+ 35,9	32.313.950.000	+ 36,9	43.174.284.000	+ 33,6
Departamento de Polícia Federal	341.629.800	581.187.000	+ 70,1	751.706.000	+ 29,3	1.150.440.000	+ 53,0
Orçamento da União	189.377.457.400	287.540.536.000	+ 52,0	401.026.000.000	+ 35,9	569.799.500.000	+ 42,1

**FIGURA 02:** Quadro de Assessoramento relacionado à Segurança Nacional (Informação e Contrainformação).

**Fonte:** O Estado de S. Paulo - 22 de outubro de 1978 (apud LAGÔA, 1983, p. 26).

Conforme estipulado pela Lei Nº 4.341, o SNI possuiria inicialmente um crédito especial equivalente à quantia de Cr\$ 200.000.000,00<sup>54</sup> para sua instalação e funcionamento. Além de contar com verba oficial pública, o Serviço também recebia verbas complementares, o que nos impede de pontuar um valor total e real dos gastos. Contudo, sabe-se que os investimentos na área da informação consumiram uma parcela significativa do orçamento federal ao longo do período que os militares estiveram à frente do poder.

Em 1979, por exemplo, a Presidência da República fixou em cerca de 453 milhões de cruzeiros a verba para este setor, além de 44 milhões de cruzeiros destinados as mesmas atividades na Marinha, no Exército e na Aeronáutica. Em 1980, a União destinou a quantia de 415 milhões de cruzeiros para o SNI e 131 milhões para a EsNI (LAGÔA, 1983, p. 25).

Em matéria publicada em 1988, o *Jornal da Tarde* noticiou que os investimentos na área da Informação atingiam a soma de Cz\$ 2,3 bilhões, sendo que deste total 1,9 bilhão ficaria nas dependências do SNI, enquanto outros Cz\$ 128,5 milhões eram repartidos entre as Divisões de Segurança e Informações de 18 ministérios civis. Em contrapartida, o Ministério da Educação recebia à época apenas a quantia de Cz\$ 1,1 milhão (BAFFA, 1989). As disparidades dos valores investidos nas áreas de informação e educação foram constantes ao longo da ditadura. Sendo a primeira um valor sempre superior em relação à segunda.

Em 10 de dezembro de 1964, ainda em processo de formatação do “Serviço” foi aprovado o Decreto- Lei Nº 55.194<sup>55</sup> que regulamentou o SNI colocando a seu cargo o Planejamento de Informações Estratégicas, Planejamento de Informações de Segurança Interna e Planejamento da Contra-Inteligência, os quais incluíam os elementos necessários à busca e coleta de informes e informações<sup>56</sup>. De forma explícita, o Decreto não apontava exatamente o que o órgão iria fazer embora, na maioria das vezes, caçaria subversivos (FIGUEIREDO, 2005a, p. 135).

Constantemente o SNI era acionado para o controle de contratação de pessoas nos órgãos do governo, de administração direta ou indireta. Cada

---

<sup>54</sup> O equivalente ao câmbio da época, a cerca de 150 mil dólares (GASPARI, 2014, p. 156).

<sup>55</sup> BRASIL. Decreto Nº 55. 194, de 10 de dezembro de 1964. *Aprova Regulamento do Serviço Nacional de Informações.*

<sup>56</sup> BRASIL. Decreto Nº 55. 194, de 10 de dezembro de 1964, Capítulo III.

funcionário que pleiteava ou era convidado para um cargo tinha sua ficha submetida ao crivo do sistema (LAGÔA, 1983, p. 22). Entretanto, o SNI não tinha o poder de veto, mas era responsável pela emissão de um parecer que posteriormente seria levado às autoridades que decidiriam ou não pela contratação. As informações que por ventura viessem a surgir sobre qualquer pessoa que estivesse sob a observação do SNI eram guardadas no Levantamento de Dados Biográficos (LDB).

Os LDBs [eram] feitos a partir de prontuários existentes em órgãos de segurança federais e estaduais. O parecer do SNI em cima dos dados do LDB pode ser de cinco formas: não há restrição; os registros não contraindicam; não são elementos de convicção que contraindiquem (sic); não há registros, e finalmente, não convém. Na ficha a probidade da pessoa só consta em termos de registros concretos, enquanto a nível ideológico há emissão de juízo de valor (LAGÔA, 1983, p. 22).

<b>Ficha sintética de apreciação sobre o levantamento de dados biográficos efetuados</b>	
L D B N.º _____ Nome _____	
Cogitação _____	
<b>1</b> Posição ideológica	<input type="checkbox"/> Democrata <input type="checkbox"/> Comunista <input type="checkbox"/> Esquerdista <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>2</b> Atitude com relação à Revolução de 31/mar/64	<input type="checkbox"/> Integrado <input type="checkbox"/> Adesista <input type="checkbox"/> Contrário <input type="checkbox"/> Contra-revolucionário <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>3</b> Atividades subversivas	<input type="checkbox"/> Atuante <input type="checkbox"/> Simpatizante <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>4</b> Probidade administrativa	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>5</b> Eficiência funcional ou profissional	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>6</b> Conduta civil	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>7</b> Observações	
<b>Apreciação final</b>	
<input type="checkbox"/> Não há restrição <input type="checkbox"/> Os registros existentes não contra-indicam o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não existem elementos de convicção que contra-indiquem o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Não deve ser aproveitado	

**FIGURA 03:** Ficha Sintética de apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos efetuados.  
 Fonte: Revista *Veja*, 25 de junho de 1989 (apud LAGÔA, 1983, p. 23).

Se inicialmente a atitude dos militares na tomada do poder “traduzia, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação” como posto no Ato Institucional Nº1 de 9 de abril de 1964, a implantação e atuação do SNI comprovaria o contrário. A liberdade e apoio dados ao Serviço significaram, em termos práticos, a permissão de um grupo (os militares) para a repressão a nação. O SNI tornou-se “um ministério de polícia política, instituição típica do Estado Policial e incompatível com o regime democrático” (Correio da Manhã, 1964 *apud* GASPARI, 2014, p. 159).

Os poderes do SNI foram se avolumando progressivamente que pouco tempo depois já não era mais possível definir uma função específica do Serviço, tendo em vista o esfacelamento das fronteiras que indicavam quando ou quem era passível de sua vigilância. Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica do sistema e a busca de segurança absoluta, efetivamente transformou o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos, numa situação em que se verificava impossível isolar “inimigo interno”, todos eram suspeitos (ALVES, 1984, p. 72).

A singularidade do SNI brasileiro abriu brechas para comparações com órgãos de segurança de outros países, que embora fossem tidos como avançados, não possuíam (ou não permitiam) a operacionalização da segurança interna e externa concentrada em um único órgão. Dessa forma, levando em consideração os poderes que possuía, o SNI abriu seus tentáculos sobre todo o território nacional: “sua área de atuação era mais abrangente, seu grau de autonomia era maior, o status do seu chefe era mais elevado, a fiscalização externa, por inexistente, era óbvia a menor de todas e o poder de interferência em outros órgãos do Estado era gigantesco” (FIGUEIREDO, 2005a, p. 129).

Nos Estados Unidos, eram a CIA (que operava fora do país) e o FBI (internamente, como misto de polícia e serviço de informações). Na França, a Direção Geral do Serviço Exterior (DGSE) e a Divisão de Vigilância do Território (DST). Na Alemanha, o Serviço Federal de Inteligência (BnD) e o Serviço de Proteção da Constituição (BfV). No Reino Unido, o British [...] Nem mesmo o KGB tinha tanto poder quanto o SNI, já que o serviço secreto soviético era obrigado a prestar contas do que fazia à cúpula do Partido Comunista (FIGUEIREDO, 2005a, p. 129).

Contudo, o SNI ainda contou com o auxílio de órgãos estrangeiros em sua formação, principalmente do governo americano, ocasionando o fortalecimento do vínculo entre os dois países. De um lado a CIA se propunha a fornecer pistas operacionais sobre atividades subversivas no Brasil, por outro lado o SNI retribuía fornecendo um panorama informativo sobre o cenário brasileiro, em especial ao que correspondia a presença de comunistas.

Ainda em 1964 o SNI e a CIA começaram negociações [...]. A CIA propunha mandar para o Brasil um funcionário categorizado “para colaborar na montagem e no desenvolvimento do Serviço brasileiro” e comprometia-se a “fornecer pistas operacionais específicas que se tornarem disponíveis a respeito de atividades subversivas no Brasil”. Em troca o SNI dispunha-se a não passar adiante o material que recebesse e alimentaria a CIA com suas próprias informações a respeito da subversão esquerdista (GASPARI, 2014, p. 168).

Das 4.841 punições impostas nos 21 anos do regime militar, 2.990 ocorreram em 1964. Muitas dessas partiram de recomendações do SNI. Além de bisbilhotar e perseguir, o Serviço também ditava regras em diversas áreas (FIGUEIREDO, 2005a, p. 140). Com a decretação do Ato Institucional Nº2 (AI-2) em 27 de outubro de 1965, o SNI adquiriu mecanismos que possibilitaram ainda mais sua expansão. Em pouco tempo não caberia mais dentro do próprio governo, tornando-se uma entidade paralela – e superior – ao Estado (FIGUEIREDO, 2005a, p. 145). Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 72-73) “na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio Executivo”.

Com o ressurgimento dos movimentos sociais e a luta pela democracia no biênio 1967/1968, o teor da radicalidade do regime, já esperado por ampla parte da caserna, foi aumentado. A partir de então, sob as régias do General Costa e Silva, sucessor de Castelo na Presidência, as medidas tomadas pelo governo buscaram sanar os anseios das Forças Armadas endurecendo ainda mais o regime, e por consequência os órgãos de informação. Na prática Costa e Silva defendia que:

a luta contra os subversivos exigiria um serviço secreto que fosse capaz não apenas de levantar informações – como era o SNI-, mas que também estivesse apto a efetuar operações policiais e até mesmo ações de combate ao inimigo”, para tanto almejava “reforçar o SNI, turbinar o serviço de Informações do Exército – a chamada 2ª Seção – para envolvê-lo diretamente na repressão (FIGUEIREDO, 2005a, p. 151).

Desde sua criação até 1980, o SNI teve como chefia os Generais Golbery do Couto e Silva (3/06/1964 a 15/03/1967), Emílio Garrastazu Médici (17/03/1967 a 14/04/1969), Carlos Alberto da Fontoura (14/04/69 a 15/03/1974), João Batista Figueiredo (15/03/1974 a 15/06/1978) e Octávio Aguiar Mendes (a partir de 15/06/1978). Destes cinco citados, dois (Médici e Figueiredo), foram Presidentes durante a Ditadura, o que denota a relevância do Serviço no cenário político na época.

### **Centro de Informações do Exército - CIE**

Após dois anos da deflagração do golpe civil-militar surgiu o Centro de Informações do Exército (CIE), subordinado ao Comando Superior do Exército. Criado através do Decreto nº 60.664<sup>57</sup>, de 2 de maio de 1967 sob a presidência do General Costa e Silva, o CIE foi comandado inicialmente pelo Coronel Adyr Fiúza de Castro, possuidor de ampla experiência nos assuntos relativos a área de informações. Comandou a Divisão de Informações do Gabinete do Ministério do Exército (D2) onde grampeava telefones de subversivos e infiltrava agentes no movimento estudantil e nos sindicatos. Ao CIE cabia orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de segurança interna e contrainformação, concorrendo com a 2ª Seção do Estado Maior, também encarregada destas atividades (ISHAQ; FRANCO e SOUSA, 2012, p. 85). Assim como o SNI, o CIE nasceu em uma estrutura cujo suporte financeiro e técnico lhe permitia identificar e aniquilar os inimigos da pátria. Conforme Lucas Figueiredo:

Recursos não faltaram a Fiúza. Para montar o CIE, ele ganhou um andar inteiro (o oitavo) na sede carioca do Ministério do Exército, na Avenida Presidente Vargas, no centro da Cidade. A primeira equipe do CIE, com aproximadamente oitenta militares, foi formada com pessoal da D2 e da 2ª Seção do Estado Maior do Exército – entre eles, seis oficiais, ultra especializados em aberturas de fechaduras. Havia também analistas de informações, fotógrafos, especialistas em microfilmagens, arquivistas operadores de escutas telefônicas, pessoal de combate de rua e uma turma de assalto e destruição. Quando era preciso, contratava informantes. (FIGUEIREDO, 2005a, p. 153).

---

<sup>57</sup> BRASIL. Decreto Nº 60. 664, de 02 de maio de 1967. *Cria o Centro de Informações do Exército e dá outras providências*. Brasília, 02 de maio de 1967.



As atividades do órgão, no entanto, só entrariam em vigor de fato a partir de 1970, período no qual se intensificaram as ações de caráter anti-subversivo. O CIE teve seu momento de maior prestígio durante a gestão do General Sylvio Couto Coelho da Frota (1974-1977) à frente do Ministério do Exército. Para Figueiredo (2005a, p. 154) o surgimento do órgão era apenas o início da reformulação no sistema de informações da ditadura. Dali em diante começaria a identificar e aniquilar os inimigos do governo. Vale lembrar que o CIE, enquanto órgão central de informações e execução de repressão do Ministério do Exército foi responsável pela centralização da repressão clandestina aos movimentos de oposição à ditadura.

### **Centro de Informações da Marinha - CENIMAR**

Juntamente com o Serviço Nacional de Informações e o Centro de Informações do Exército, a Marinha também se adequaria ao jogo do novo regime através do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) cuja existência é anterior a entrada dos militares no poder em 1964. Criado por meio do Decreto nº 42.688<sup>58</sup> de novembro de 1957, o Cenimar estava incumbido da “obtenção de informes de interesse da Marinha do Brasil, na conformidade dos planos, ordens e instruções do Estado-Maior”. Entretanto, oito anos após o golpe civil-militar, sua estrutura foi reorganizada e ampliada através do Decreto nº 68.447<sup>59</sup>, de 30 de março de 1971. A partir de então além de estar incumbido de buscar informes, o Cenimar passou a “produzir informações e a realizar operações especiais de informações dentro do campo de ação do Ministério da Marinha” e também a combater a subversão.

De acordo com Ana Lagôa (1983, p. 35-37) o Cenimar foi considerado, entre todos os organismos atuantes ao longo da ditadura, como um dos mais sigilosos e o mais preservado, de modo que em um navio nem mesmo o comandante sabia quem era o agente embarcado.

---

<sup>58</sup> BRASIL. Decreto Nº 42.688, de 21 de novembro de 1957. *Aprova o Regulamento para o Centro de Informações da Marinha*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42688-21-novembro-1957-381388-norma-pe.html>>.

<sup>59</sup> BRASIL. Decreto Nº 68.447, de 30 de março de 1971. *Aprova o Regulamento para o Centro de Informações da Marinha*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68447-30-marco-1971-410416-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Em 2011, após ter acesso a documentos inéditos produzidos pelo Cenimar, antes e depois de 1964, a Revista *Época*<sup>60</sup> publicou um conjunto de matérias que trouxeram à tona alguns dos segredos que permeavam o submundo dos agentes infiltrados vinculados a este órgão. De acordo com a Revista, a documentação se encontrava em uma pequena caixa de papelão, escondida por um militar anônimo. Nela continham um total de 2.326 páginas de documentos micro filmados sobre o período. Os conteúdos expressos ali foram preservados da destruição da memória ordenada pelos comandantes fardados. Tal documentação possuía tarjas de “secretos” e “ultrassegredos”, que na linguagem militar representavam os níveis máximos para a classificação dos segredos de Estado e considerados de segurança nacional<sup>61</sup>.

Na matéria intitulada “Os Infiltrados da Ditadura” o Jornalista Leonel Rocha expôs o conteúdo de alguns documentos que revelam em detalhes a identidade de alguns informantes da ditadura vinculados ao Cenimar. Um dos exemplos ressaltados por ele ocorreu em outubro de 1969, quando um homem [chamado Luciano] ofereceu serviços de bombeiro hidráulico na Administradora Bolívar, uma imobiliária de Copacabana, de propriedade da Sra. Maria Nazareth Cunha da Rocha. Entretanto, a Imobiliária era na verdade uma espécie de condomínio de organizações da luta armada que abrigava diversos grupos, como por exemplo, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Frente de Libertação Nacional (FLN). A surpresa, no entanto, viria da parte de Luciano, que mais tarde seria descoberto como um agente infiltrado do Cenimar. De acordo com os materiais analisados por Rocha:

Na vida real, Luciano se [chamava] Manoel Antônio Mendes Rodrigues. Uma ficha dos arquivos do Cenimar descreve Manoel Antônio, ou “Luciano”, como um agente remunerado que teve conexões com assaltos a banco e contatos em várias organizações

---

<sup>60</sup> Trata-se de uma revista semanal brasileira lançada em maio de 1998 e publicada pela Editora Globo. A revista tem uma circulação média de aproximadamente 350 mil exemplares. As colunas versam sobre temas variados com fatos políticos, economia, saúde, entretenimento e sociedade. Endereço eletrônico: < <http://epoca.globo.com/> >.

<sup>61</sup> Revista *Época*, Edição nº 706, de 20/nov./2011, p. 51.

da luta armada, como FLN, VPR e MR-8. No serviço secreto da Marinha, consta que ele mantinha contato com vários oficiais<sup>62</sup>.

A contribuição de Luciano na coleta de informações sobre os grupos teria ocasionado a prisão de diversos membros da clandestina organização. O material analisado pelo jornalista apontou que em um dos “pontos” descoberto por um agente secreto de codinome “Luciano”, morreu Juarez Guimarães de Brito, um dos líderes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), procurado pelo governo por ter comandado o lendário assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros.

Contudo, as revelações mais surpreendentes, segundo Leonel Rocha, se encontram nas pastas rotuladas de “Secretinho”, uma espécie de cadastro dos espões nas organizações de esquerda, que traz a luz outros aspectos da atuação não apenas dos agentes infiltrados, mas também de informantes simpáticos ao regime. Nestas pastas Rocha encontrou diversas fichas e relatórios do Cenimar acerca de agentes secretos e colaboradores espontâneos da ditadura militar que atuavam infiltrados em organizações que não coadunavam com o regime vigente. Em meio a este processo de coleta de informações estes informantes:

[...] Agiam dentro dos partidos, dos grupos armados e dos movimentos estudantil e sindical. O trabalho dos informantes e agentes secretos era pago com dinheiro público e exigia prestação de contas. Muitos infiltrados eram militares treinados pelos serviços secretos das Forças Armadas que atuavam profissionalmente. Outros foram recrutados pelos serviços secretos entre os esquerdistas, por pressão ou tortura. Havia ainda dezenas de colaboradores eventuais, simpatizantes do regime, que trabalhavam em setores estratégicos, como faculdades, sindicatos e no setor público. A metódica organização da Marinha juntou relatórios, fotografias, cartas e anotações de agentes e militantes<sup>63</sup>.

Para além desses assuntos, os arquivos secretos da Marinha, trazem documentos que reforçam ainda que o serviço secreto americano mantinha informantes infiltrados entre os comunistas brasileiros antes e depois do golpe de

---

<sup>62</sup> Revista *Época*, 2011, p. 56.

<sup>63</sup> Revista *Época*, 2011, p. 51.

1964. Na matéria intitulada, “As ações da CIA no Brasil”<sup>64</sup>, os jornalistas Leonel Rocha, Eumano Silva e Leandro Loyola, pontuaram que nos arquivos do Cenimar aparecem descritos dois casos de aliciamento de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o “Partidão”, pela CIA. Sendo que um deles foi produzido um ano antes da tomada do poder pelos militares.

Em março de 1963, segundo os documentos, Manoel dos Santos Guerra Júnior, o Guerrinha, militava no PCB quando recebeu a visita de um estrangeiro. De acordo com a versão documentada pelo Cenimar, o desconhecido falava com sotaque e se apresentou como agente da CIA. Sem fazer cerimônias convidou o dono da casa para trabalhar como informante remunerado da agência americana (ROCHA; LOYOLA, 2011, s/p).

Ao concluir a matéria, os jornalistas apontam que o material indicava que Guerra Júnior conhecia muito bem o PCB por dentro e possuía relações próximas com o partido e embora tenha titubeado num primeiro momento, acabou cedendo ao convite:

Sua primeira reação à oferta, dizem os documentos, foi dizer não. Em outro encontro, o visitante disse que fez a abordagem porque sabia que Guerra Júnior, em troca de dinheiro, colaborava havia algum tempo com o Cenimar e com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão de assessoramento direto do presidente da República. A revelação feita pelo visitante quebrou a resistência do brasileiro. De acordo com o relato do Cenimar Guerra Júnior, afirma o documento, passou a trabalhar para a CIA com salário mensal de 60 mil cruzeiros, mais o aluguel de um apartamento e um emprego formal (ROCHA; LOYOLA, 2011, s/p).

### **As Divisões de Segurança e Informações – DSI, e as Assessorias de Segurança e Informações – ASI.**

Complementado o núcleo dos serviços de informações surgiram em 1967, por meio de uma reformulação das Seções de Defesa Nacional autorizada pelo Presidente Costa e Silva, as Divisões de Segurança e Informações (DSI). Elas

---

<sup>64</sup> ROCHA, Leonel; SILVA, Eumano; LOYOLA, Leandro. As ações da Cia no Brasil. Revista *Época* (Online), 02/12/2011. Trechos da reportagem disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/12/acoes-da-cia-no-brasil.html>>. Acessado em: 19/jan./2016.

funcionariam com uma espécie de mini-serviço secreto comandado pelo SNI. Regulamentadas somente em 1975, as DSIs passaram a “encaminhar à agência central do SNI as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no Plano Nacional de Informações que, pelo princípio de oportunidade, deviam ser do conhecimento imediato dos clientes principais do SNI” (LAGÔA, 1983, p. 34).

Entretanto, esta nova configuração no campo das informações não se restringiu às DSIs. Em cada órgão público e autarquia federal foi criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Enquanto as DSIs voltavam seus olhares para os ministérios (Justiça, trabalho, Planejamento, etc.)<sup>65</sup> as ASIs eram braços do Serviço operando em praticamente todos os organismos e empresas públicas da esfera federal (Correios, Petrobrás, Universidades etc.).

Ambos os órgãos tinham uma função dupla para as Forças Armadas: fortalecer os sistemas de informações da ditadura e ao mesmo tempo, empregar um sem-número de militares da ativa, militares da reserva, parentes de militares, amigos de militares e amigos de amigos de militares (FIGUEIREDO, 2005a, p. 156 e segs.). Na prática, apesar de presentes em todos os organismos estatais, as DSIs e as ASIs se dedicaram à triagem de funcionários e ao controle de suas atividades (LAGÔA, 1983, p. 34).

## **A Operação Bandeirante (OBAN) e a articulação do CODI e DOI**

Inspirados na Operação Bandeirantes (OBAN)<sup>66</sup> criada em 1969 em São Paulo, foram ainda articuladas duas máquinas de combate a subversão: o Destacamento de Operações Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

---

<sup>65</sup> Ver principalmente: FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

<sup>66</sup> Trata-se da primeira experiência de integração das forças repressivas. Dela faziam parte elementos das três forças armadas, da polícia federal, das polícias civis e militares e do governo estadual. LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, M.A. A; LONGHI, C.R; MATTOS, M. A. V. L; SWENSSON JUNIOR, W.C. (org.). **O DEOPS/SP em busca do crime do político**: Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 76.

Os primeiros eram encarregados de operacionalizar as ações anti-subversão – ou seja, prender, torturar e matar. Já os Codi funcionavam como centros de planejamentos e coordenação, uma espécie de fórum de decisões onde tinham assento, entre outros, representantes do SNI e dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (LONGHI, 2002, p. 77-78).

Os DOI-CODIs – que possuíam sedes em São Paulo (em substituição a Oban), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Brasília, Curitiba e Porto Alegre – tornaram-se símbolos da repressão política na década de 1970, tanto por conta de seus métodos violentos quanto por sua preponderância no combate aos grupos de esquerda armada<sup>67</sup>.

Conforme Alfred Stepan (1986) o CODI não tinha agentes próprios. O grupo de operações para atividades de inteligência e anti-subversão numa região militar como São Paulo estava localizado na sede do Destacamento de Operações Internas (DOI). O DOI tinha agentes de todos os serviços militares além da polícia. Os agentes no DOI não usavam uniformes, financiavam suas operações através de uma variedade de fontes oficiais e não oficiais e, ainda que nominalmente sob a cadeia de comando do Estado Maior, tinham uma cadeia de comando paralelo articulada com o Ministério do Exército através do CIE (STEPAN, 1986, p. 37). Ademais, “as atividades relativas ao DOI, sempre secretas, virtualmente se tornaram clandestinas e ilegais, ainda que dentro das próprias regras militares, por volta de 1973-1975” (STEPAN, 1986, p. 38).

## **2.2. OS MANUAIS DE AGENTES SECRETOS NO PERÍODO PRÉ-DITADURA**

Conforme assinalado anteriormente, o ambiente internacional que emergiu no pós-II Guerra Mundial foi marcado por uma nítida polarização ideológica que (re) inseriu na vida política do mundo ocidental o “espectro do comunismo” e o temor da revolução social. Estes aspectos tornaram a prática da vigilância uma ação recorrente utilizada pelos serviços secretos do Brasil e do mundo. Na medida em que o iminente perigo aumentava ou o hipotético inimigo se aproximava, tal prática passou a ocupar um lugar de destaque no processo de formação dos agentes secretos que, incumbidos de realizar atividades clandestinas coordenadas por um

---

<sup>67</sup> MATTOS; SWENSSON JUNIOR, 2003, p. 39.

serviço de informação, deveriam seguir a risca as instruções ofertadas nos cursos e nos manuais como forma de garantir o êxito das missões a eles designadas.

De acordo com Lucas Figueiredo (2005a) foi com o aumento do número de operações internacionais de caráter anticomunista entre 1959 e 1960 que o serviço secreto brasileiro, até então atuando com certa inexpressividade no cenário nacional, pode exercitar sua musculatura. Frente à ausência e ineficiência de métodos e procedimentos-padrão para lidar com o novo cenário que se descortinava, surgiu a preocupação em organizar os primeiros manuais sobre a teoria e prática da espionagem. Um dos primeiros Manuais surgiu em janeiro de 1960 e recebeu inicialmente o nome de “Glossário de Informações”<sup>68</sup>. Conhecido como o “Dicionário de Espião” e classificado na categoria de “Reservado”<sup>69</sup> este manual visava, sobretudo sistematizar os termos utilizados pelos integrantes dos serviços de informações de modo que:

[...] todos os agentes falassem a mesma língua e assim evitasse mal entendidos. Dessa forma, todos entenderiam, por exemplo, quando um chefe emitisse uma ordem para que um agente adormecido despertasse para poder invadir um apartamento e sangrar uma linha, acompanhado de uma capanga e portando uma gazua. (FIGUEIREDO, 2005a, p. 84-85). [Grifos nossos]

Os termos acima em destaque possuíam significados singulares que remetiam a uma linguagem própria dos agentes durante as operações. Dessa forma, ao se pronunciar alguns desses termos, somente os agentes poderiam compreender seus reais sentidos e o devido momento de utilizá-los.

Agente – Pessoa que se dedica a atividade clandestina sob direção de um órgão de informações<sup>70</sup>.

[Agente] Adormecido – Agente recrutado, equipamento ou operação planejada, que está pronto para entrar em ação, todavia mantido inativo por um período considerável para criar ou reforçar sua

---

<sup>68</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, 70fls.

<sup>69</sup> Documento, informação ou material não classificado com Ultra-Secreto (sic), Secreto ou Confidencial, que não devem ser publicados ou comunicados a qualquer um, exceto para fins oficiais (BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 35).

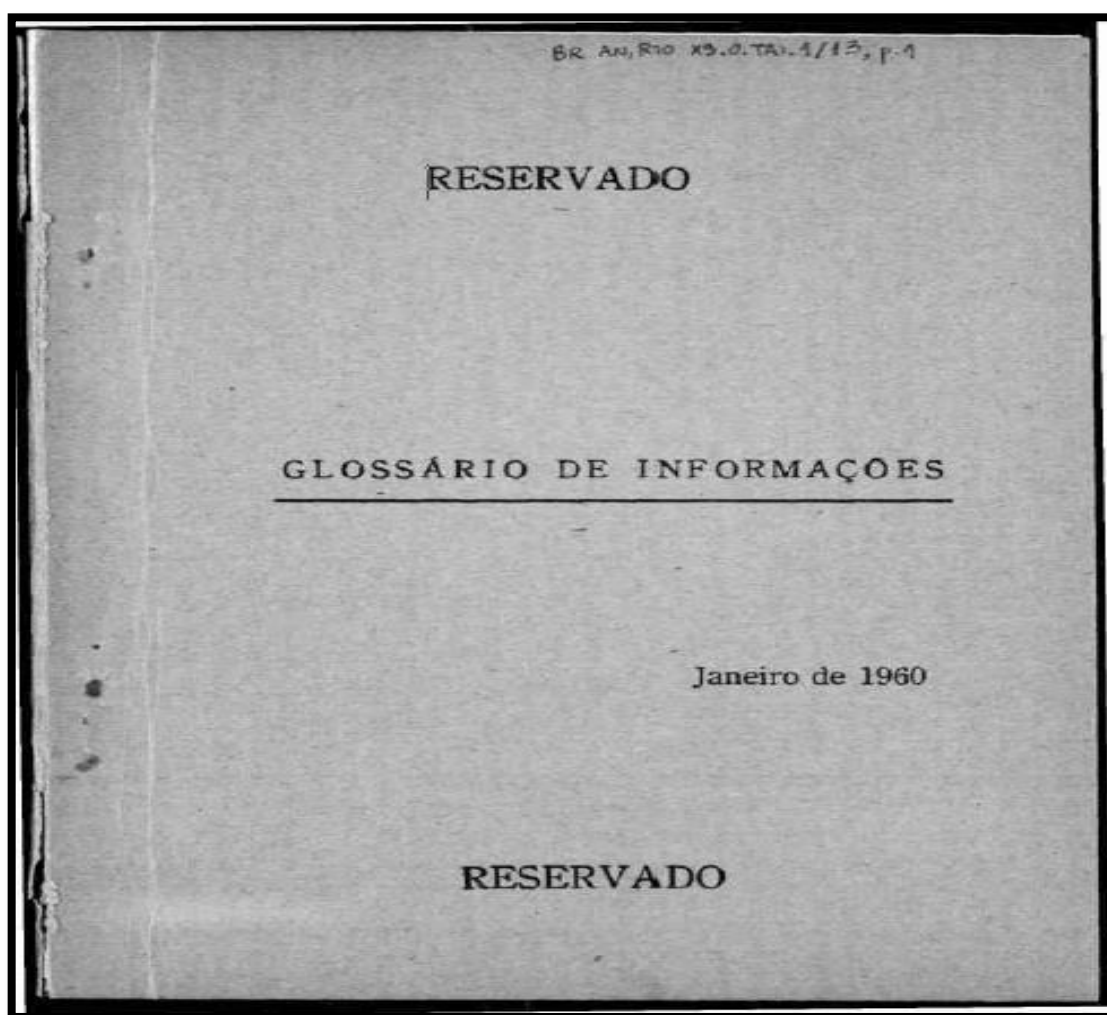
<sup>70</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 6.

cobertura ou ainda para estar pronto caso se apresente uma necessidade especial<sup>71</sup>.

Sangrar linhas - Fazer uma tomada em um circuito telefônico para fins de escuta<sup>72</sup>.

Capangas – Tipo de agente utilizado, a fim de proporcionar uma proteção especial em fases perigosas de uma ação clandestina<sup>73</sup>.

Gazua – (1) Peça de aço usado para abrir fechadura. (2) Pessoas que tem a arte de fazer com que outras revelem seus segredos<sup>74</sup>.



**FIGURA 04:** Capa do Manual “Glossário de Informações” (1960)

**Fonte:** AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 1.

<sup>71</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 6.

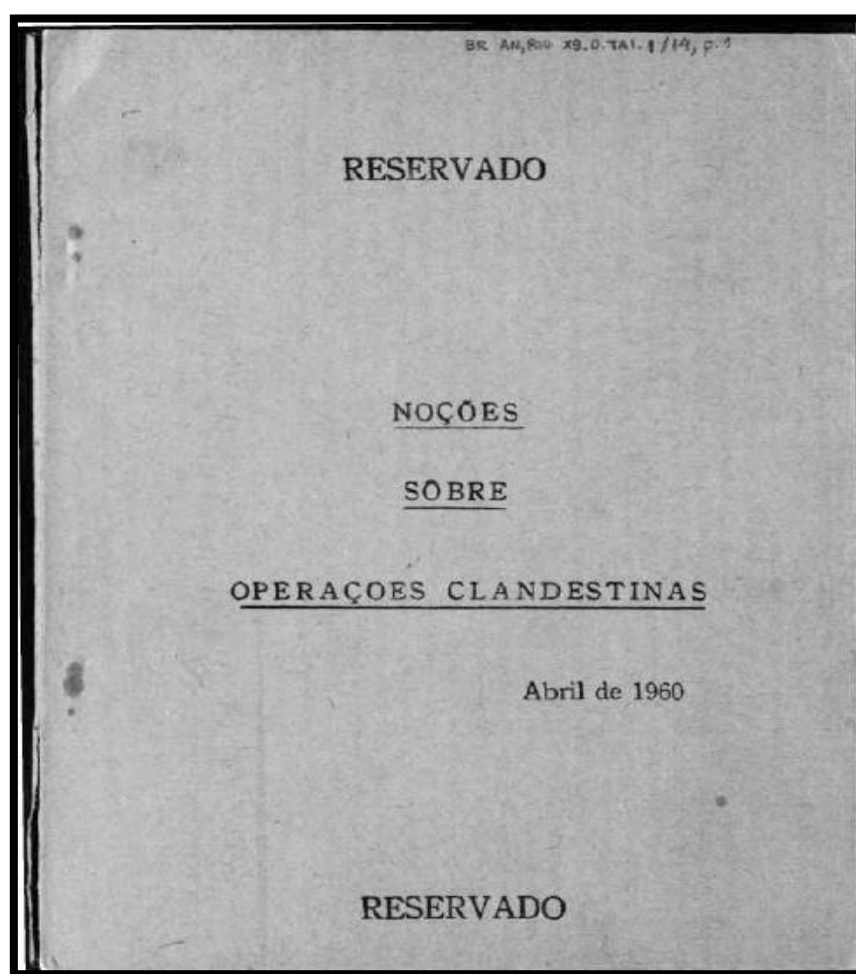
<sup>72</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 36.

<sup>73</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 9.

<sup>74</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 22.



Não obstante, num prazo de três meses após a elaboração do Dicionário de Espião, foi editado o Manual “Noções de Operações Clandestinas”<sup>75</sup>. Classificado de forma semelhante ao anterior, nas suas 91 páginas o manual estava destinado a ensinar aos agentes a arte da vigilância de modo especial quando esta fosse feita de maneira clandestina<sup>76</sup>. A respeito desse assunto, o manual buscava não somente dar uma explicação acerca de quando e como executar uma boa vigilância, mas também se preocupava como se verá a seguir em indicar modelos plausíveis de comportamentos e valores morais a serem respeitados diariamente no exercício da função de um agente secreto.



**FIGURA 05:** Capa do Manual “Noções sobre Operações Clandestinas” (1960)

**Fonte:** AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 1.

<sup>75</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, 91fls.

<sup>76</sup> Feito às ocultas. Ilegal. Ações realizadas sem o conhecimento do objetivo (estabelecimento, organização, pessoa) (BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 29).

Assim, para além da execução do caráter ofensivo da vigilância, ou seja, da forma de seu desempenho, os agentes deveriam dominar as técnicas de caráter defensivo, isto é, o saber vigiar-se a si mesmo, pois, “apesar de sua missão raras vezes exigir que [o agente] observe alguém secretamente, [ele] é sempre um magnífico alvo de vigilância do inimigo” e desta forma “precisava saber do que é capaz para se defender dela”<sup>77</sup>.

Nesse sentido, os agentes eram instruídos a não cometer o erro de acreditar que a vigilância deixou de ser usada ou não poderia ser usada contra eles, pois dado o contexto que estavam imersos, tal atividade era “ainda o meio essencial pelo qual uma força de segurança conduz as investigações”<sup>78</sup>.

Não raro, as missões dos agentes secretos eram vistas como encargos árduos, pois se exigia deles um contínuo esforço para sua realização. Tal esforço não se verificava apenas na necessidade do deslocamento longínquo, mas também no que tange a adaptabilidade ao ambiente a se infiltrar, tendo em vista que muitas vezes não correspondia às inclinações naturais do agente, o que dificultava a realização plena de suas atividades.

Este fator, no entanto, corroborava para uma seleção de indivíduos que fossem dotados de condições físicas e emocionais para exercer esta missão. Para se infiltrar, o agente deveria não apenas dominar as técnicas da vigilância, ou seja, saber exercê-la em sua forma natural, mas necessitava também se transverter de uma personalidade semelhante a do ambiente em que irá se infiltrar e seja capaz de dar detalhes aparentemente verdadeiros de sua personalidade fictícia. Terá que criar uma história sobre suas atividades anteriores, locais onde viveu, trocar o nome e estar em condições de não se trair nas várias provas e armadilhas a que será submetido para verificar se sua história é coerente<sup>79</sup>.

Dessa forma, ao se infiltrar em uma organização comunista, as atitudes de um agente deveriam dialogar com os argumentos ali defendidos. No entanto, ao se transfigurar para uma nova personalidade, os agentes não deveriam transpor os limites considerados moralmente corretos. Se autovigiar visando à manutenção de determinados valores morais, também era medida sugerida aos agentes para que

---

<sup>77</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/8, p. 01.

<sup>78</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/5, p. 02.

<sup>79</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 48.

não se entregassem ou não se corrompessem com os vícios existentes naquele ambiente (álcool ou mulheres). O que denota, além de uma formação técnica, uma preocupação com uma formação moral, baseada em comportamentos que possivelmente não comprometeriam a atuação do agente.

Em qualquer caso [seja uma organização criminosa ou política e social], para estar alerta, o melhor é beber o mínimo possível. Quanto às mulheres, se bem que em caso de solteiros possa ser aconselhável não despertar suspeitas, convém evitá-las. Raras vezes as relações com mulheres compensam as desvantagens e preocupações que acarretam<sup>80</sup>.

Em termos gerais, uma das principais preocupações, na qual um agente secreto receia vivenciar é a sua descoberta. Para tanto lhe era sugerido que sua convivência diária com os membros e os “chefes da organização” ocorresse de forma natural sem levantar nenhuma suspeita ou desconfiança.

Caso necessitasse realizar alguma atividade, como por exemplo, atender um telefone, que pudesse a vir comprometê-lo, ou mesmo entrevistar indiretamente um membro, as mesmas deveriam realizar-se fora da sede, por meio de um diálogo sutil, de modo que não levantasse a menor suspeita do alvo visado<sup>81</sup>. Diferentemente dos informantes, o cotidiano de um agente infiltrado era, por vezes regado de detalhes, que exigiam cuidados constantes.

A vigilância poderia ser efetuada visando os seguintes objetivos:

- Obter provas de um delito;
- Levantar um indivíduo mediante a vigilância dos lugares que frequenta e de seus companheiros;
- Levantar a residência, lugar de trabalho e outros lugares frequentados pelos companheiros, ou cúmplices do objeto [vigiado];
- Evitar que o vigiado cometa um delito;
- Verificar a informação dos informantes, tanto gerais como confidenciais<sup>82</sup>.

Se utilizando de diversos meios, os agentes poderiam optar pela melhor forma de efetuar seu serviço: a pé, de carro, fixo em algum local pré-determinado,

---

<sup>80</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 49.

<sup>81</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 49-50.

<sup>82</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 55.

ou mesmo se valendo da junção de todas estas modalidades. Contudo, se fazia necessário observar as especificidades de cada uma.

- (1) – Vigilância a pé – Emprega-se esta forma de vigilância com serviços de grande cobertura como os organismos policiais. É o tipo empregado com maior frequência e é o que lhe acarreta maior risco. V. deve familiarizar-se com os métodos e técnicas requeridas.
- (2) – Vigilância de carro – Sempre que os serviços de cobertura exercerem a vigilância de carro obtêm normalmente menor rendimento (...).
- (3) – Vigilância estática – é a vigilância de instalação fixa e pode exercer-se por períodos que variam de algumas horas a várias semanas. A vigilância estática exige muito pessoal o que raramente está dentro das disponibilidades do serviço de cobertura.
- (4) – Vigilância técnica – Este sistema de vigilância – emprega estratégia de registradores eletrônicos ocultos e derivações telefônicas, etc., (...).
- (5) – Combinações de meios – As boas técnicas de vigilância combinam todos os meios. Todavia, como se diz acima, só os organismos de polícia ou de segurança local dispõem de recursos e do necessário controle da área para dirigir total do tipo policial<sup>83</sup>.  
[Grifos no original]

Em termos de relevância a vigilância a pé era considerada pelos instrutores como a base de todo o trabalho de investigação. Todos os agentes a estudavam a fim de se tornarem exímios nos métodos e nas particularidades do pessoal e técnicas, utilizadas neste tipo de trabalho, de forma a bem desempenhá-lo. Usualmente, a vigilância a pé podia ser desempenhada por grupos de dois, três ou mais, regime de substituição ou por um único vigilante. Nessa ótica, método intitulado “ABC” era o mais indicado.

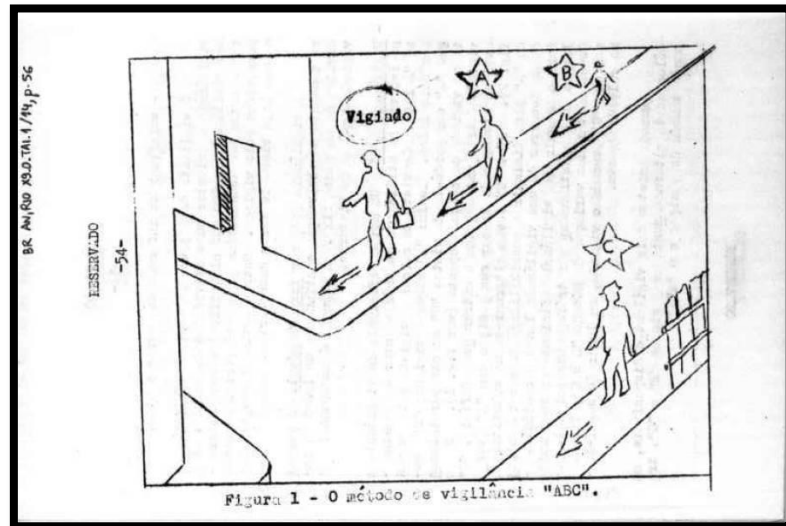
Consiste em cercar o vigiado pelo menos por dois lados. Assim “A” segue o vigiado; “B” segue “A” sem perdê-lo de vista; “C” marcha paralelamente ao vigiado na calçada oposta (ver fig.5). Se o vigiado dobrar uma esquina e entrar num edifício, “C” está em situação de trocar sua posição com “A” (ver fig.6). “B” e “C” devem alternar-se na substituição do “A” para diminuir a possibilidade de ser reconhecida no decorrer de uma vigilância longa e continua. Para conseguir uma vigilância eficiente em ruas muito largas ou congestionadas por tráfego excepcional, pode-se adotar uma variação do método “A B C”, fazendo com que “C” preceda o vigiado, em lugar de segui-lo na

---

<sup>83</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/5, p. 3.

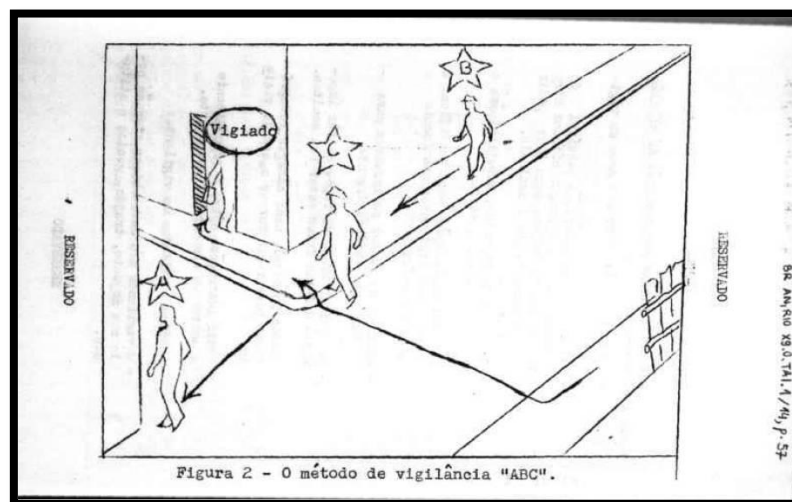
calçada oposta. Quando existem dois vigilantes disponíveis, um deles adota alternadamente as posições com "A"<sup>84</sup>.

Para não haver dúvidas quanto aos procedimentos dessa metodologia, alguns manuais traziam de forma ilustrada, como na prática ela deveria ser organizada.



**FIGURA 06:** Método de vigilância "ABC".

Fonte: AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 56.



**FIGURA 07:** Método de vigilância "ABC".

Fonte: AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 57.

<sup>84</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 55.

Embora as ilustrações acima dêem um tom simplificado para a execução desse tipo de vigilância, nas entrelinhas, elas carregam determinados detalhes, que precisavam ser levados em consideração, antes, durante e após a ação. Inicialmente, o agente precisava decidir que tipo de vigilância empregar; quais as principais características do vigiado (nome, morada, costumes e manias); se prevenir quanto a transporte caso necessitasse usá-lo; elaborar hipotéticas justificativas para o caso de ser questionado por terceiros; munir-se financeiramente para qualquer necessidade; evitar portar armas de fogo, no entanto, se fosse necessário o seu uso, esconde-la em lugares bem ocultos; ir sempre ao banheiro antes de iniciar uma ação para não precisar interromper o trajeto por motivos fisiológicos, vestir-se adequadamente para a ocasião; combinar sinais visuais com o parceiro caso a operação envolva mais de um agente; estar preparado para mudar aparência rapidamente; portar uma câmera fotográfica para um eventual registro das ações do vigiado, e principalmente agir com naturalidade<sup>85</sup>.

Todas estas instruções visavam primordialmente não perder de vista o vigiado, ou na pior das hipóteses, não serem descobertos por ele. Mas caso isso ocorresse, o agente era instruído a não agir precipitadamente, pois isso poderia ser uma falsa impressão que poderia levar ao término antecipado de sua missão, sem os objetivos alcançados.

É difícil para o vigilante saber se foi descoberto. Alguns vigiados ao perceberem o vigilante dirigem-lhe a palavra, tornando mais difícil sua missão; outros preferem fingir que nada perceberam para que não seja trocado um vigilante já assinalado por outro desconhecido. Em qualquer hipótese o vigilante não deve decidir precipitadamente que foi descoberto. Os vigilantes com pouca prática devem vencer a tendência, muito natural, de julgarem-se descobertos logo que o vigiado olha algumas vezes em sua direção<sup>86</sup>.

Outro aspecto, pontuado para a formação dos agentes secretos na execução da vigilância a pé é que os mesmos, tanto homens quanto mulheres, fossem de estatura mediana ou ligeiramente abaixo dela, sendo preferível a ausência de sinais

---

<sup>85</sup> Para maiores detalhes ver: AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p.58. & REF: BR AN, RIO X9. 0. TAI. 1/5, p. 4-5.

<sup>86</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 60.

físicos, que ocasionasse seu reconhecimento<sup>87</sup>. Estes procedimentos não se limitavam apenas a ambientes abertos, mas também se repetiam - com algumas modificações - em determinadas circunstâncias especiais como, por exemplo, em edifícios, cafés, bares, restaurantes; carros públicos, táxis, elevadores, cabines telefônicas<sup>88</sup>, ou em qualquer lugar cujo alvo pudesse frequentar. Caso a operação fosse realizada no campo e não cidade a distância o vigilante entre o vigiado deveria ser maior, ao passo que se a situação for inversa, como no caso de um edifício, em uma rua movimentada e em transportes coletivos, a distância deveria ser bem curta para não perder de vista o vigiado<sup>89</sup>.

Cabe ressaltar ainda que, somadas a estas instruções, havia também inúmeras outras caso a vigilância fosse efetuada em viaturas - que a princípio o carro não poderia ser de modelo comum - ou em caso da vigilância ser fixa, ou seja, a vigilância de um local que implica no uso de um quarto, apartamento, casa ou algum tipo de construção em sítio adequado. Independente da modalidade escolhida pelo agente, o importante era que “todos os fatores observados deveriam ser minuciosamente anotados, bem como uma descrição pormenorizada das circunstâncias”<sup>90</sup>.

Juntamente com estes pontos, ressaltam-se ainda algumas preocupações quanto à questão econômica. Em determinadas situações, era recomendado que o agente fosse parcimonioso, característica esta que evitaria trazer para si os holofotes, que poderiam ser prejudiciais para sua operação. Sendo assim,

Quando um agente começa a introduzir-se em um grupo clandestino ver-se-á em más condições econômicas (ou aparentará) esse é mais um dos sofrimentos pelo qual atravessa o agente infiltrado. Se o papel que representa exige a aparência de pobreza, o agente deverá apresentar-se como tal e viver como puder, gastando o mínimo possível, além daquilo que seus companheiros supõem ele dispor<sup>91</sup>.

---

<sup>87</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/5, p. 05.

<sup>88</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/5, p. 7-8.

<sup>89</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 60-61.

<sup>90</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/8, p. 64.

<sup>91</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 51.

Havia, no entanto, diferenças entre a função que estes agentes possuíam e a dos informantes propriamente ditos. A principal diferença entre um “informante” e um “agente infiltrado” é o fato de o informante já pertencer ou não a um grupo sobre o qual irá transmitir informes. Ao contrário do agente, indivíduo no qual trabalha a serviço de sua organização<sup>92</sup>, e entende seu serviço enquanto uma missão a cumprir. Durante o regime militar, a prática de infiltrar agentes era bastante recorrente. Sua missão consistia em se introduzir em ambientes ou serviços vinculados ao suposto inimigo, de modo que fosse possível conhecê-lo e conviver com ele, para que posteriormente se organizasse sua derrocada conforme se verificou acima.

### **2.3. A FORMAÇÃO DE AGENTES DE INFORMAÇÕES NO PÓS-1964.**

Embora ao longo da ditadura os militares tenham investido pesadamente nos órgãos de informações e segurança, bem como na formação de agentes para os mesmos, isto não significa que a articulação de tais órgãos tenha tido suas origens durante aquele período. Em que pese a contradição, a origem do que viria a se constituir enquanto um “Sistema Nacional de Informações” remonta ao período democrático, mais precisamente em 1946, quando da criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). Este, só viria a se consolidar como órgão de Inteligência propriamente dito em 1958 com a criação de sua estrutura técnica, administrativa e operacional. Até aquele período o órgão restringia sua atuação ao trabalho de análises e não possuía agentes de campo.

No decorrer dos anos de existência do SFICI a preocupação com os problemas internos superou as inquietações com o que ocorria além das fronteiras brasileiras. Foi nesse contexto que tiveram início os primeiros cursos de formação dos agentes de informações no Brasil<sup>93</sup> (QUADRAT, 2012, p. 25-26). Na área de informação, a primeira instituição a ofertar cursos sobre o assunto foi a Escola

---

<sup>92</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 52.

<sup>93</sup> O fundo “Informante Secreto do Regime Militar”, sob a guarda do Arquivo Nacional e disponibilizado no site do projeto Memórias Reveladas, nos permite conhecer um pouco mais dos primeiros cursos desse período através de apostilas, aulas, palestras, manuais sobre criptografia e gravações de rádio, glossário, traduções, etc. Este Fundo está disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/images/ServicosAoCidadao/Instrumentos\\_Pesquisa\\_PDF/Informante-do-regime-militar.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/ServicosAoCidadao/Instrumentos_Pesquisa_PDF/Informante-do-regime-militar.pdf)>.



Superior de Guerra (ESG). O primeiro deles iniciou-se no ano de 1958, tendo um caráter experimental e a duração de seis meses (de junho a dezembro), formando cinco pequenos grupos de agentes (FIGUEIREDO, 2005a, p. 70).

Para a abertura deste curso piloto de informações, a ESG organizou para seus estagiários uma conferência proferida pelo Brig. João Mendes da Silva. De acordo com suas palavras, o curso que ali se iniciava, constituía-se em um marco histórico para a Segurança Nacional do Brasil, pois, ele dava início à construção de um “monumento” fundamental para os objetivos nacionais.

Permiti que eu vos diga ser este momento, que estou vivendo, face a vós, um daqueles de maior emoção em minha vida de soldado [...]. Considero uma honra e um privilégio raro o de estar aqui, pronunciando estas palavras, posição que certamente o destino me trouxe como uma dádiva, um prêmio e que ficará como um novo marco de minha carreira [...] E isso porque me considero como aquele humilde trabalhador braçal o terceiro na anedota, várias vezes repetida nesta Escola pelo Alm. Benjamim Sodré.

Três trabalhadores realizavam sua tarefa em uma escavação: um curioso aproximou-se e perguntou-lhe porque razões empenhavam com tanto ardor em seu trabalho; o primeiro, sem levantar a cabeça, respondeu “porque necessito de [pagamento] para sustentar minha família”; o segundo alegou displicente: “isso é tudo o que aprendi a fazer em minha vida”; mas o terceiro, fitando com ar superior o seu interlocutor, atirou-lhe em cima esta pá de ouro filosófico: “meu senhor, eu construo uma catedral!”

É exatamente assim que me sinto neste momento: estou ajudando ao Exmo. Sr. Comt. Da ESG, Major Brigadeiro Vasco Alves, aos meus camaradas diretores de Jornada Cel. Itiberê Gouveia do Amaral e C.F João Batista Franciscone de Seran e a vós senhores estagiários, a construir não uma catedral mais um monumento que, de há muito se fazia necessário a esta cara e preciosa Segurança Nacional; estamos lançando com todo ardor e entusiasmo, os alicerces do Curso de Informações!<sup>94</sup>

De acordo com Lucas Figueiredo (2005a) a fala do Brigadeiro comprovava o argumento que ganhou corpo após o golpe de 1964, ou seja, o de que o SFICI, serviço secreto até então responsável pela área das informações e contrainformações, era apenas um trampolim para a construção um órgão muito mais forte e eficiente: o Serviço Nacional de Informações (SNI). Ainda nesta

---

<sup>94</sup> Conferência do Brig. João Mendes da Silva na ESG, 1958. Consultar: AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 2/4, p. 2.

Conferência, frisou-se a necessidade e a importância de um Serviço de Informações. Citando Benjamin Disraeli (1804-1881), “o melhor informado é o vencedor”, o Brigadeiro afirmava que para o Brasil ser o vencedor, urgia ser o melhor informado<sup>95</sup>.

Nos cursos sobre informações ministrados na ESG eram ensinadas questões,

[...] que iam desde aspectos conceituais, como o conceito de informação, questões metodológicas para a redação de um informe e sua transformação em uma informação, até as análises acerca dos serviços de informações em outros países, tais como EUA, Inglaterra, Alemanha, União Soviética dentre outros. Observa-se nessas análises, em especial a cadeia de comando, a estrutura, a metodologia e procurava-se enfatizar o que poderia ser ou não aproveitado no Brasil (QUADRAT, 2012, p. 28).

No currículo do primeiro curso em 1958, dividido em três períodos, estas questões já estavam postas.

O 1º período abrangerá os assuntos básicos e doutrinários que permitem ambientar os estagiários dentro dos conceitos e da terminologia adotada pela ESG, especialmente os relacionados com a Segurança Nacional, o Poder Nacional, a Estratégia e o Planejamento;

O 2º período é destinado ao estudo da Informação – sua conceituação, história, classificação, órgãos com ela relacionados – da criptografia e das conjunturas nacional e internacional;

O 3º período terá em vista um ensaio em profundidade de levantamento estratégico nacional e internacional nos seguintes campos: político, geográfico, psico-social, técnico-científico, biográfico, econômico e militar<sup>96</sup>.

Ao longo dos anos, a conjuntura histórica foi se alterando em nome da segurança e do desenvolvimento do país e junto com esta alteração se modificou também a estrutura dos cursos ofertados pela ESG. Assim, conforme iam surgindo novos problemas, estes eram anexados aos conteúdos dos cursos para serem analisados pelos alunos durante as aulas.

---

<sup>95</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 2/4, p. 7.

<sup>96</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 2/4, p. 10.

Seguindo certa homogeneidade, a ESG procurava difundir em seus cursos, conteúdos que eram compartilhados pelos diversos meios de informações. Assim, o processo de informações difundido era constituído apenas por duas etapas. A primeira etapa correspondia ao recolhimento de informes – um dos itens principais da informação – realizado pelos agentes, e a segunda fase dizia respeito ao momento em que os dados recolhidos eram processados e elaborados dando origem a informação (QUADRAT, 2012, p. 29). Acerca desse processo de transformação de um “Informe” em uma “Informação” vale recordar o exemplo dado pelo Coronel Adyr Fíuza de Castro, em depoimento à Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dilson. Segundo Fíuza, se:

Uma inimiga sua lhe diz que: “Seu marido está prevaricando com dona fulana de tal”. A senhora pode ter certeza de que isso é falso, mas se for profissional de informações não pode rasgar essa informação, tem que guarda - lá. Isso é chamado de um informe. O informe é aquilo que não foi processado, não foi investigado e não obteve confirmação. Mas fica arquivado. Porque é possível que mais tarde, dois ou três, ou dez informes semelhantes aquele já passem a fazer à senhora ficar com a pulga atrás da orelha. E “isso” pode ser verdade<sup>97</sup>.

Nesse sentido, é por meio do processamento e análise dos informes, efetuados pelos analistas [de informações], que se formava uma “informação”, que poderia ou não ser adquirida posteriormente. Ao analisar os manuais da ESG, Samantha Viz Quadrat (2012), observa que os mesmos apresentavam três tipos de informações, podendo as mesmas serem voltadas para o desenvolvimento ou segurança.

- 1) A informação descritiva (estática): conhecimento dos aspectos mutáveis e imutáveis de uma nação (ou nações);
- 2) A informação dinâmica (dinâmica): conhecimento do momento atual de uma nação (ou nações) (mobilidade dos acontecimentos humano) e
- 3) A informação estimativa (potencial): conhecimento da atitude futura de uma nação (ou nações) (possibilidades e intenções) (CURSO DE INFORMAÇÕES *apud* QUADRAT, 2012, p. 29).

---

<sup>97</sup> Adyr Fíuza de Castro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares, CASTRO Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994, p. 46-47.

Outro ponto, que se difundiu nos manuais da ESG, foi o padrão que ela estipulou para os cabeçalhos de documentos utilizados nos meios de informações, constando tópicos como:

Assunto: origem; classificação, difusão, difusão anterior; anexos e referências. Tal cabeçalho é de extrema importância para quem pesquisa nos arquivos da polícia política, pois permite que o pesquisador acompanhe a trajetória daqueles dados, o nível do informante e a confiabilidade a ele atribuída (QUADRAT, 2012, p. 30).

Contudo, em que pese esses esforços da Escola Superior de Guerra na preparação daqueles que iriam trabalhar com as informações, eles não foram suficientes para preencher as lacunas que surgiam após a entrada dos militares no poder. Enfatizou-se a partir de então, a necessidade de uma escola mais especializada na formação dos agentes. Dessa forma, criou-se em 1970, a Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília. Com uma estrutura física e teórica inteiramente nova, a EsNI deu início em suas atividades em 1973, suprimindo os cursos avançados de informações ministrados na ESG.

Diversos países acolheram o grupo fundador da EsNI, oferecendo-lhes cursos na área de segurança e informação, dentre eles: os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. Ao primeiro diretor da Escola, o general Élio Pinheiro, coube ir aos Estados Unidos visitar CIA e o FBI, além de receber treinamento para a montagem da escola brasileira (QUADRAT, 2012, p. 31). Para Élio Pinheiro, em termos institucionais a EsNI se diferenciava muito da ESG.

A EsNI tinha um corpo permanente de pesquisadores; a ESG não tinha mais. A EsNI lidava com estudo de casos concretos e dados reais e estava vinculada a um órgão operacional, enquanto a ESG tendia a formular doutrinas abstratas e não mantinha vínculos operacionais. A EsNI era uma escola profissional, de quatro graus, que tinha por incumbência o treinamento de todos os candidatos ao Sistema Nacional de Informações, a aplicação de testes e o ensino de inglês, espanhol, russo, alemão, francês e italiano e, eventualmente árabe, ao passo que a ESG era um misto de curso de orientação e curso de extensão universitária (PINHEIRO *apud* STEPAN, 1986, p. 29).

A criação da EsNI, foi configurada a partir da doutrina de informações. Esta deveria ser conhecida e empregada por todos os órgãos do Sistema Nacional de

Informações (SISNI) e por seus agentes – civis e militares. Por meio do decreto nº 68.448 de 1971, a EsNI, foi subordinada ao chefe do SNI, e estabelecido as finalidades da EsNI em seu artigo 2º, em que é possível delimitá-las na preparação de civis e militares para atender as necessidades de informações contra informações do SISNI, na cooperação com o desenvolvimento da doutrina nacional de informações e, por fim, na realização de pesquisas visando o aperfeiçoamento das atividades do SISNI (ANDRADE, 2014, p. 122). O papel da EsNI, não se restringia apenas a formar agentes de informações para o SNI, seus cursos abrangiam também a Marinha, a Aeronáutica, o Exército e outros órgãos da Administração Pública, difundindo entre estes a doutrina de informações brasileira e formando, de fato, a comunidade de informações brasileira.

O primeiro manual, fruto do trabalho da EsNI, foi publicado, em 1976, intitulado de Manual de Informações (M07). Este manual consolidaria e sistematizaria a doutrina que já era utilizada em caráter experimental desde 1973. Nele se articulava dados desde questões básicas do cotidiano de uma agência de informações até aspectos mais específicos da atividade de coleta de informações (ANDRADE, 2014, p. 124). A EsNI ofertava também diversos cursos nas áreas de análise e operacional classificados em A, B e C. (Curso A - analista - nível superior, Curso B – analista nível-médio e Curso C – Operações de Informações).

Com duração de um ano letivo, o Curso A era uma espécie de pós-graduação, voltado para a formação de chefias. Restrito a quem tivesse o 3º Grau concluído ou, no caso dos militares, curso de Estado Maior, abordava com profundidade temas políticos, econômicos e sociais brasileiros com análises de conjunturas e estudo de casos.

O Curso B, com duração de um semestre, era destinado aos analistas de informações (a turma que ficava nos escritórios do SNI, processando informações), com uma carga teórica bastante pesada, que incluía matérias como sociologia, história e ciências políticas. Os alunos, do Curso B, eram iniciados na história do comunismo desde o surgimento da doutrina, passando pela Revolução Russa até chegar à Revolução Cubana.

O Curso C, por sua vez, formava os agentes de rua. Tinha o processo de seleção mais rigoroso, justamente por envolver as atividades mais perigosas e delicadas do serviço secreto. Realizado em um semestre, as aulas do Curso tratavam de técnicas de vigilância, escutas telefônicas, gravação de conversas por meio de microfones, métodos de interrogatórios. Na década de 1980, a EsNI chegou a contratar um maquinador da TV Globo para ensinar aos

alunos como esconder a verdadeira identidade com a ajuda de cremes, lápis e pós compactos (FIGUEIREDO, 2005b, s/p.).

No decurso desses cursos os agentes aprendiam também como angariar informantes, de modo que estes pudessem fornecer informes seja de forma remunerada ou mesmo por amor ao país.

Os agentes iam puxando assuntos sindicais, políticos. Sondavam para ver onde começar. Muitas vezes nem era preciso entrar no jogo direto. Se houvesse abertura, até poderia oferecer à criatura uma recompensa financeira para que ele desse informações consistentes [...] Primeiro investigava a vida do sujeito, sua família e necessidade: se tinha filhos, se precisavam pagar escolas, se havia alguém doente em casa, se existia uma relação extraconjugal, se era homossexual. As instruções eram procurar, pois sempre haveria um ponto fraco. Com tanta sutileza era possível chegar à proposta (MORAES, 2008, p. 74-75).

Em termos de organização física a EsNI possuía uma ampla estrutura, cuja singularidade a tornava única. De acordo com Lucas Figueiredo (2005b).

Estande de tiro subterrâneo: projetado e construído nos EUA, tinha cabines à prova de som separada por vidros blindados. Um sistema de comunicação permitia ao instrutor falar com os alunos por meio de microfones e fones de ouvido. Os alvos eram mantidos na posição correta com a ajuda de jatos de ar, o que fazia permanecer com que permanecessem no lugar mesmo depois de atingidos. O atirador, por sua vez podia conferir o resultado de sua própria performance acionando um botão que fazia com que alvo viesse até ele, deslizando num trilho suspenso (FIGUEIREDO, 2005b, s/p.).

Além disso, a EsNI ainda possuía outras particularidades que a distinguia ainda mais da sua antecessora, uma delas era:

[...] o cine-auditório, um dos primeiros espaços no Brasil para projeção de filmes e realização de conferência em que todos os assentos (na verdade poltronas de couro) tinha fones de ouvido com regulagem de som. Nos primeiros anos da Escola, a maioria dos filmes exibidos no cine-auditório eram produções de países comunistas, apreendidas em batidas militares e policiais. As fitas – como é o caso da Construção de um Monumento a Lenin em Leningrado, exibida pela primeira vez no dia 2 de outubro de 1973 – serviam para mostrar aos alunos como agiam e pensavam os comunistas, os inimigos da hora (FIGUEIREDO, 2005b, s/p.).

Nos primeiros vinte anos de sua existência, a EsNI conseguiu formar mais de 2 mil agentes nos 1970 e 1980. Mas após o início da redemocratização foi paulatinamente reduzindo suas atividades. Para apagar a memória dos tempos da ditadura, ganhou nome novo – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos humanos (CEFARH). Mas continuou e continua operando de modo que só no ano de 2005, a instituição – que atualmente se chama Escola de Inteligência (Esint) – formou cerca de 160 novos agentes secretos. Todos devidamente submetidos a estágios de 3 meses e ao currículo que inclui aulas como disfarce, espionagem eletrônica, criptografia, produção de documentos sigilosos e “entrevistas”, ou seja, a arte de tirar informações de um interlocutor (FIGUEIREDO, 2005b).

#### **2.4. O CASO DO INFORMANTE “ZEZINHO DE OURO”**

Com o fim da ditadura em 1985 e a volta da democracia, muitos daqueles que se dispuseram a colaborar com denúncias, seja de forma voluntária ou remunerada, no processo de repressão contra os grupos e indivíduos subversivos, preferiram manter-se em silêncio e no anonimato da história. As motivações para tal decisão variam desde o medo pela repreensão por parte daqueles que foram alvos de suas denúncias, pela vergonha talvez de terem contribuído direta ou indiretamente com a tortura e morte de centenas de pessoas ou mesmo o simples fato de não acharem relevantes tocar no assunto.

Na contramão destes que preferiram guardar para si as desonrosas memórias do período, encontramos um caso que acreditamos ser oportuno apresentar. Trata-se do ex-informante do regime militar, José Moreira Gonzaga que em 1995 publicou o livro “Memórias de um informante”<sup>98</sup>, no qual relata sua experiência nessa atividade ao longo da ditadura militar. Gonzaga, natural do nordeste brasileiro, se mudou para São Paulo em fins da década de 1950, em busca de condições melhores de vida, assim como milhares de outros nordestinos.

Sua iniciação como informante da polícia ocorreu por intermédio das amizades que conquistou. Em seu primeiro caso, forneceu informações sobre o

---

<sup>98</sup> GONZAGA, José Moreira. **Memórias de um informante**: o maior inquérito policial realizado no Brasil. São Paulo: Ícone, 1995.

roubo de uma joia da esposa do ex-governador do Guanabara, Carlos Lacerda, fato este que após ser solucionado lhe deu credibilidade nos meios policiais de São Paulo. Em uma passagem de seus relatos pontua que “vivendo no meio da malandragem, conversando aqui e ali, pegando seus tiques e truques, conseguia obter importantes informações para a investigação policial” (GONZAGA, 1995, p. 13). Após o golpe de 1964, suas atividades de informante, não somente se intensificaram, mas também foram reorganizadas à luz do novo contexto político e social que emergia no Brasil, claramente marcado pela repressão e autoritarismo. Ao rememorar o período, declara que:

Era uma época difícil, dominada pelo medo. Aqueles encontros para se discutir política na Praça da Sé já não eram mais permitidos. Qualquer encontro de quatro ou cinco pessoas numa praça ou num bar para discutir política já era considerado uma reunião subversiva. Durante esta época, orientado pelos investigadores para os quais eu trabalhava, passei então a me infiltrar no meio dos estudantes. Eu deixava de ser um informante sobre ladrões e passava a ser um informante político. Era outro momento, outro estilo, outro tipo de serviço (GONZAGA, 1995, p. 23) [grifos nossos].

Com as novas orientações, Gonzaga se infiltrava nas rodas de conversas, que eram formadas nos mais diversos meios estudantis, buscando se atentar a tudo que falavam, para posteriormente repassar a polícia política, e assim interromper as tentativas de planos, que não coadunavam com o regime vigente.

Meu papel era dizer para a polícia o que este ou aquele estudante pensava ou imaginava do governo militar, onde eles faziam suas reuniões contra o governo quem eram as cabeças de cada grupo. [...] E, para mim, era muito fácil obter informações [...]. Ninguém jamais desconfiaria de uma pessoa com sotaque nordestino e aparência simples como eu. Alguns estudantes, vendo em mim um típico migrante nordestino, com jeito de trabalhador, se abriam comigo mais do que o esperado, pois imaginavam que, com isso, estariam me levando para seu lado (GONZAGA, 1995, p. 23) [grifos nossos].

Ao relatar uma de suas missões, Gonzaga traz à tona uma característica frequentemente atribuída aos informantes: a do traidor. Procurado por investigadores do Dops, foi incumbido de vigiar um amigo, e após conseguir



descobrir informações que indicavam ser ele um subversivo, não hesitou em delatá-lo.

Eu tinha um grande amigo na época, um escrivão policial chamado Rochinha, dono de uma loja de conserto de armas na Galeria Paissandu. Sempre que tinha um tempo livre eu ia até lá. Ficava horas conversando com eles e nunca observei nada de anormal em sua loja. Certo dia, alguns investigadores me procuraram pedindo-me para investigar as atividades da loja do Rochinha. Diziam que ali era um ponto de encontro de terroristas. E acusavam Rochinha de ser o fornecedor de armas a todos eles. A minha missão era conseguir os nomes dos que frequentavam a loja, coisa que não foi difícil. Afinal eu era uma pessoa de confiança do Rochinha e ele não me escondia nada. Assim, acabei descobrindo que embaixo do balcão da loja havia um fundo falso, onde eram guardadas as armas e munição de grosso calibre. As armas tinham sido levadas até ele para serem concertadas. Essa informação era muito valiosa. Depois de vários dias anotando tudo o que podia passei as informações a um delegado hoje já falecido. Graças a isso, foi efetuada a prisão do Rochinha e sua loja fechada Ele foi levado para as dependências do temido Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e violentamente torturado. A polícia queria que ele entregasse o endereço das pessoas que frequentavam sua loja. Em uma dessas seções de tortura perdeu uma das vistas e ficou paralisado do braço direito. Os espancamentos provocaram também lesão nas suas cordas vocais, o que dificultava a sua fala. Depois disso, Rochinha ainda permanece preso por muito tempo (GONZAGA, 1995, p. 24-25).

Sua função como informante<sup>99</sup> da repressão política lhe possibilitou, mesmo alegando não ter participado ativamente, ter conhecimento de inúmeros de casos, onde a tortura se excedeu. Por meio das conversas que tinha com os policiais do Dops, relata que:

---

<sup>99</sup> Seus depoimentos, que apresenta um universo de forma estupefacente, são resultados de uma perseguição que sofreu na década de 1990, pelos mesmos policiais que um dia se propôs a ajudar. A perseguição teria se originado após um bate-boca com o Delegado Dr. Gobetti e alguns investigadores do 9º Distrito onde servia. De acordo com Gonzaga: Durante a discussão, no calor da conversa, um investigador falou bobagem para mim e disse: “Ora Zezinho, você não passa de um informante. Cala boca”. O sangue subiu na minha cabeça, e respondi na hora: “Mas se eu contar metade do que sei de vocês para a Corregedoria de Polícia, todos aqui estão ferrados”. Havia dito aquilo em um momento de discussão [...]. Mas eles levaram a sério e decidiram me liquidar (GONZAGA, 1995, p.16). Assim ressaltamos que os relatos aqui mencionados são frutos da experiência de alguém que viveu a experiência de estar dos dois lados. Por este motivo, não defendemos a ideia de que todos os informantes do período agiam assim, mas almejamos trazer à tona, um caso específico, mas que possui certas características que se assemelham aos casos gerais de informantes.

Quando se tratava de mulheres, eram desnudadas e tinham seus olhos vendados para não verem a face de seus carrascos. Ali elas sofriam as mais cruéis torturas que podem ser infligidas a um ser humano. O que eles queriam era que estes jovens delatassem seus companheiros de luta, entregando os lugares de suas reuniões. São incontáveis os casos de estudantes (quase todos eles chamados de terroristas) que não resistiram às torturas e morreram ou se tornaram dementes. Me lembro de um do caso de um destes então chamados terroristas que teve os órgãos genitais esmagados pelos policiais que o torturaram. Este jovem, tempos depois, foi trocado, juntamente com mais um grupo de presos políticos, pelo Cônsul da Suíça, sequestrado por seus companheiros (GONZAGA, 1995, p. 27). [grifos nossos].

Acrescentamos que somando a este quadro de informantes semelhantes a Gonzaga, haviam aqueles, cujo passado criminoso também, era utilizado como moeda de troca em favor de sua liberdade, o que ocasionalmente os induzia a delação de seus companheiros e a divulgação dos segredos de seu grupo.

Sabe-se que, nas grandes cidades, a polícia costuma ser condescendente para com as donas de algumas casas de tolerância, em troca de informes que colhe nessas casas sobre o paradeiro e atividade de contraventores de alto [bardo], tais como contrabandistas, negociantes de entorpecentes, etc. Em outros casos, a polícia, para descobrir falsários, deixa em liberdade um membro do bando em troca de informes. De um modo geral, os contraventores são rodeados por uma corte de pequenos malfeitores e vagabundos que estão a par dos delitos praticados pelos bandos que existem em todas as cidades. Utilizando-se desses indivíduos a polícia obtém, por preço muito mais baixo, indicações de valor sobre atividades criminosas<sup>100</sup>. [Grifos nossos]

De acordo com o Manual “Noções sobre Operações Clandestinas” nesses casos, habitualmente os que se tornavam informantes eram antigos membros de organizações que rompiam com os chefes por se julgarem menosprezados, ou ainda por despeito. Este último motivo, segundo o Manual, sendo mais comum entre as mulheres, ao passo que a “venda” de segredos, se tornava mais frequente entre os homens<sup>101</sup>. Em alguns casos, não raro, eram utilizados pelos órgãos de informações, alguns profissionais, cuja profissão favorecia uma vigilância mais atenta e pormenorizada de um determinado indivíduo e/ou grupo a ser investigado. Nestas condições, frequentemente eles eram subordinados (financeiramente) para

<sup>100</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 52.

<sup>101</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 53.

fornecerem dados de relevância a respeito de determinado alvo. Destacam-se nesse campo,

Os empregados de hotéis (porteiros, camareiros, serventes, etc.). Os porteiros e encarregados dos prédios podem fornecer indicações preciosas sobre horários, visitas, trabalho e atividades dos inquilinos. Os carteiros, empregados de estrada de ferro, motoristas de coletivos e outros tipos de profissionais que, por função, podem observar os deslocamentos de pessoas da comunidade constituem, também, excelentes informantes<sup>102</sup>.

Se as motivações econômicas, muitas vezes levavam um indivíduo a se tornar um informante, há que se ressaltar que durante o regime militar brasileiro, não raro, eram aqueles que extasiados pela intensa propaganda anticomunista, e pelos ideais futurísticos baseados na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, transformaram suas delações em um “dever moral”. Para exemplificarmos situações como esta, retornamos ao caso do ex-informante José Moreira Gonzaga. Em seus depoimentos, relata que num dado momento de sua função como informante, a questão já não era algo mais estritamente pessoal, o discurso da suposta ameaça subversiva já o havia convencido.

Pelo meu lado, influenciado por minha convivência com a polícia, eu pensava que o governo estava certo. Estava convicto de que os militares é que deveriam realmente governar o país. Essa certeza é que me levava a atuar com tranquilidade como informante político. Eu achava que todos aqueles que não aceitassem a ideia dos militares eram realmente traidores (GONZAGA, 1995, p. 23) [grifos nossos].

Nesse sentido, estes informantes, por meio de denúncias, quase sempre anônimas<sup>103</sup>, feitas a partir de telefonemas ou cartas, normalmente escritas a mão,

---

<sup>102</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p.53-54.

<sup>103</sup> Mesmo que bem intencionados, estes gestos, às vezes forneciam pistas equivocadas, seja por simples deduções pessoais, seja para despistar o verdadeiro alvo. Todavia, a polícia atende a todas, certas de algumas delas a conduzirão a resultados positivos. Esse é o tipo de informante espontâneo e anônimo, mais comum do que se pensa, por existirem muitas pessoas honradas que, embora nenhuma conta tenha a prestar a polícia, temem tratar com ela e, por isso preferem um processo que as deixa no anonimato (AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/14, p. 53).

fomentaram o processo de legitimação da ditadura militar. Legitimação esta, que ia além da tentativa de se conseguir obediência para um determinado sistema de poder. Ela significava como pontua Maria José de Rezende (2001, p.31) “um processo muito mais complexo do que isto, na medida em que se procurava construir, de maneira contínua, uma determinada ordem, em que todos aderissem, nos âmbitos objetivo e subjetivo, a uma dada forma de organização social”. Assim, criava-se um modelo comportamental, que entendia que a função do informante ia além do fornecimento de informações, mas deveria ser o reflexo da organização social que se visava conservar.

### **CAPÍTULO 03: ESTUDO DE CASOS SOBRE A ATUAÇÃO DE INFORMANTES NO ESTADO DO PARANÁ À ÉPOCA DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) A PARTIR DO IMÁGINÁRIO ANTICOMUNISTA**

Atenção Senhores da D.O.P.S.  
DENUNCIAMOS PLANO DE PERIGOSA SUBVERSÃO  
SEQUESTRO DE CÔNSUL (TALVEZ O DO ALTO DA GLÓRIA)  
DISTRIBUIÇÃO EM MASSA DE LEITURA ANTIREVOLUCIONÁRIA  
PICHAMENTO E FIXAMENTO DE MENSAGENS CONTRA  
ELEIÇÕES  
REUNIÕES SECRETAS PARA FINS SUBVERSIVOS  
SÃO VÁRIOS ELEMENTOS -  
VISAM LIBERTAÇÃO DE PRESOS [...] <sup>104</sup>.

Após abril de 1964, ao contrário do que se supunha, a questão da subversão comunista não somente sobreviveu, mas permaneceu presente no imaginário social e político de grande parte dos estados brasileiros norteando por um lado, as ações e decisões do governo e por outro, movimentando os serviços de segurança e informações da ditadura. Nesse cenário, a noção de “inimigo do Estado” difundido pelo governo conseguia alcançar diversos grupos sociais e abranger qualquer indivíduo que alguém quisesse tornar suspeito.

Em meio a esse contexto, marcado por uma “lógica da suspeição”<sup>105</sup>, floresceram no seio social, indivíduos que “embora não pertencentes às elites dirigentes nem aos que a ela faziam oposição demonstraram-se dispostos a colaborar, de forma direta ou indireta, com os poderes instituídos” (MAGALHÃES, 1997, p. 204). Diversas são as motivações que poderiam induzir a esta colaboração: a necessidade financeira, a auto identificação com as ações defendidas e praticadas pelos que estavam à frente do poder, ou mesmo pela “cultura do medo” que se instala e se legitima através da coerção.

Nesta última, o poder instituído busca apresentar uma sociedade dividida entre algozes e vítimas. E a única forma de defesa é a cooperação com o regime, que se apresenta como autoridade protetora da nação. Dessa forma, “todos são

<sup>104</sup> DEAP/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.99, p. 169. [Destaque no original]

<sup>105</sup> “Lógica da suspeição”: todos os indivíduos estavam “sujeitos” à subversão e era papel do DOPS investigar e fichar os “suspeitos” de praticar a perturbação da ordem pública (IPÓLITO; PRIORI, 2010, p. 16).

convidados a participar da Comunidade de Informações, suspeitando de tudo e de todos que o cercassem, como que movidos por um sentimento de ameaça permanente” (MAGALHÃES, 1997, p. 212).

O informante, entendido enquanto aquele que “conscientemente ou inconscientemente fornecia informes<sup>106</sup>, permanente ou temporariamente, a agente ou outros membros de um serviço de informações<sup>107</sup>”, foi de extrema importância para as ações repressivas e preventivas efetuadas a partir de 1964 contra qualquer atividade considerada subversiva ou potencialmente perturbadora da ordem pública. Denominados de “fontes”, estes indivíduos eram classificados pelos receptores conforme o grau dos informes por eles fornecidos. Esta classificação, segundo o Coronel Adyr Fiúza de Castro (1º Chefe do Centro de Informações do Exército) poderia variar em,

[...] seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5,6. Um informe A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. Então guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é F6, significa que não pode se saber a idoneidade da fonte pode ser de um maluco qualquer e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem-se que se arquivá-lo. [...] O grosso caía no C. Quer dizer, fonte razoavelmente idônea e o informe têm possibilidades de ser verídico<sup>108</sup>. [Grifos nossos]

A classificação tipo C comumente era atribuída a um agente do próprio exército, cuja formação advinha da Escola Nacional de Informações (EsNI). Os que a esta categoria pertenciam recebiam uma formação que os possibilitava se infiltrar em diversos locais. Por outro lado, os da categoria tipo D, E e F, “eram em sua maioria informantes eventuais (remunerados ou não) ou informantes espontâneos, que possuindo certa cumplicidade com o regime, voluntariamente se dispunham a

<sup>106</sup> INFORME – (1) Documento ou mensagem que relata um fato, do campo de observação ao órgão pesquisador. (2) Documento que apresenta um fato avaliado ou não, para divulgação. (3) “Matéria prima a ser estudada para compor uma informação. Definição apresentada em: AN. Fundo: **Informante secreto do Regime Militar**, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 26.

<sup>107</sup> AN. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI- 1/13, p. 26.

<sup>108</sup> Adyr Fiúza de Castro. In: D’ ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares, CASTRO Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 47.

cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal” (MAGALHÃES, 1997, p. 206).

Salientamos que independente de qual categoria se encontravam estes sujeitos, ao delatarem supostas transgressões à ordem pública transformaram-se em peças fundamentais da engrenagem que colocava em movimento a máquina repressiva. Esta por seu turno empunhava, “via temor, o modelo de sociabilidade consignada e requerida pelas elites encasteladas no poder estatal” (FLORINDO, 2006, p. 14).

ANEXO AO DOC INFO Nº 150602/ASP/SNI/73

**CLASSIFICAÇÃO DE INFORMES**

I - Confiança na Fonte.

A	FONTE ABSOLUTAMENTE IDÔNEA
B	FONTE IDÔNEA
C	FONTE RAZOAVELMENTE IDÔNEA
D	FONTE NEM SEMPRE IDÔNEA
E	FONTE INIDÔNEA OU NÃO IDÔNEA
F	NÃO PÔDE SER JULGADA

II - Veracidade do Informe

1	INFORME PROVAVELMENTE VERDADEIRO, PROVENIENTE DE FONTES OU ORIGENS DIFERENTES
2	INFORME PROVAVELMENTE VERDADEIRO
3	INFORME POSSIVELMENTE VERDADEIRO
4	INFORME DUVIDOSO
5	INFORME IMPROVÁVEL OU PROVAVELMENTE FALSO
6	NÃO PÔDE SER JULGADO OU AVERIGUADO

**FIGURA 08:** Ficha de códigos empregados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para avaliar a confiança na fonte e a veracidade dos informes.

Fonte: LONGHI, 2002, p. 26.

Destarte dessas considerações, o propósito deste capítulo visa, sobretudo analisar a atuação de alguns desses informantes no Estado do Paraná à época da ditadura, de maneira especial aqueles que atuavam de forma espontânea. Aparentemente movidos pelo medo de uma ameaça cristalizada na imagem do comunismo ou mesmo pela identificação com o regime que almejava combatê-lo, estes informantes se dispunham a apoiar e cooperar voluntariamente.

A documentação que inspira nossa discussão refere-se a um conjunto de documentos (informes, cartas, bilhetes e similares) encaminhados à Polícia Política (no caso DOPS-PR) ou mesmo a determinadas autoridades civis (ex. políticos) e também militares com a expectativa de que estes tomassem alguma medida preventiva ou se necessário repressiva com relação à atuação dos elementos subversivos. Apesar das limitações encontradas nestes documentos, uma vez que muitos se encontram fragmentados “foi-nos possível, nas entrelinhas, no quase dito, no disfarçado, no revelado, identificar [tais] motivações dos “simpatizantes” [com o] movimento” (MAGALHÃES, 2002, p. 218).

Vistos numa perspectiva regionalizada, as delações desses informantes apresentam detalhes cotidianos que nos levam a perceber o caráter subjetivo que os motivaram a denunciar seus inimigos. Nesse sentido, concordamos com Beatriz Vicentini ao pontuar que o clima de censura, de medo, de vigilância e de denúncias a partir da implantação do regime militar, “se apresentava de forma mais sufocante nas pequenas e médias cidades ao contrário dos grandes centros onde se tratava de algo mais evidente tendo em vista a ostensiva presença militar” (2014, p. 11-12).

Porque, onde todos se conheciam, o vizinho vigiava, o verdureiro ouvia o que nem sempre era fácil interpretar, os amigos questionavam atitudes menores, os vereadores faziam de conta que na cidade só havia o corriqueiro para debater, conhecidos se afastavam pelo medo, moralidade e ideologia eram confundidas e utilizadas como justificativa punitiva, atitudes de apoio eram cobradas quase que com olhares no cotidiano do trabalho de cada um (VICENTINI, 2014, p. 12).

### **3.1. O CARÁTER ANTICOMUNISTA DOS INFORMANTES**

Segundo Marionilde D. B. de Magalhães no período da ditadura “mais do que em qualquer outro, o comunista representou esse elemento perigoso, perturbador e



nocivo, [...] alguém possuído por forças malignas e incontroláveis”. Em outras palavras, “um elemento a quem se devia temer” (MAGALHÃES, 1997, p. 217). Esta representação se formatou não somente no governo (como forma de se auto legitimarem no poder) bem como em seus órgãos repressivos (como forma de justificarem sua existência), mas também para e pelos informantes que atuaram em sua colaboração.

A construção dessa imagem deve-se, sobretudo ao medo que se tinha com relação à figura do comunista que para os colaboradores da repressão era “apresentado cotidianamente como dotado de uma força demoníaca, contra quem não [adiantava] querer combater ou controlar, mas [impunha] destruir, para que assim, e só assim [fosse] garantido o bem estar da sociedade” (MAGALHÃES, 1997, p. 210-211).

Esta imagem negativa do inimigo serviu, sobretudo “para ampliar a percepção da presença do “perigo” gerando, por vezes, uma relação desproporcional entre a força efetiva dos [comunistas] e o medo neles inspirado” (MOTTA, 2010, p. 20). Assim sendo, este imaginário anticomunista “não significou apenas um conjunto de opiniões divergentes em relação a um projeto político, mas um movimento que mobilizou aderentes fervorosos, crentes que a salvação do país (e do mundo) dependia da repressão aos comunistas” (MOTTA, 2012, p. 134).

A introjeção desse discurso na mente dos informantes e a propagação do mesmo no seio social através das denúncias ficaram nitidamente comprovadas em uma carta “aberta” timbrada com o carimbo de “Reservado” e enviada de Curitiba ao Comandante da 5ª Região Militar General Dário Coelho em 15 de maio de 1964<sup>109</sup>. Nesta carta, a informante assinalou ao então Comandante que:

[...] Agora que o Exército Brasileiro, acrescentou à nossa História mais uma brilhante página, estamos também interessadas em contribuir para a “consolidação e salvaguarda da Democracia”, e completa erradicação do comunismo. Sou das que pensam que, para reiniciarmos a “boa sementeira” é necessário extirpar de vez a [erva] daninha<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 105.

<sup>110</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 105.

Para pensarmos sobre tal declaração recorreremos ao filósofo Bronislaw Baczko quando afirma que qualquer sociedade “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, [...] instala também “guardiões” do sistema que dispõe de certa técnica de manejo das representações e símbolos” (BACZKO, 1985, p. 299). Estes “guardiões” são aqui entendidos enquanto aqueles que foram encarregados de proteger a nação e aos que nela moram (ex. a polícia política). Nesse sentido, se “os [comunistas] são apresentados enquanto uma ameaça à integridade do país, todo bom patriota brasileiro deveria sentir-se na obrigação de repudiá-los, colaborando com as autoridades” (MOTTA, 2000, p. 57).

No exercício desse ideal comum busca-se elaborar uma imagem desvalorizada e ilegítima do adversário. Exemplo disso é a utilização de expressões como “erva daninha” mencionada pela informante, cujo sentido é atribuído dentro do imaginário social para se referir a algo que nasce de forma espontânea e indesejada e interfere sempre de maneira negativa onde floresce, nesse caso: na pátria. Assim como em muitos outros documentos que foram analisados verificam-se a recorrência da utilização de um discurso patriótico por parte dos informantes em consonância com aquele também anunciado pela polícia política. Se a pátria é o objeto comum do desejo, o trabalho será o ideal comum, o valor dominante para o qual vão concorrer todas as condutas individuais (DUTRA, 2012, p. 31).

Exmo. Sr. General Dario Coelho – Sendo V. Exa. um dos valorosos generais que tomou parte no ultimo movimento revolucionário que com tranquilidade ao nosso povo lembrei-me de comunicar a V. Exa., o seguinte: Como brasileira e mãe, estive sempre ao lado de outras patrícias, vigilantes, nos dias sombrios que nosso País atravessou, quando governado por irresponsáveis e apatriotas. Tivemos incontáveis noites insones preocupadas com o destino de nossa Pátria e de nossos Filhos.<sup>111</sup> [Grifos nossos].

Ainda sobre o documento citado, a informante declara que inúmeras vezes forneceu a várias autoridades de sua cidade uma lista de nomes de alguns comunistas e, no entanto, esses indivíduos ainda se encontravam livres pela cidade sem que nenhuma providência fosse tomada pelas autoridades.

Ora, a carta enviada ao General Dário Coelho ao que consta foi escrita ainda nos primeiros meses da ditadura, momento no qual ainda estava em andamento a

---

<sup>111</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 105.

“Operação Limpeza” desencadeada em todo país. Nessa Operação centenas de casas foram invadidas para a prisão de subversivos. Trabalhistas, comunistas, dirigentes sindicais, intelectuais, militares e estudantes foram perseguidos e tiveram os seus direitos políticos cassados. Cerca de 50 mil pessoas teriam sido presas em todo país nos primeiros meses do regime militar (MATTOS, SWENSSON JUNIOR, 2003, p. 13). Certamente para a realização dessa Operação os órgãos repressivos através de informes colhidos pelos serviços especializados possuíam “um sem-número de informações sobre a vida (pública e privada) dos indivíduos considerados potencialmente subversivos” (MAGALHÃES, 1997, p. 203).

Posto isso, qual seria então a razão da ausência de providências quanto as denúncias efetuadas pela informante, já que a mesma alegou serem eles subversivos da ordem? Não poderiam estes serem inseridos na lista de alvos da “Operação Limpeza”? Uma hipótese possível de se levantar sobre estes questionamentos é a de que para as autoridades competentes as denúncias efetuadas pela informante poderiam estar sendo motivadas por conflitos de interesses pessoais com os denunciados e dessa forma não corresponderiam a uma realidade que de fato pudesse ser considerada subversiva.

A esse respeito recordemos a fala do General Adyr Fiúza de Castro (*apud* ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.50) um dos Chefes do Centro de Informações do Exército (CIE) à época da ditadura. Quando questionado sobre a fidedignidade das fontes (informantes), respondeu que não se pode jogar a informação fora “[...] é preciso ter uma cautela muito grande e confrontá-la com outras informações. A inveja, o rancor, produz uma série de falsidades sobre pessoas e sobre fatos”.

Contudo, esta hipótese talvez não se sustente uma vez que segundo a informante havia claros indícios de que os elementos denunciados praticavam abertamente atividades de caráter subversivo e que, portanto tais denúncias poderiam ser confirmadas através de investigações. Para endossar ainda mais seus argumentos sobre a prática de atos subversivos, por parte dos denunciados, a informante ainda buscou fornecer alguns detalhes de quem, onde e como eles agiam.

É um comerciante estrangeiro, que nos dias áureos para ele do governo deposto, agia abertamente, vendendo ou presenteando sua

freguesia com o Jornaleco “Novos Rumos”; quis organizar um sindicato comunista das empregadas domésticas em nossa Capital; conferenciou com Luiz Carlos Prestes, quando da última visita deste a nossa cidade; mandou um [de] seus filhos fazer uma prévia na sua classe, em um dos Grupos Escolares daqui, cujo resultado o menino deu ao pai dizendo que sua sala, dos 36 alunos, só 3 era reacionários<sup>112</sup>.

Este “comerciante estrangeiro”, conforme consta na carta, já havia sido denunciado anteriormente por outras pessoas como comunista e segundo a informante, mesmo após os delatores terem oferecidos seus próprios carros para os policiais efetuarem as diligências, dada a ausência de veículos alegada pelo órgão no momento das denúncias, ainda sim não se tomou nenhuma providência.

Para a informante se fazia necessário “não esquecermos que se o golpe viesse do lado de lá - em referência a um golpe dos comunistas -, provavelmente todos seríamos recepcionados no dia seguinte por um ‘paredon’”<sup>113</sup> e dessa forma não haveria motivos para não serem repreendidos. Assim, ao interiorizar sua função social enquanto patriota, a informante tomava para si a responsabilidade não apenas de denunciar a subversão, mas também reforçava a ideia da mesma ser repreendida.

Nesse contexto, quando as atividades de indivíduos ou grupos subversivos aconteciam e passavam despercebidas aos olhos daqueles que competiam combatê-los alguns informantes faziam questão de recordá-los. Exemplo disso pode ser constatado em outra carta endereçada ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, Coronel Ítalo Conti<sup>114</sup>, em 24 de novembro 1964. O informante, identificado pelo nome de “Evilásio” assinala que as circunstâncias o levaram a escrever.

Desculpe-me por tomar-lhe um pouco de seu precioso tempo, mas diante das circunstâncias, tive que escrever.  
Lembro-me perfeitamente de sua magnífica atuação durante os primeiros dias da Revolução no trato com os inimigos da Democracia. Infelizmente, a Revolução está tendendo a “amolecer” a

<sup>112</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 105.

<sup>113</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 105.

<sup>114</sup> Vale ressaltar que para o Coronel Ítalo Conti, o golpe de 1964 tratou-se de uma “ação preventiva com as características de um golpe de Estado”, que foi deflagrado para evitar “um golpe institucional que estava sendo preparado para a implantação de uma república sindicalista – o que seria a preliminar da tomada do poder pelo Partido Comunista” (DUTRA, 2004, p. 200).

sua linha de ação contra os comunistas, e eles já começaram a levantar a cabeça.

Veja V.Sa., por exemplo, a “Livraria do Povo: quando a Revolução se consumou, ou seu proprietário escondeu os livros comunistas (muitos) que tinha e fez carinha de inocente à Polícia. Agora aqueles livros reapareceram vendidos em ‘Liquidação’”<sup>115</sup>.

O objetivo da carta, segundo o informante, era solicitar ao Secretário, providências cabíveis de modo que “tais livros fossem imediatamente apreendidos e destruídos pela polícia afim de que não contaminassem ainda mais o espírito dos inocentes úteis de Curitiba”. E prossegue afirmando que “seria um absurdo se proporcionasse a um grupo de apátridos e depravados a ‘liberdade’ de difundir literatura podre, subversiva e caluniosa, dentro de um país em que se processa uma revolução moralista”<sup>116</sup>.

Outro exemplo que caminha nesse sentido está contido na carta anônima datada do dia 14 de abril de 1964, destinada ao Delegado Miguel Zacarias, na qual a informante assim declara inicialmente ao então delegado: “Venho por meio desta, para elogiar a sua brilhante ação anticomunista e ao mesmo tempo parabeniza-lo pela magnífica batida na residência da famigerada Dona Mimi<sup>117</sup>”. Contudo, em que pese os resultados desta ação policial a informante alega não ter sido completa ao ponto de enfatizar que:

[...] faltou a principal, principal por que foi quem juntamente com Mimi orientou, participou e entregou pessoalmente, em mão de Jango a lista das assinaturas no MOVIMENTO DAS DONAS DE CASA CONTRA A CARESTIA, afirmando ao ex-presidente que todas aquelas assinaturas constantes do documento eram de comunistas. Principal ainda porque é comunista fanática considerada entre os vermelhos como uma doutrinadora de primeira grandeza, participou ivamente da retirada de documentos comprometedores da Sede do Partido Comunista no Jornal “Novos Rumos”, levando grande parte para sua residência, que fica a Rua Dr. Murici 439- seu nome é Alcina Silveira, que na época do movimento comunista contra a carestia figurava em manchetes na “Última Hora” e outros Jornais<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.177.

<sup>116</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.177.

<sup>117</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.155.

<sup>118</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.155.

Salienta ainda que outra batida precisava ser feita antes “que seja tarde e o material seja dado outro destino”. A informante finaliza tal carta, explicando que por ser vizinha da mesma deixou de expor seu nome, pois não ficaria bem para ela, preferindo, portanto o anonimato<sup>119</sup>.

Semelhante cobrança por uma vigilância mais atenta por parte da polícia pode ser encontrada na denúncia de outro informante, datada de novembro de 1975, referente a Cidade de Londrina. Nela a polícia, aos olhos do informante, parece fazer vistas grossas aos comunistas locais.

Venho por meio desta, dizer a vocês que eu não acho justo o que vocês estão fazendo: 1ª Lugar: vocês estão prendendo todas as pessoas acusadas de serem comunistas subversivos [,] certo. Mas o cabeça mesmo dos comunistas está solto aqui em Londrina, e ele fica se gloriando dizendo assim: aqueles vagabundos não me prendem porque meu santo é forte, etc<sup>120</sup>.

De acordo com tal informante, estaria atuando na cidade de Londrina o comunista Amadeu S. D.

Este tal de Amadeu tem até um comitê aqui em Londrina e vocês nem vê pó? Ou melhor, ele tinha comitê aqui em Londrina, porque agora que começaram as prisões aqui no Paraná, ele se finge de santo. Amadeu de tanto medo que está de ser preso no começo das prisões ele nem ia em sua casa dormia. Ele ia dormir na casa de seu pai lá na Água das Pedras. Antes de Amadeu mudar para a cidade ele fazia reuniões em seu sítio, e nestas reuniões estavam presentes as seguintes pessoas: Manoel Jacinto, Carlos Guimarães, Dr. Flávio, aquele advogado que vocês prenderam a pouco tempo, João Inek, José Lima, José Moreno, um tal de Gentil que mora lá no Shangri-lá Zona B<sup>121</sup>.

Indo mais além, o informante acusa ainda Amadeu e sua esposa Laura de oferecerem sua casa para outros elementos comunistas dormirem e comerem. De acordo com ele, Amadeu era responsável em fazer reuniões com os homens

---

<sup>119</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.155.

<sup>120</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 173.

<sup>121</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 173.

enquanto Laura, sua esposa, se encarregava de fazer reuniões com as mulheres<sup>122</sup>. Laura chegava até a fazer comida para eles poderem ficar discutindo a noite inteira.

Da mesma forma, outro informante em carta endereçada ao mesmo Delegado afirmava que “[era] obrigação de todos os cidadãos colaborar com [ele] na tarefa de reprimir o comunismo. Para este informante o desmantelamento “da quadilha comuna no Paraná” só seria neutralizada com a prisão do Dr. Vieira Neto<sup>123</sup> e que bastaria investiga-lo para que a cidade fosse limpa.

Nesse contexto, o imaginário anticomunista não somente serviu para informar acerca da realidade que se pretendia manter em ordem, mas ao mesmo tempo se constituiu enquanto um apelo a comportar-se de determinada maneira para que tal ordem fosse alcançada. Os indivíduos se identificam com o poder total da organização e seus desejos de onipotência vão ser realizados através da criação de um objeto comum que todos devem amar, com o qual devem se identificar e em seu nome se submeterem (DUTRA, 2012, p. 31).

Outro exemplo que destacamos nesta mesma linha de raciocínio provém de uma carta com data de 7 de maio de 1964 e endereçada ao Governador do Paraná, Ney Braga, dessa vez vinda do Município de Santa Amélia (norte pioneiro do Paraná). Assinada pelo Vigário Almir dos S. P., a carta parece indicar não ser o primeiro contato estabelecido entre ambos. Manifestando seus protestos contra a liberdade em que se encontravam “os inimigos da Democracia”, Padre Almir afirmava que desde a infausta renúncia do Sr. Jânio Quadros passou a sofrer calúnias, perseguições e difamações por parte dos adeptos de Brizola e de Jango e até ameaças de morte.

Nas reuniões da Câmara Municipal [,] três vereadores, Manoel Atanásio, Luiz de Carvalho e Carlírio, faziam rasgados elogios aos [comuno] petebistas e isto com a complacência do Prefeito, Ernesto Saciloto que para desgraça do Município ainda continua a frente da Prefeitura. Homens como estes Excia. são as desgraças do município<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 173.

<sup>123</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 103.

<sup>124</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 94.

Tais elementos, de acordo com Padre Almir, haviam tecidos críticas ao então governador durante o período de eleições e o que era ainda pior, teriam perseguido uma Agente do Correio só porque ela era católica. Conforme consta, a culpa da liberdade de tais indivíduos poderia ser atribuída ao Delegado de Polícia da cidade que, por negligência, não teria tomado providências.

Um amigo me disse que vira um telegrama do Exército chegar às mãos do nosso Delegado de Polícia e este por medo [...] não mandou as informações pedidas. Que Delegado é este? Amanhã os grupos dos onze com os fanáticos PTB começam a fazer anarquia e quem é o culpado? O Delegado de Polícia que não agiu a tempo. E [perto de?] Santa Amélia está Bandeirantes [onde?] comunistas declarados andam de cabeça erguida por onde quer que seja<sup>125</sup>.

Com a expectativa de que algo fosse feito para acabar “com este estado de coisas”, Padre Almir considerava necessário “acabar com tudo que cheira[va] PTB”, pois “Nosso povo precisa[va] ser esclarecido”<sup>126</sup>. Amparado na imagem de Ney Braga, considerado um dos líderes da “revolução vitoriosa”, Padre Almir se põe à disposição para o que for preciso contanto que o então governador “liberte Santa Amélia dessa praga”. Do ponto de vista de Padre Almir, necessário se fazia “limpar” a cidade, e ao fazê-lo estaria, portanto, livrando Santa Amélia dos perigos que a rondava.

Mande V. Excia. um bom Delegado ou mesmo um agente do DOPS. Até ofereço hospedagem em minha casa. Limpe, limpe, limpe, limpe [pelo] amor de Deus Santa Amélia. Acabe com os comuno petebistas daqui. Mande cassar mandatos e colocar na cadeia esta gente. É uma grande obra de misericórdia. Há ainda mais comunistas, é só me perguntarem que eu direi todos quais e quem são<sup>127</sup>.

Dessa forma, os comunistas são “assimilados simbolicamente as forças ímpias e diabólicas que atacam a vida de cada um e de todos, sendo antecipadamente apontados como os bodes expiatórios de todos os males da comunidade [...]” (BACZKO, 1985, p.317). Do ponto vista dos informantes, os

<sup>125</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 93-94.

<sup>126</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 93.

<sup>127</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 92-93.



comunistas são tidos “como uma ameaça que jamais deixou de obsedar os sonhos das cidades pacíficas: a do vagabundo, do nômade que ronda as casas felizes [...] a do viajante sem nome que traz com ele a doença ou a epidemia cuja chegada faz apodrecer a colheita e perecer o gado” (GIRARDET, 1987, p. 42). Apropriando-se desse imaginário, os informantes projetam nos comunistas a imagem de inimigos da democracia, responsável pela propagação da subversão, da desestabilização da ordem das instituições e desmoralização das famílias.

Diante de tal perigo a única atitude possível para os brasileiros seria então esquecerem suas diferenças e unirem-se para melhor defender o país. Nesse sentido encontra-se justificado a “gigantesca rede de controle e de informações [que] estende-se sobre o conjunto do corpo social” (GIRARDET, 1987, p. 38).

A Snr. Inspetor Chefe do Departamento de Ordem Política e Social dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, faço a seguinte denúncia. Está em Novo Hamburgo, Rio Grande Sul, consta-me trabalhando no escritório de uma empresa de Transporte de cargas daquela cidade o indivíduo Walmor V.F [...] este mesmo elemento foi viajante comercial na época em que caiu o Governo Goulart e é elemento comprovadamente comunista o que poderá ser comprovado em Laguna de onde procede [...] Estou escrevendo coma única intenção de colaborar com Revolução que nos livrou da maléfica influência do Comunismo. Estou remetendo cópia desta para Porto Alegre e para esta repartição aqui Curitiba, investiguem e verão que o que esta contida nesta carta é resultado de longas observações. [...] Esperando que esta mereça as atenções desta Repartição prometo maiores detalhes assim que os colher.<sup>128</sup> [Grifos nossos].

Outro fator que se verificou com frequência ao longo dessas denúncias foi a exaltação daqueles que de alguma maneira procuravam combater ou se posicionavam contrários ao ideário comunista. Esse tipo de exaltação é o que se percebe, por exemplo, na carta do informante Antônio F. com data do dia 10 de abril de 1964, também endereçada a Governador Ney Braga. Nela se observa de forma explícita a admiração do informante em função da “estrondosa e retumbante vitória alcançada pelos Democratas Cristãos”, contra o “Peleguismo, janguismo, sindicalismo, cegetecismo e, principalmente, Comunismo”<sup>129</sup>. De acordo com Antônio F., a atuação de Ney Braga no combate a estes grupos era merecedora de

<sup>128</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 26.

<sup>129</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.104.

suas “congratulações” e “agradecimentos”. Sendo, portanto justificável que seu nome [o de Ney Braga] entrasse para a história “como sendo uma das vigas mestras da revolução vitoriosa”<sup>130</sup>.

Nesse sentido, podemos pontuar que a imagem de Ney Braga, bem como a de todos aqueles que lutavam contra a subversão comunista pode ser associada ao que Raoul Girardet denominou de “Chefe Salvador” (GIRARDET, 1987). De acordo com Girardet, este “Chefe Redentor” é sempre evocado como “o restaurador da ordem ou o conquistador de uma nova grandeza coletiva” é a este que “se acha reservada a tarefa de livrar a Cidade das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação” (GIRARDET, 1987, p.11-15). O apelo a este “Salvador”, ou chefe providencial aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más (GIRARDET, 1987, p. 17).

Colaborando com V. Exa. na “OPERAÇÃO LIMPEZA”, denunciou como comunistas e dilapidadores do Patrimônio do Paraná, os seguintes funcionários do Estado:

PROTÁSIO D.C – Comunista fichado em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; Agitador profissional, disfarçado sob o manto de “jornalista”;  
Homem da cozinha do famigerado LUPION DE TROIA;  
Protásio d. C., além de agitador, é altamente versado em “fabricar” Títulos de Domínio Pleno de Terra. P. d. C. – O GRANDE DELAPIDADOR DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ.

JOSÉ B.I- funcionário do DGTC do Estado do Paraná: agitador dado a valentias, conforme consta dos assentamentos da Polícia do Paraná; elemento de alta periculosidade e, o que é pior, elemento fomentador do credo vermelho<sup>131</sup>. (Destaque no original)

Como se verifica acima, em contraposição a imagem positiva do “Salvador”, encontra-se a imagem negativa da conspiração maléfica, ou seja, daqueles que foram denunciados. Esta última imagem sempre se encontrará colocado em referência a uma certa “simbólica da mácula” e a um “complô demoníaco” (GIRARDET, 1978) em outras palavras “as forças más”. Todos estes mitos (políticos), articulando-se entre si, “traduzem no plano a grande mola

<sup>130</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.104.

<sup>131</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.104.

impulsionadora da dinâmica dos revoltosos, isto é, a esperança senão mesmo a certeza de uma vitória próxima e fácil” (BACKZO, 1985, p. 317).

### 3.2. OS CÍRCULOS RELIGIOSOS

No processo de colaboração a ditadura nem mesmo os círculos religiosos foram isentos da vigilância constante dos informantes. Segundo consta em um informe de março de 1978 encaminhado a DOPS/PR, o informante alegou que em certa reunião o nominado Pastor Ivo, da Igreja Assembleia de Deus fez declarações perniciosas, contrariando de certa forma o regime constituinte pelo Código Penal Brasileiro. Este pastor, segundo o informante, teria tendências comunistas e também estaria se posicionando de forma contrária ao governo vigente, bem como usando de sua potencialidade sobre sua doutrina como Pastor para angariar dinheiro através de meios ilícitos, inclusive, o mesmo estaria passando por um momento financeiro difícil<sup>132</sup>.

Outro caso que acreditamos ser oportuno mencionar se refere a um informe intitulado “Subversão na Igreja Católica” de abril de 1968, referente ao Mosteiro da Anunciação no município de Piraquara no Estado do Paraná e certamente preparado por um informante muito ligado a esta instituição. Nele consta que no Mosteiro havia constantes reuniões e farto material comunista. Sendo que quem preparava as reuniões e os estudos da documentação era um noviço e estudante de nome Eloy, que por sinal já tinha sido preso em outros eventos subversivos<sup>133</sup>.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2000) a partir dos anos 1960 se intensificou a visão de que o comunismo era ameaça interna as igrejas. Havia “uma percepção maniqueísta da realidade segundo o qual o mundo estaria vivendo um momento irreconciliável entre duas forças, bem e mal, Cristo *versus* anticristo, Roma *versus* Moscou” (MOTTA, 2000, p. 40). Nesse sentido, a denúncia dessa suposta infiltração comunista no seio religioso “[...] facilitava o trabalho da [polícia política] já que trataria de comunistas travestidos [...]” (MOTTA, 2000, p.43).

---

<sup>132</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 218.

<sup>133</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 799.94, p. 153.

De acordo com Motta (2000) o comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral (MOTTA, 2000, p.38). Nesse sentido, denunciar uma suposta infiltração de comunistas nos meios religiosos seria uma maneira preventiva de impedir que tais explicações também viessem a predominar.

### 3.3: OS COMUNISTAS ESTRANGEIROS NAS DENÚNCIAS DOS INFORMANTES

O comunismo, associado a imagem de um perigo que vem de fora, também não deixou de obsedar as denúncias dos informantes. Estes, ao introjetarem o medo propagandeado pelos militares bem como pelos seus órgãos de repressão, passaram a difundir também a imagem dos comunistas associada a uma “planta exótica”, cujas sementes teriam sido trazidas ao Brasil por estrangeiros” (MOTTA, 2000, p.53). Ele (o comunismo) era “o fantasma da degradação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação. Ele era a personificação do estrangeiro, do alienígena em uma palavra, do ‘outro’” (MOTTA, 2000, p.56).

É o que se depreende, por exemplo, das palavras de um informante em carta anônima endereçada à Delegacia de Polícia de Curitiba, com data do dia 22 de abril de 1964. Perplexo com o comportamento de um estrangeiro de nome Bogdan B., (cuja nacionalidade não é apresentada) o informante comunicou que o mesmo há tempos vinha frequentando reuniões comunistas e possuía em sua casa diversos livros sobre esta ideologia<sup>134</sup>. Além disso, enfatiza o informante que o comportamento de tal indivíduo se apresentava de forma perigosa para sociedade uma vez que:

Bogdan é um comunista e que desde que mora nesta capital o mesmo vem prometendo queimar as casas, matar gente, cortar a cabeça fora do corpo, quebrar os braços, pernas etc, e ainda diz que apenas está esperando a hora que precisa acabar com esta gente, com a Democracia. Sendo que a partir de 1º de abril o mesmo deixou de trabalhar, permanecendo em sua residência, armado e torcendo as mãos, dizia, agora está chegando minha hora vou começar pelo o

<sup>134</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.106.

que fiz na Alemanha com os meus colegas logo após a Guerra<sup>135</sup>.  
[Grifos nossos].

Na ótica do informante, o denunciado se apresentava como a encarnação do mal, do demônio, da destruição, do apocalipse. Esse inimigo “é o próprio objeto persecutório, objeto de perseguição que ameaça a integridade do sujeito e o seu objeto ideal, no caso, [sua] pátria” (DUTRA, 2012, p.29). Para os informantes, assim como para a própria polícia política, “os comunistas [estariam a serviço] de uma potência estrangeiras, a URSS, sua pátria real, o que os tornava traidores” (MOTTA, 2000, p.52).

Aqui recorremos novamente ao pensamento de Baczko (1985) quando este verifica que é através destes [boatos] “que se articula a antinomia entre “nós” e “eles”, isto é, duas representações que traduzem e esquematizam, simultaneamente, as recusas, os conflitos e os ressentimentos: “*e/les* querem matar nós a fome”; “*e/les* querem roubar-nos”; “*e/les* vem instalar-se em nossa casa para nos tirar o lar”. “Eles” significa os estranhos e os traidores a comunidade; “nós” designa os membros da comunidade por nascimento, residência e destino” (BACZKO, 1985, p. 316).

Ainda de acordo com Baczko, a “imaginação, como em todos os movimentos de pânico coletivo parece estar marcada pela patologia e não é capaz de produzir senão fantasmas e fabulações. O inimigo nesses casos é imaginado sob uma força mais mística: o perigo que ele representa é tanto maior quanto o seu nome designa apenas o desconhecido, o nunca visto” (BACZKO, 1985, p. 319). Tudo isso é projetado no objeto externo, no outro, ou seja, no comunista.

Ao projetar o mal (mau), identifica-se nele todas as ameaças da decomposição, do esfacelamento social e defendem-se instituições que garantam a identidade e confirmam segurança contra a decomposição: a pátria, a propriedade, a família, a autoridade, a civilização, o cristianismo, a moral (DUTRA, 2012, p. 30).

Torna-se, portanto, justo e necessário que este inimigo seja vigiado, denunciado e principalmente combatido seja pelas forças da polícia política ou por qualquer um que se sinta ameaçado por ele. É talvez em função disso que seja

---

<sup>135</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 107.

possível encontrar dentro do seio familiar, informantes que denunciam seus próprios parentes. Como é o caso, por exemplo, do Sr. Osvaldo L.S. denunciado por um de seus familiares à Delegacia de Céu Azul, no Paraná, como sendo um subversivo fichado na Argentina e que estaria vindo para o Brasil, para propagar sua doutrina<sup>136</sup>. Assim sendo, em nome da fantasia de segurança e de proteção, institucionaliza-se a relação de submissão (DUTRA, 2012, p. 31) dos informantes ao regime ao qual defendem.

### 3.4. OS INFORMANTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

As instituições de ensino e os estudantes (secundaristas e universitários) estiveram também entre os alvos da ditadura, bem como dos informantes que a defendiam. Na concepção do regime certas atitudes envolvendo estes setores como, por exemplo: “participação de estudantes em passeatas” - momento em que são instigados a desacatar as autoridades policiais - ou mesmo em “trotos de calouros nas universidades” poderiam servir como uma forma de aliciamento de subversivos (MAGALHÃES, 1997).

Consta que elementos diplomados em Cursos Superiores, estão trabalhando em todas as fábricas, grandes lojas comerciais, em todos os ramos de atividades, como simples empregados ou operários, não visando a questão monetária, mas sim, cultivando o trabalho de catequização do colegas, para formação de grupos de “guerrilha”, etc, para possível revolução cultural (a longo prazo)<sup>137</sup>

Nesse contexto, a ideologia comunista se apresentaria como um elemento facilitador destes comportamentos, uma vez que se utilizando de meios imorais e ilegais os comunistas conseguiam atrair jovens ingênuos para seu lado e dessa forma incuti-los a ideia de revolução. Este processo também contaria com a ajuda dos professores “supostamente de esquerda” enquanto doutrinadores do credo vermelho em sala de aula.

---

<sup>136</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informes, BR PRAPPR.PB004.PT799.94, p. 79.

<sup>137</sup> DEAP/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.99, p.129.

Tomemos um exemplo de uma denúncia no setor de ensino produzida por um informante sobre este assunto. Em 4 de abril de 1964, uma carta endereçada ao então governador do Paraná, Ney Braga, e assinada por um indivíduo que se auto declarava “um democrata”, que “cumpria seu dever”, consta uma denúncia contra uma professora do Colégio Regente Feijó, em Ponta Grossa, município localizado no centro do Estado do Paraná. A denúncia referia-se a Sofia A., a qual na concepção do informante era uma “professora comunista”.

Em poucas linhas e escrita manualmente, a carta informava que tal professora havia realizado uma viagem para Polônia, com o auxílio do “governo comunista polaco” e que “na casa da mesma só [havia] discos e materiais de propaganda em polonês<sup>138</sup>”. Ao término, finaliza assinalando ao destinatário que não desse crédito as suas palavras “antes de certificar-se da verdade<sup>139</sup>”. De caráter simples, tal mensagem se torna relevante, na medida em que verificamos com esta última declaração, que nem mesmo o informante tinha a plena convicção de que tal afirmação efetuada acerca do posicionamento ideológico da professora fosse de fato verídica.

Apesar de não apresentar valorosos indícios com relação a sua denúncia, tal fator não significou necessariamente um descrédito por parte dos investigadores que a receberam posteriormente. Servindo-se como um ponto de partida, a simples denúncia acendeu uma chama que perduraria até idos dos anos de 1971, cujo resultado indicava que a informação não procedia.

Em relatório elaborado pelo Superintendente da Segunda Subdivisão Policial de Ponta Grossa, Waldemar Crispim dos Santos, em 30 de outubro de 1971, em resposta ao Ofício nº 254/71 de 65 e 707/71 do Delegado de Ordem Política e Social, consta que Sofia Adamovicz era Professora Normalista, licenciada pela Faculdade de Filosofia do Paraná para a cadeira de História do Brasil e História Geral, lotada no Colégio Estadual Regente Feijó desde 1955, e que:

Em 1961 participou do concurso, sendo aprovada, razão da qual no ano de 1962 tendo o governo Polonês ofertado ao Paraná bolsas de estudos para professores que desejassem conhecer o país e suas histórias, de Ponta Grossa por indicação do Presidente da Sociedade

---

<sup>138</sup> DEAP/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.147.

<sup>139</sup> DEAP/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.147.

Polonesa Renascença foi a professora Sofia indicada para esta viagem, a qual teve a duração de 45 dias.

Em 1962, desejando completar seus conhecimentos do Folclore e as Etnias polonesas, requereu uma bolsa de estudos ao Ministério da Educação da Polônia, cuja viagem teve a duração de um ano e autorizada pelo então governador Dr. Paulo Pimentel. O seu regresso ao Brasil deu-se no dia 2 de outubro de 1968 pelo Porto de Santos, nada tendo havido com sua bagagem, a não ser fiscalização rotineira procedida pela alfândega<sup>140</sup>.

Segue ainda afirmando que tal professora até aquele momento, nunca tinha sido presa, detida e convidada a prestar declarações ou explicações com referência a assuntos políticos, e que por isso não havia constatado qualquer tendência de modo a agir para assuntos políticos, no que diz respeito a ideologias esquerdistas ou comunistas<sup>141</sup>. Na conclusão do relatório, o Superintendente assim finaliza:

[...] Salvo melhor juízo de vossa senhoria ou Dr. Delegado de Ordem Política e Social, ou em face de uma investigação de maior [envergadura], e segundo me dado apurar, tomo a liberdade de comunicar-lhe que a professora SOFIA A., até esta data não tem professado qualquer ideologia de caráter comunista ou subversivo dentro do Município de Ponta Grossa, as revistas que recebia da Polônia de nome NASSA OJCZYNA, segundo apurei é de livre circulação no País<sup>142</sup>. [Grifos nossos]

Embora não seja possível identificar o autor da denúncia nem mesmo o real motivo que o levou a fazê-la, é possível de nossa parte supor se tratar de alguém que com frequência visitava a casa da denunciada e conhecia suas histórias, ao ponto de assinalar que tipo de materiais de propaganda havia na casa da mesma. O que ao final da investigação verificou-se não ser um indicativo da mesma ser partidária do comunismo, muito embora, tal argumento tenha servido para colocá-la sob investigação.

### 3.5. Os informantes e questão da criminalidade e da corrupção

<sup>140</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: SNI-1971. BR PRAPPR.PB004.PT1782.213.p. 85.

<sup>141</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: SNI-1971. BR PRAPPR.PB004.PT1782.213.p. 85.

<sup>142</sup> Idem.



Os olhares vigilantes dos informantes no período da ditadura não se restringiram apenas as questões comunistas, abarcaram também outras questões como por exemplos, os crimes comuns. Em uma Informação “Confidencial” datada de maio de 1981 e enviada ao Delegado Chefe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) de Curitiba<sup>143</sup> consta que o informante Haroldo, prestou no ano de 1980 serviços a Diretoria de Polícia Civil. Nessa época Haroldo havia conseguido descobrir as atividades de uma quadrilha organizada, bem como levantar os nomes dos principais integrantes a ela associada.

As informações obtidas por ele desencadeou uma operação policial que resultou na prisão de aproximadamente 22 pessoas relacionadas a aquela quadrilha, inclusive de dois agentes da Polícia Civil<sup>144</sup> envolvidos. O documento ainda aponta que um dos agentes civis, tomou conhecimento e insinuou que sabia ter sido Haroldo que levou o fato as autoridades policiais. Este mesmo agente, de posse do endereço do informante teria ido ao seu encontro acusando-o de tê-lo delatado e o avisado que em outra oportunidade iria esclarecer o que aconteceu. Conforme o documento, o informante estaria temeroso que tal agente transmitisse os fatos relatados aos demais elementos da quadrilha considerados “bastante perigosos” e que “foram presos por ocasião da operação policial, [mas] se encontravam foragidos”<sup>145</sup>.

O temor demonstrado pelo informante Haroldo nos revela um aspecto significativo na medida em que nos leva a perceber que mesmo tendo colaborado com a desarticulação de um grupo tido como “perigoso”, tal ação, que aos olhos dos órgãos repressivos era tido como um ato louvável por favorecer o policiamento da ordem pública, não necessariamente garantiu a segurança do informante, pois havia dentro da própria instituição policial a infiltração de elementos vinculados à quadrilha. Nesse sentido, o receio à descoberta do autor da denúncia pode ser apontado como um dos fatores que levaram a muitos outros informantes a optarem pelo anonimato.

---

<sup>143</sup> Até o presente momento não conseguimos descobrir o nome do Delegado mencionado no Documento.

<sup>144</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 233.

<sup>145</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 233.

Outro informante de Douradina, município localizado no noroeste do Paraná, em 26 de dezembro de 1970 faz a seguinte denúncia ao Diretor da DOPS:

Cumpre-me denunciar-lhe que nesta cidade existe duas pessoas que são verdadeiros traficantes de drogas (bolinha) cujas pessoas deveriam ser retiradas desta cidade, pois se continuarem assim transformarão este lugar numa sociedade macabra.

[...] Estragam bailes em benefício da sociedade e do lugar, os mesmos fazem confusões, brigam com outras pessoas a fim terminarem com o baile. [...] O pior [...] começaram a infiltrar a droga a pessoas de menor de idade. [...] Pelo presente rogo-lhe que tome as devidas providências, pois eu também estou sendo um dos prejudicados<sup>146</sup>.

Por vezes, essas denúncias de crimes comuns se entrelaçavam com a questão do comunismo. Isto ocorreu, por exemplo, com outro informante de Curitiba que preferiu não se identificar com medo de represálias dos colegas de trabalho. Em carta endereçada ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná Ítalo Conti, em abril de 1964, o informante pontua que:

Como ia dizendo, a denúncia que tenho a fazer é contra o Sr. Nicolau N., marajá e pelego do IAPC, que cometeu os seguintes crimes.

1º subversão da ordem em comícios com o Ministério do Trabalho, em Curitiba e Paranaguá, conforme passou em jornal de televisão e deve ser do conhecimento de V.Sa.

2º Enriquecimento ilícito, pois de homem pobre depois de ser Delegado do IAPC, passou ter edifícios e Armazéns de Café. [...] Peço suas providências contra este comuno-negocista<sup>147</sup>.

O órgão IAPC, ao qual o informante se refere, provavelmente trata-se do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes criado em 1934 durante o governo constitucional de Getúlio Vargas. A denúncia nesse caso efetuada entrelaça dois pontos: a questão da subversão da ordem em um ato público (o comício) e também da corrupção através do rápido enriquecimento, entendido pelo informante enquanto um ato ilegal.

A questão da corrupção, embora em menor quantidade, também esteve presentes outras denúncias de informantes. Em carta anônima intitulada “A polícia

---

<sup>146</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes. BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p.136.

<sup>147</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 36.

do Paraná, infelizmente é INEFICIENTE”<sup>148</sup>, o autor criticava o fato de a polícia se ater a prisão de mulheres da vida enquanto outras barbaridades andavam por aí sem nada ser feito para combatê-las. Essa polícia, segundo ele, que atende esse assunto “[poderia] atender outros setores que perigosamente proliferavam na cidade”. Um exemplo citado seria o da corrupção.

De acordo com a carta, timbrada com o carimbo da Delegacia de Ordem Política, haveria advogados que “não se pejam de ganhar dinheiro de bandidos, requerendo o tal *Habeas Corpus* a juízes, talvez poucos escrupulosos, que soltam os criminosos e malfeitores muito facilmente”. Ao término finaliza que “a revolução foi feita para corrigir, [e que] devemos fazer o possível para chegarmos a essa meta. Isto é dever de todo brasileiro”. Novamente aqui ressurgem o apelo ao patriotismo. Dessa vez contra aqueles que se enveredam pelo caminho da corrupção. Os “brasileiros” são chamados ao combate dessa prática nociva aos “bons costumes” que, embora menos visada que o comunismo mereceria ser extinta tal como este.

Dentro deste contexto, legitimando uma sociedade de caráter dualístico, entre indivíduos do bem e do mal, sendo esta última definição geralmente atribuída aos adeptos do comunismo, os informantes, mesmo que inconscientemente ou não, imprimiram novos sentidos para suas ações. “Vigilância” e “denúncia” tornaram-se sinônimos de “proteção” e de “preservação”.

---

<sup>148</sup> DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: Informantes, BR PR APPR. PB 004. PT. 797.94, p. 65.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos apresentar como diversos indivíduos, na condição de informantes, se apropriaram do discurso anticomunista para justificarem seus atos e denúncias durante a ditadura civil-militar (1964-1985) contra os indivíduos que consideravam “subversivos”. De fato, a noção de “subversão” naquele período, não se restringiu apenas aos comunistas. Pois, desde o início da ditadura, como se verificou ao longo do primeiro capítulo, as fronteiras entre os que iriam ou não ser combatidos foram esfaceladas. Tudo e todos que na mais singela ação fossem percebidos contrários a nova ordem vigente estavam sujeitos a alguma penalização.

Contudo, a simples denúncia fornecida por um informante de que “fulano” ou “ciclano” estava envolvido com o movimento comunista, mesmo que isso fosse uma inverdade, tornava a situação um pouco mais delicada. Isto se deve em grande medida, a construção social da imagem pejorativa em torno dos comunistas. Ao longo do século XX, em que pese a diversidade de inimigos a serem vigiados e combatidos pelos serviços de segurança e informações do Brasil, os comunistas ganharam certa notoriedade no cenário nacional que pode ser percebida, por exemplo, quando verificamos as principais motivações que levaram as duas ditaduras brasileiras ao longo do século passado - a do Estado Novo de 1937 a 1945 e a Ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Diante desse cenário é que procuramos, a partir de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná pensar a figura dos informantes não somente enquanto produtos de uma ordem social e política determinada, mas também como indivíduos produtores e legitimadores dessa mesma ordem.

Em meio a esse contexto abrimos espaço para outra reflexão. Trata-se da questão da responsabilidade desses informantes no que tange ao processo repressivo desencadeado contra centenas de pessoas em função de suas denúncias. Ora, ao fornecerem (direta ou indiretamente) qualquer tipo de notícia aos órgãos de repressão sobre os indivíduos e grupos subversivos, não estariam também os informantes exercendo uma função de repressor? Não caberiam a eles as mesmas responsabilidades sobre os atos de torturas praticadas contra os que

por eles foram denunciados? Ou seriam eles “inconscientemente” apenas alguns “dentes da engrenagem” incapazes pensar nos seus próprios atos?

Poderíamos ser levados inicialmente a pensar que tais atos teriam sido cometidos em função do contexto em que estes informantes estavam inseridos, ou seja, um cenário marcado pela presença do perigo comunista. Nesse sentido, a colaboração destes indivíduos à ditadura poderia se apresentar enquanto um “mal menor” tendo em vista o “mal maior” que poderia vir se instalar na sociedade com o avanço de uma ideologia cujos pressupostos destruiriam a nação, as instituições, os valores e crenças socialmente compartilhadas. Dessa forma, diante de um perigo que se fazia presente, os indivíduos não teriam alternativas para a preservação dos “bens coletivos” e a manutenção da ordem pública a não ser cooperar com um regime que se apresentava como o único capaz de extirpar tal ameaça.

Em termos morais, estes argumentos talvez não se sustentem se levarmos em consideração a distinção assinalada pela escritora estadunidense Mary MacCarthy e retomada por Hannah Arendt (2004) entre ser “tentado” e ser “forçado” a fazer alguma coisa: “se alguém lhe aponta um revólver e diz: ‘Mate o seu amigo, senão vou matar você’, ele o está *tentando*, só isso. Embora uma tentação em que se corre perigo de vida possa ser uma desculpa legal para um crime, ela não é certamente uma justificação moral” (ARENDR, 2004, p.80).

Fazendo uma releitura dessa afirmação podemos também exclamar que “se um regime político busca difundir no seio social a ideia de que os cidadãos precisam delatar seus amigos ‘subversivos’ senão estes os matarão, ele os está apenas tentando-os, só isso”. Dessa forma, se os informantes ao delatarem seus amigos, familiares ou quaisquer outros indivíduos que consideravam subversivos (ou comunistas) embora o façam sob a alegação de estarem sendo forçados em função do perigo que tais pessoas apresentam (para a sociedade em geral) isso não pode ser utilizado enquanto uma justificação moral. Pois como bem nos recorda Hannah Arendt (2004, p.99) o que torna tal motivação “fraca” é que “aqueles que escolhem o mal menor, esquecem muito rapidamente que [ainda assim] escolheram o mal”. Estas questões, contudo, vão além dos propósitos deste trabalho que, no momento, buscou apenas apresentar uma das inúmeras motivações que levaram a determinados indivíduos a cooperarem com a ditadura brasileira acreditando que tal ação seria benéfica para o bem social.

## FONTES

### Arquivo Público do Estado do Paraná

DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: *Informantes*.  
BR PRAPPR.PB004.PT797.94. (250p.).

DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: *Informantes EOIGE*.  
BR PRAPPR.PB004.PT798.94. (38p.).

DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: *Informes*.  
BR PRAPPR. PB004.PT799.94. (250p.).

DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: *Relatórios 1956*.  
BR PRAPPR. PB004. PT846. 104. (346p.).

DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: *Informes recebidos*.  
BR PRAPPR. PB004. PT1143a. 137. (7p.).

DEAP/PR. Fundo DOPS/PR. Pasta: *SNI-1971*.  
BR PRAPPR. PB004. PT1782. 213. (286p.).

### Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9.0. TAI. 1/4. Apostila "Criptografia". [Local s/l.]. [1946-1975]. Documento mimeografado, avulso, 4f., 4p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9.0. TAI. 1/5. Apostila "Vigilância". [Rio de Janeiro]. [1946-1975]. Documento datilografado, avulso, 18f., 17p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9.0. TAI. 1/8. Apostila "Vigilância". Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (Brasil). Subseção de Operações. [Rio de Janeiro]. [1956-1964]. Documento datilografado, avulso, 2f., 2p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9.0. TAI. 1/9. Apostila sobre a importância da informação e a construção de serviços de informação. Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (Brasil). Subseção de Operações. Instrutor Major Wanderlino Mariz de Oliveira Sobrinho. [Rio de Janeiro]. [1956-1964]. Documento datilografado, cópia carbonada, avulso, 21f., 22p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9.0. TAI. 1/11-12. Apostilas “Conceitos sobre informações”. [Local s/l]. [Janeiro/1960]. Documento mimeografado, encadernado, 2 vias, 48f., 80p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9.0. TAI- 1/13. Apostila “Glossário de Informações”. [Local s/l]. [1956-1964]. Documento Reservado, datilografado, encadernado, 38f., 70p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI. 1/14. Apostila “Noções sobre Operações Clandestinas”. [Rio de Janeiro, GB]. [Abril/1960]. Documento Reservado, datilografado, encadernado, 48f., 91p.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Informante secreto do Regime Militar, REF: BR AN. RIO X9. 0. TAI. 1/15-16. “Programa da aula sobre Segurança” & Apostila “Informações – Curso para encarregados de casos e agentes”. [Rio de Janeiro, GB]. [2/6/1960-8//1961]. Documentos datilografados, cópias carbonadas, avulsas, 2 itens, 37f., 37p.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Gustavo. Simonal, ditadura e memória: do *cara que todo mundo queria ser* a bode expiatório. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 175-218.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1985**. Bauru: Edusc, 1984.
- ANDRADE, Fabiana de Oliveira. A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes na Escola Nacional de Informações. **Em tempo de Histórias**. (PPGHI/UnB). Brasília (DF), nº24, Jan/Jul.2014, p. 120-138.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARENDRT, Hannah. Responsabilidade pessoal sob a ditadura. In: ARENDRT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. Tradução Rosaura Einchenberg. -São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 74-111.
- ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1993.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2006, 175f.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Objetiva: 1989.
- BATISTELLA, Alessandro. Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. **História** (São Paulo), v.34, nº1, p.274-302. Jan./jun.2015.
- BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Discurso de posse através do rádio e da TV saudando o povo brasileiro, após ter sido eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional. Brasília, 11 de abril de 1964, p.11. In: **Biblioteca da Presidência da República**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse>>. Acessado em: 21/Jan/2016.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. - 1. ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2012, p. 173-221.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil**



**Republicano:** O tempo da Ditadura. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. 4, p.13-42.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná:** o caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias. Maringá: Eduem, 2009.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A Marcha, o terço e o livro: catolicismo e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo (SP), vol.24, nº47, p.271-302. 2014.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrina de Segurança Nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, DPI/CCH/UEM, vol.5, nº2, p.1-22, 2000.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento:** A campanha da mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

D' ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares, CASTRO Celso. **Os anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 336f.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário:** imaginário político no Brasil dos anos de 1930. 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DUTRA, José Carlos Dutra. A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: A visão da caserna. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 22, p. 195-208, junho, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano:** O tempo da Ditadura. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. 4, p. 167-205.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.29-60.

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio:** a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005 a.

FIGUEIREDO, Lucas. Os Espiões da República: a incrível história da escola brasileira de espões. **Revista Super Interessante** (Online). Edição 220, Dez/2005b. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/historia/os-espioes-da-republica/>>. Acesso em: 03. Jan.2017.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. 2ª. Ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor e o Antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1, nº 21, set.1990/fev.1991, p.09-20.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução de Maria Lucia. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZAGA, José Moreira. **Memórias de um informante: o maior inquérito policial realizado no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1995.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência Democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUGGINS, Martha. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

IPÓLITO, Verônica Karina; PRIORI, Ângelo Aparecido. Vigilância e opressão: os projetos anticomunistas da polícia política para garantir a segurança no Norte do Paraná (1945-1953). In: **Anais do IV Congresso Internacional de História** (CD-ROM). Maringá, 2009.p.1698-1707.

JÂNIO DA SILVA QUADROS. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>. Acesso em: 05. Jan. 2017.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases de poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de... [et al, Org.]. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004, p 231-378.

LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu - como funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LAMARÃO, Sérgio. **Comício das Reformas**. In: CPDOC. Dossiê Jango. Disponível em:[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas)>. Acessado em: 20. Jan. 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.

LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, M.A. A; LONGHI, C.R; MATTOS, M. A. V.L; SWENSSON JR, W.C. (org.). **O DEOPS/SP em busca do crime do político**: Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.55-119.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. Censura e repressão (1964-1982); lembrar, mas do que? **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, v. 5, p. 138-149, 2012.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. Sentimento e perda de identidade: o pequeno-burguês nazificado. In: SEIXAS, J.A; BRESCIANI, M.S; MAGALHÃES, M.D.B. (orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 217-236.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. [Online]. São Paulo. v.17, n.34, 1997, p. 203-220.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem**: a repressão política da ditadura militar (1964-1985). – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de. Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro (RJ), vol.25, nº 49, p.149-168, janeiro-junho de 2012.

MELO, Fábio de. **Quem me roubou de mim?** 2ª. ed. São Paulo: Planeta, 2013.

MORAIS, Taís. **Sem vestígios**: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira. São Paulo: Geração Editoria, 2008.

MOTTA, R.P.S. O Anticomunismo e os órgãos de informação da Ditadura Militar nas Universidades Brasileiras. **Contemporanea** - Historia y problemas del siglo XX, v. 3, 2012, p. 133-148.

MOTTA, R.P.S. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Lócus** (UFJF), v. 16, 2010, p. 17-27.

MOTTA, R.P.S. O Perigo é Vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Lócus** (UFJF), v. 13, nº2, 2007, p. 229-230.

MOTTA, R.P.S. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, 368f.

MUNHOZ, Sidnei José. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Revista Diálogos**. Maringá, DHI/UEM, v.6, 2002, p. 41-59.

PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana. O DOPS e a repressão política contra militantes Comunistas no Estado do Paraná (década de 1940 e 1950). **Antíteses**, vol.5, nº 10, p. 783-805, jul./dez 2012.

PRIORI, A. A. DOPS: repressão, violência e controle social. **Revista da ADUEM**, Maringá, v. 1, n. 1, jul./dez. 1998, p. 21-23.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de Informação durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte (MG), vol. 28, nº 47, p.19-41: jan./jun. 2012.

REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acessado em 06/Jan/2017.

REVISTA **Época**. 28 de novembro de 2011. Edição nº 706, p.50-64.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os Arquivos do DOPS do Paraná. In: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Os Arquivos da repressão**: do recolhimento ao acesso. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, v.1, n.1, março/agosto 1998, p. 41-52.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a Comunidade de Informações na ditadura civil-militar brasileira. **Revista Angelus Novus**, São Paulo (SP), Ano IV, nº5, p. 83-102, jun./2013.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto; FIUZA, Alexandre Felipe. A DOPS e a vigilância política do Movimento Estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), vol.12, nº45, p. 101-114, mar./2012.

SILVA, Deonísio da. Todos serão condenados. In: SILVA, Deonísio da. **Contos reunidos**. São Paulo: Leya, 2010, p. 50-54.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Hélio. **1964**: vinte anos do Golpe Militar. São Paulo: L&PM, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à nova república**. 4º Ed. Tradução de Adriana Lopes e Ana Luíza Amendola – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 13-28.

VICENTINI, Beatriz Helena. A História não admite segredos. In: VICENTINI, Beatriz Helena (Org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior**. – Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014, p. 11-12.

VICENTINI, Beatriz Helena. Informantes duvidosos, cidadãos desprotegidos: cuidado com os comunistas! In: VICENTINI, Beatriz Helena (org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014, p. 323-324.